



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE NA  
AMAZÔNIA

**ANTÔNIA LÚCIA SILVA DE ALMEIDA**

**“TRABALHO INTERDISCIPLINAR E IDENTIDADE SOCIOCULTURAL: UMA  
ANÁLISE DO ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS NO CAMPO SOCIOJURÍDICO EM  
MANAUS/AM”**

MANAUS/AM

2013

**ANTÔNIA LÚCIA SILVA DE ALMEIDA**

**“TRABALHO INTERDISCIPLINAR E IDENTIDADE SOCIOCULTURAL: UMA  
ANÁLISE DO ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS NO CAMPO SOCIOJURÍDICO EM  
MANAUS/AM”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Prof. Dra. Maria do Perpetuo Socorro Rodrigues Chaves

MANAUS/AM

2013

**ANTÔNIA LÚCIA SILVA DE ALMEIDA**

**“TRABALHO INTERDISCIPLINAR E IDENTIDADE SOCIOCULTURAL: UMA ANÁLISE DO ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS NO CAMPO SOCIOJURÍDICO EM MANAUS/AM”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Aprovada em: 19/ 12/ 2013

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dra. M<sup>a</sup> do Perpetuo Socorro Rodrigues Chaves - UFAM  
*Presidente*

---

Prof. Dr. Dorli João Carlos Marques- - UEA  
*Membro*

---

Prof. Dra. Antônia Silva de Lima – UFAM  
*Membro*

## Ficha Catalográfica (Catalogação realizada pela Biblioteca Central da UFAM)

Almeida, Antônia Lúcia Silva de.

*A447t*

Trabalho interdisciplinar e identidade sociocultural: uma análise do atendimento às famílias no campo sociojurídico em Manaus/AM / Antônia Lúcia Silva de Almeida. - 2013.

182 f. : il. color. ; 31 cm.

Dissertação (mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia) — Universidade Federal do Amazonas.

Orientador: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves.

1. Serviço social com a família – Manaus (AM) 2. Direito de família - Amazonas 3. Abordagem interdisciplinar do conhecimento 4. Identidade social 5. Migrantes internos 6. Acesso à justiça I. Chaves, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues, orientador II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

CDU (2007): 364.652:34(811.3)(043.3)

### *Dedicatória*

*A uma bela menina que um dia Deus colocou nos meus braços e me deu o privilégio de ser sua mãe... obrigado filha, foram 15 anos muito abençoados e repletos de luz. A você, meu eterno amor e agradecimento.*



## *Agradecimentos*

*A Deus pelo seu infinito amor e misericórdia que me sustenta e conforta a cada novo dia.*

*À minha mãe, que me ensinou o caminho da retidão e da gratidão, e que me incentivou a enfrentar o grande desafio que foi o mestrado, meu muito obrigado. Esta vitória é também sua.*

*Ao meu esposo Vicente e meu filho Victor, pelo incentivo e compreensão em todos estes anos de jornada científica, vocês foram muito importante durante todo este percurso.*

*À minha orientadora Prof. Dra. Socorro Chaves, pelos ensinamentos, paciência, motivação e compreensão frente as minhas dificuldades, meu reconhecimento, gratidão e especial admiração.*

*Às minhas irmãs, Lucicleide, Michelle, Maria Graciete e Virginia e ao meu irmão Kleber, pelo apoio em todos os momentos, sempre me dando força e me ajudando a cultivar meus sonhos.*

*À todas minhas companheiras de mestrado, em especial, Marilaine, Fernanda, Suzete, Antônia Cosmo e Milane Reis. Obrigado por dividirem comigo os momentos de ansiedade, mais também de alegria e conquistas.*

*Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, pelo conhecimento e experiência que forneceram no decorrer do curso.*

*Aos profissionais do Núcleo de Conciliação das Varas de Família que, tão gentilmente, se disponibilizaram a participar da pesquisa apesar do pouco tempo disponível.*

*A todos sou eternamente grata*

## RESUMO

Na contemporaneidade, ainda é bastante significativo o número de pessoas que deixam o meio rural para residir no espaço urbano das grandes cidades. Esta mudança produz impactos socioculturais que interferem diretamente nas relações/conflitos familiares. Nesse sentido, a pesquisa que ora apresenta-se tem por objetivo “Analisar o trabalho interdisciplinar desenvolvido no Núcleo de Conciliação das Varas de Família, buscando apreender a percepção dos profissionais acerca das especificidades socioculturais da família rural amazônica”. No que concerne à relevância acadêmico/científica do trabalho, pode-se citar: 1) produção de subsídios teóricos para auxiliar na prática profissional do Assistente Social e do Psicólogo no campo jurídico. 2) oferecer subsídios para auxiliar na discussão do atendimento aos usuários nos vários espaços ocupacionais nos quais atuam Assistentes Sociais e Psicólogos, considerando o aspecto sociocultural. O estudo apresenta uma abordagem de natureza qualitativa e exploratória, pois trabalhou o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes do sujeito-objeto em estudo. O processo de pesquisa foi realizado em três fases metodológicas diferenciadas, porém interligadas entre si, a saber: 1ª fase: início da execução dos procedimentos preliminares da investigação, foram estes: revisão bibliográfica; definição e primeiro contato como locus da pesquisa, assim como com os sujeitos-chaves; elaboração dos instrumentais; aprovação do projeto junto ao CEP. 2ª fase: execução da pesquisa de campo, através da aplicação dos instrumentais junto aos sujeitos-chaves da pesquisa. 3ª fase: análise dos dados da pesquisa e finalização da dissertação. Quanto aos principais resultados da pesquisa constatou-se que existe uma fragilidade no trabalho interdisciplinar desenvolvido no Núcleo de Conciliação, configurando-se mais como uma ação multidisciplinar. Embora constatado através dos relatos dos familiares que a família de origem rural tenha especificidades que a diferem do meio urbano, em razão de sua dimensão sociocultural, identificou-se que os profissionais pouco conseguem reconhecer estas especificidades. Este não reconhecimento demonstra a fragilidade do ensino/aprendizado conferido no percurso do processo acadêmico/científico em relação à temática em estudo. Partindo desta perspectiva, o estudo visa contribuir para a reflexão acerca do trabalho desenvolvido no Núcleo de Conciliação, uma vez que este interfere diretamente na vida dos sujeitos que buscam pelos serviços de assistência jurídica.

**Palavras chave:** Interdisciplinaridade; Identidade Sociocultural; Família.

## ABSTRACT

In contemporary times, it is still quite significant number of people who leave the countryside to live in urban areas, major cities. This change produces changes and socio-cultural impacts that directly interfere in relations / family conflict. In this sense, the research that now presents itself aims to “examine the interdisciplinary work of the Center for Reconciliation of family courts , sought to apprehend the perception of professionals about the socio-cultural specificities of the Amazonian rural family.” Regarding the academic / scientific relevance of the work, we can mention: 1) production of theoretical subsidies to assist in the professional practice of social worker and psychologist in the legal field . 2) provide subsidies to assist in the discussion of service users in various occupational areas in which they operate and Social Assistant Psychologists, considering the socio-cultural aspect. The study presents a qualitative and exploratory nature, it worked the universe of meanings, motives, aspirations, beliefs, values and attitudes of the subject-object under study. The research process was conducted in three different methodological stages, however interconnected, namely: 1st phase : started on the preliminary procedures of investigation, were these: literature review, definition and first contact as a locus of research, as well as key subjects, development of instrumental, project approval by the City. 2nd phase: implementation of field research, by applying the instrumental along with the key subject of research. 3rd phase: analysis of survey data and completion of the dissertation. As the main results of the survey, it was found that there is a weakness in interdisciplinary work at the Center for Conciliation, becoming more like a multi-disciplinary action. Although noted, through the accounts of family members, the family of rural origin has specificities that differ from the rural areas because of their socio-cultural dimension, it was identified that some professionals fail to recognize these differences. This non-recognition demonstrates the fragility of the teaching / learning granted in the course of the academic / scientific process in relation to the topic under study. From this perspective, the study aims to contribute to thinking about the work of the Center for Conciliation, since this directly affects the working lives of individuals who seek the assistance of legal services.

Keywords: Interdisciplinary; Social and Cultural Identity; Family.

**LISTA DE SIGLAS**

<b>ABEPSS</b>	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
<b>BPC</b>	Benefício de Prestação Continuada
<b>CCB</b>	Código Civil Brasileiro
<b>CEPAL</b>	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
<b>CF</b>	Constituição Federal
<b>CFP</b>	Conselho Federal de Psicologia
<b>CNJ</b>	Conselho Nacional de Justiça
<b>CREAS</b>	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
<b>ECA</b>	Estatuto da Criança e do Adolescente
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>IDH</b>	Índice de Desenvolvimento Humano
<b>ISOP</b>	Instituto de Seleção e Orientação Profissional
<b>NCVF</b>	Núcleo de Conciliação das Varas de Família
<b>ONGs</b>	Organizações não Governamentais
<b>PIM</b>	Polo Industrial de Manaus
<b>PNAD</b>	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
<b>SIS</b>	Síntese dos Indicadores Sociais
<b>SUAS</b>	Sistema Único de Assistência Social
<b>TJ/AM</b>	Tribunal de Justiça do Amazonas

**LISTA DE FIGURAS**

<b>FIGURA 01</b> - Configurações da família na atualidade.....	34
<b>FIGURA 02</b> - Fórum Ministro Henoch Reis.....	95
<b>FIGURA 03</b> - Núcleo de Conciliação das Varas de Família.....	95
<b>FIGURA 04</b> - Identidade sociocultural do homem da Amazônia.....	120
<b>FIGURA 05</b> - Crianças auxiliando nas atividades laborativas.....	124
<b>FIGURA 06</b> - Família rural desenvolvendo diversas atividades produtivas.....	127
<b>FIGURA 07</b> - Possíveis causas das mudanças nas relações familiares.....	148

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 01</b> - Evolução sócio-histórica da família.....	23
<b>Quadro 02</b> - Modelos e características das famílias.....	29
<b>Quadro 03</b> - Principais mudanças na estrutura e organização familiares.....	31
<b>Quadro 04</b> - atendimentos realizado no Núcleo de Conciliação .....	97
<b>Quadro 05</b> - Percepção dos profissionais acerca da interdisciplinaridade.....	98
<b>Quadro 06</b> - Principais desafios que envolvem uma ação interdisciplinar.....	100
<b>Quadro 07</b> - Principais contribuições de uma ação interdisciplinar.....	102
<b>Quadro 08</b> - Principais fatores que condicionam o aumento da demanda.....	106
<b>Quadro 09</b> - Meios/recursos físicos e materiais.....	109
<b>Quadro 10</b> - Relevância do conhecimento teórico-metodológico.....	112
<b>Quadro 11</b> - Estudos de temas pertinentes para análise dos dados.....	112
<b>Quadro 12</b> - Frequência com que são realizadas as modificações nos instrumentais.....	115
<b>Quadro 13</b> - Percepção dos profissionais acerca do papel dos instrumentais.....	116
<b>Quadro 14</b> - Visão dos profissionais acerca da autonomia profissional.....	117
<b>Quadro 15</b> – Características assimiladas culturalmente dos povos indígenas.....	121
<b>Quadro 16</b> - Divisão das atividades laborais por gênero e geração.....	126
<b>Quadro 17</b> - Principais fatores motivadores para escolha do local do destino.....	133
<b>Quadro 18</b> – Principais dificuldades do migrante no centro urbano.....	136
<b>Quadro 19</b> – Percepção dos profissionais acerca das principais mudanças nas relações familiares.....	148
<b>Quadro 20</b> – Diferenças das famílias rurais na concepção dos profissionais.....	150

**LISTA DE TABELAS**

<b>TABELA 01</b> - Crescimento populacional da cidade de Manaus/AM.....	54
<b>TABELA 02</b> - População residente no Estado do Amazonas.....	55

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b><i>Capítulo I: ABORDAGEM DAS TRANSFORMAÇÕES NO ÂMBITO DA INSTITUIÇÃO FAMÍLIA: ENTRE CONCEITOS E CONFIGURAÇÕES.....</i></b>	<b>19</b>
1.1. Família: panorama sócio-histórico e conceitual.....	20
1.2. Formação da família no Brasil: breve resgate sócio-histórico.....	36
1.3. As particularidades culturais da família no contexto Amazônico: das margens dos rios aos centros urbanos.....	46
<b><i>Capítulo II: INTERDISCIPLINARIDADE: ESPECIFICIDADES DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL E DO PSICÓLOGO NO CAMPO JURÍDICO.....</i></b>	<b>60</b>
2.1. Interdisciplinaridade: fundamentos teóricos para análise.....	61
2.2. Campo jurídico: percurso histórico e caminhos teórico/práticos do Assistente Social.....	70
2.3. Campo jurídico: percurso histórico e caminhos teórico/práticos do Psicólogo....	84
<b><i>Capítulo III: TRABALHO INTERDISCIPLINAR NO NÚCLEO DE CONCILIAÇÃO DAS VARAS DE FAMÍLIA.....</i></b>	<b>93</b>
3.1. Núcleo de Conciliação das Varas da Família: espaço da pesquisa de campo.....	94
3.2. Interdisciplinaridade: percepção dos profissionais .....	97
3.3. Aspectos operacionais da prática do Assistente Social e do Psicólogo no Núcleo de Conciliação das Varas de Família.....	103
<b><i>Capítulo IV: TRABALHO INTERDISCIPLINAR E AS ESPECIFICIDADES DA FAMÍLIA DE ORIGEM RURAL AMAZÔNIDA.....</i></b>	<b>118</b>
4.1. Particularidades socioculturais das famílias de origem rural: visão dos familiares.....	119
4.2. Particularidades socioculturais das famílias de origem rural: visão dos profissionais.....	143
<b>Considerações Finais.....</b>	<b>156</b>
<b>Apêndices.....</b>	<b>166</b>

## INTRODUÇÃO

O trabalho de pesquisa, que ora vem a público, objetiva analisar o trabalho interdisciplinar desenvolvido no Núcleo de Conciliação das Varas de Família, buscando identificar a percepção dos profissionais acerca das singularidades socioculturais das famílias de origem rural atendidas no campo jurídico.

Inicialmente é importante evidenciar que o interesse pela temática ocorreu em razão da inserção da pesquisadora na esfera do Poder Judiciário, há cinco anos. A experiência neste campo fez surgir reflexões e indagações acerca do trabalho interdisciplinar desenvolvido pelos Assistentes Sociais e Psicólogos neste espaço sócio ocupacional. No mais, o ingresso no curso de mestrado auxiliou extremamente a delimitação da temática em análise em razão das discussões e debates desenvolvidos durante as disciplinas acerca da realidade social e cultural da população rural do Estado do Amazonas.

De acordo com as pesquisas realizadas no contexto das comunidades amazônicas que vivem no espaço rural, as famílias rurais apresentam uma dinâmica social, econômica, política e cultural específica e diferenciada da dinâmica vivenciada no espaço urbano. Reconhecer e identificar esta dinâmica e compreender sua redefinição no cotidiano da cidade é premissa para se desvelar os conflitos internos que ocorrem no espaço familiar.

Ao considerar que o conteúdo expresso nos instrumentais (laudos e pareceres) serve de subsídios para que o magistrado faça suas devidas deliberações em torno dos casos que envolvem crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social, guarda, tutela, visitas, entre outros, faz-se imprescindível que os profissionais consigam identificar e reconhecer as particularidades cultural, social e econômica que regem as relações cotidianas dos sujeitos atendidos, do contrário poderá ocorrer uma leitura equivocada da realidade, ocasionando uma decisão judicial errônea.

Desta forma, o fator cultural não pode ser desconsiderado, haja vista que a cultura determina valores, hábitos, costumes, normas, moral e o modo de vida de uma determinada sociedade. Entende-se que este conhecimento pode interferir decisivamente no modo de avaliar determinada demanda/conflito familiar.

Frente a estes dados, surgiram as indagações: Quais as especificidades socioculturais da família de origem rural do Estado do Amazonas? Os profissionais, do Serviço Social e da

Psicologia, que atuam formulando os laudos sociais nos processos familiares, conseguem apreender as diferenças socioculturais destas famílias?

Entende-se que esta temática é de extrema relevância na contemporaneidade, tendo em vista que o trabalho interdisciplinar do assistente social e do psicólogo no contexto sócio jurídico vem sendo requisitado a responder às demandas de acesso aos direitos sociais fundamentais, e justifica-se não somente pelo número crescente de demandas sociais que necessitam de intervenção na área de acesso ao direito, mas também porque há vários anos, a cidade de Manaus vem recebendo um expressivo número de migrantes de origem rural do Estado.

Neste contexto, a pesquisa tem por objetivo dar visibilidade a prática interdisciplinar no campo sócio jurídico, por compreender que este trabalho interfere de forma direta na vida das famílias amazonenses que procuram este serviço público em busca de soluções para suas demandas particulares. Desvendar e reconhecer as especificidades destas famílias é primordial para o profissional que prima pelo seu compromisso ético-político, à medida que o atual Código de Ética Profissional prevê como um dos seus princípios fundamentais a qualidade dos serviços prestados a população e o aprimoramento intelectual.

No mais, cabe destacar a relevância deste trabalho para o meio profissional e acadêmico. Embora esteja no âmbito jurídico, desde o fim da década de 30, o trabalho deste profissional neste campo tem recebido pouca visibilidade no âmbito literário, principalmente se comparado a outros espaços ocupacionais.

### **Percurso metodológico da pesquisa**

Quanto ao percurso metodológico adotado nesta pesquisa, partiu-se do pressuposto que o desenvolvimento de um trabalho de investigação científica desvela o caminho que oferecerá suporte para o conhecimento do objeto em estudo. De acordo com Soriano (2004, p.65), o método “é a maneira de atingir um objetivo [...], é um determinado procedimento para ordenar a atividade”.

O método de investigação científica utilizado neste trabalho pautou-se na *perspectiva histórico-dialética*, uma vez que esta proporciona maior possibilidade de aproximação e desvelamento da realidade e da essência do objeto a ser pesquisado, além de ser a mais apropriada para se alcançar os objetivos ora propostos por meio de aproximações sucessivas, considerando o contexto, os aspectos contraditórios, as correlações de forças e interesses conflitantes que permeiam o objeto de pesquisa (GIL, 2009).

Assim, a pesquisa caracteriza-se como sendo uma pesquisa do tipo *exploratória ou de aproximação à realidade social*, pois obteve informações para reconhecer, localizar e definir os fenômenos ora propostos. No mais, optou-se por uma pesquisa de abordagem *qualitativa*, na qual, segundo Minayo (2001), trabalha-se o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes do sujeito-objeto de estudo.

Além disto, apresenta-se como uma pesquisa *direta e documental*, pois se ateve tanto a informações obtidas diretamente da realidade social mediante a aplicação de instrumentais, bem como entrevista de informações obtidas de forma indireta através de livros, artigos e dissertações.

No que se refere aos sujeitos da pesquisa, optou-se por uma *amostragem do tipo não probabilística* selecionada segundo o critério de intencionalidade e de acordo com os critérios de inclusão e exclusão adotados pela pesquisados. Por tratar-se de uma pesquisa *qualitativa*, que prioriza os dados subjetivos, optou-se por uma amostra pequena, porém suficiente para realizar a análise do objeto em estudo.

Os informantes-chave selecionados foram: *profissionais do Serviço Social; profissional da Psicologia; representantes das famílias*. Constatou-se, anterior ao início da pesquisa de campo, que, atualmente, o Núcleo de Conciliação das Varas da Família possui no setor psicossocial, 3 profissionais do Serviço Social (sendo que uma é a coordenadora do setor) e 1 profissional da Psicologia. Optou-se então por realizar a pesquisa com 2 profissionais do Serviço Social e o único profissional da Psicologia que atua no setor. As entrevistas foram realizadas nas datas e horários determinados pelos próprios profissionais.

Identificou-se que atualmente, o setor psicossocial recebe em média 60 processos por mês, independente dos atendimentos extraprocessuais. A seleção dos sujeitos representantes das famílias ocorreu junto aos processos que estavam em andamento no período da pesquisa. Embora, inicialmente, a proposta do projeto previsse realizar a entrevista com os representantes das famílias em sua residência, identificou-se – através de conversas com os profissionais - que seria mais viável interpelar os sujeitos no decorrer da ação processual, uma vez que existe certa dificuldade em localizar os sujeitos após o termino do processo. Desta forma, a pesquisa junto aos representantes das famílias foi realizada no Núcleo de Conciliação durante os intervalos dos procedimentos realizados pelo Serviço Social e pela Psicologia. A pesquisa ocorreu com 10 membros de famílias naturais dos municípios rurais do Estado do Amazonas, que atualmente estão residindo na cidade de Manaus e que tem mais de 18 anos de idade. Estes foram os critérios adotados para selecionar as famílias participantes da pesquisa.

No contexto de uma abordagem exploratória e qualitativa, foi utilizado um conjunto de técnicas e instrumentais que de modo articulado forneceram as informações necessárias para o estudo em desenvolvimento. Para obter as informações junto aos representantes das famílias, foi aplicada a técnica de *história oral*, que segundo Lakatos e Marconi (2008) é “baseada no depoimento oral, gravado, obtido através da interação entre o especialista e o entrevistado, ator social ou testemunha de acontecimentos relevantes para a compreensão da sociedade, tendo por finalidade o preenchimento de lacunas existentes” (p.128). Para conduzir o depoimento dos familiares, utilizou-se um roteiro de entrevista com perguntas abertas e um gravador de áudio para o registro fonográfico.

Junto aos profissionais do Núcleo de Conciliação aplicou-se a técnica de entrevista semiestruturada, que de acordo com Michel (2005, p.42) pode ser considerada “um instrumento de excelência de investigação social, pois estabelece uma conversação face a face, de maneira metódica”. A entrevista foi direcionada pelo pesquisador através de um roteiro de entrevista previamente formulado. No mais, utilizou-se com os profissionais e os familiares um caderno de campo, no qual foram feitas anotações acerca de todo o processo da pesquisa de campo assim como o registro fonográfico.

➤ ***Etapas da Pesquisa de Campo:***

O processo investigatório da pesquisa ocorreu em diferentes momentos que foram devidamente descritos no caderno de campo.

O *primeiro momento* investigativo ocorreu com a aproximação do pesquisador com o objeto a ser analisado e envolveu a construção do marco teórico e conceitual, assim como a definição dos sujeitos e da instrumentalização da pesquisa.

O *segundo momento* deu-se com o primeiro contato do pesquisador com o *lócus* da pesquisa, no intuito de conhecer o número de profissionais que atuam no espaço e o número de famílias atendidas.

O *terceiro momento* ocorreu com a organização do material necessário para a submissão do projeto ao Comitê de Ética de Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas. Após a aprovação da pesquisa pelo Comitê iniciou-se a pesquisa de campo com a apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido aos profissionais que foram selecionados para participarem da pesquisa, estes tomaram conhecimento tanto dos objetivos, quanto da proposta metodológica a ser utilizada.

Realizado o esclarecimento, partiu-se para o *quarto momento* da pesquisa que se deu com o início da entrevista com os profissionais do Serviço Social e da Psicologia. Ressalta-se que as entrevistas foram realizadas em dias e horários diferentes no setor psicossocial do Núcleo de Conciliação (os dias e os horários foram escolhidos pelos próprios profissionais, de forma a não interferir no exercício profissional) e tiveram uma duração média de duas horas. Vale assinalar, que todos os profissionais entrevistados mostraram grande interesse em participar da pesquisa, assim como, auxiliar no contato com os representantes das famílias. Sem o auxílio dos profissionais teria sido extremamente difícil conseguir o consentimento dos familiares para participar da pesquisa.

Este momento prosseguiu com a seleção dos representantes das famílias. A primeira dificuldade deu-se pela ausência de informação acerca da naturalização das partes envolvidas nos processo. Assim, foi necessário indagar individualmente cada representante, de modo a identificar os sujeitos com o perfil necessário para a pesquisa. A maioria das entrevistas levou cerca de 50 (cinquenta) minutos. No mais, ocorreu neste momento às observações, registro no caderno de campo e registro fonográfico.

No *quinto momento* da pesquisa partiu-se para a sistematização, interpretação e análise dos dados coletados. Os dados, de ordem qualitativa, foram devidamente transcritos, organizados e analisados com base na técnica de “Análise de Conteúdo”, que segundo Bardin (p.42) significa:

“Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens”.

De acordo com esta autora, a análise de conteúdo é composta por três fases: 1-pré-análise; 2- exploração do material; 3- o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

A fase da pré-análise corresponde à organização dos dados propriamente dita. Ou seja, visa à sistematização das ideias de maneira a conduzir a um esquema preciso do desenvolvimento das operações-sucessivas. No plano da pesquisa significou a organização das respostas dos sujeitos às entrevistas, bem como os dados obtidos por meio da observação livre.

A segunda fase – exploração do material – impõe a sistematização, codificação e decomposição e enumeração dos dados obtidos. Neste momento, os dados selecionados foram transformados em unidades de registro e de contexto e organizados em quadros.

Na terceira fase – tratamento dos resultados, inferência e interpretação - os dados são avaliados e analisados de forma a propor respostas aos fenômenos sociais.

Quanto à estrutura do trabalho, o mesmo está dividido em quatro capítulos. O primeiro capítulo intitulado “*Abordagem das Transformações no Âmbito da Instituição Família: entre conceitos e configurações*” apresenta os fundamentos teóricos para analisar a categoria família, dando ênfase aos determinantes sócio-histórico, assim como as nuances socioculturais das populações amazônidas.

O segundo capítulo, intitulado “*Interdisciplinaridade: especificidades do trabalho do assistente social e do psicólogo no campo jurídico,*” aborda os aspectos teóricos acerca da temática interdisciplinaridade, dando ênfase ao trabalho desenvolvido pelos Assistentes Sociais e Psicólogos no espaço sociojurídico.

O terceiro capítulo, intitulado “*Trabalho Interdisciplinar no Núcleo de Conciliação das Varas de Família,*” apresenta os dados da pesquisa de campo com os profissionais do Núcleo de Conciliação acerca do trabalho interdisciplinar.

O quarto e último capítulo, intitulado “*Trabalho Interdisciplinar e as Especificidades da Família de Origem Rural Amazônida*” identifica o saber dos profissionais acerca das particularidades culturais do caboclo amazônida, realizando um confronto entre o conhecimento teórico dos profissionais e o relato dos familiares.

## CAPÍTULO I

### ABORDAGEM DAS TRANSFORMAÇÕES NO ÂMBITO DA INSTITUIÇÃO FAMÍLIA: ENTRE CONCEITOS E CONFIGURAÇÕES

---

*A história da família consiste em padrões familiares distintos, cada um deles com sua própria história, cada um deles requerendo o seu próprio conjunto de explicações de origem e mudanças.*

*(Mark Poster)*

#### INTRODUÇÃO:

Desvelar a trajetória da instituição família significa adentrar em um universo amplo de contradições e particularidades. As contradições não se apresentam apenas pela diversidade de conceitos e noções no espaço literário, mas acima de tudo pela diversidade de configuração com que vem se apresentando a família no decorrer do tempo. Como já afirmava Morgan em 1876, nenhuma instituição humana tem uma história tão rica e surpreendente de eventos, “nem condensa os resultados de uma experiência mais prolongada e diversificada” (MORGAN 1876, *apud* ENGELS, 2002, p.64). Isto porque, como partícipe do projeto sócio-histórico da humanidade, a família condensa em si as relações sociais, política, econômicas e culturais que foram sendo delineadas em cada período histórico.

Nesse contexto, o presente capítulo propõe-se a apreender as transformações que se processaram na instituição família (apesar da impossibilidade de esgotá-lo na sua totalidade, em razão da amplitude que condensa a história desta instituição) abordando as principais concepções e estruturas que dela encontramos na história.

Embora seja uma tarefa árdua e complexa, esta leitura faz-se extremamente relevante neste trabalho, em razão de seu objetivo geral, que visa: identificar como o trabalho interdisciplinar (realizado por assistentes sociais e psicólogos), desenvolvido no campo sociojurídico, apreender as particularidades socioculturais das famílias atendidas neste espaço ocupacional. Neste contexto, desvelar as determinações tanto gerais quanto particulares desta instituição é premissa para que se possa atingir o objetivo apresentado.

Com este intuito, o capítulo, que ora inicia-se, foi dividido em três partes:

- ✓ Na *primeira* parte será realizado um resgate da trajetória sócio-histórica da família, desvelando conceitos, estruturas e relações.
- ✓ Na *segunda* irá abordar a história da família no Brasil e apresenta as principais mudanças desta instituição na atualidade, a partir dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
- ✓ Na *terceira* e última parte buscar-se-á apreender as particularidades socioculturais das famílias amazonenses;

Para realizar o estudo desta categoria serão utilizados tanto autores clássicos, como: Engels (2002), Ariès (1978) e Poster (1998), quanto autores contemporâneos que retratam a realidade da história da família brasileira, como: Bruschini (1998; 2000), Sarti (2000;2002; 2008) e Szymanski (2002a; 2002b). Além de autores que trabalham a realidade do Estado do Amazonas, como: Scherer (2004;2009), Melo e Pinto (2003), Souza (2009), Chaves e Bandeira (2004), entre outros.

## **1. Família: panorama sócio-histórico e conceitual**

Analisar a família é um grande desafio, em especial por esta instituição encontrar-se presente na vida de todos os indivíduos independente de sua classe social. É no âmbito familiar que ocorrem fatos como o nascimento, o crescimento, a união entre casais, o envelhecimento e a morte. A forte tendência de se conceber a família a partir das experiências individuais, ou seja, pela “nossa família”, requer do pesquisador um esforço de estranhamento nem sempre fácil. Isto porque, a família apresenta-se tão próxima que muitas vezes é difícil conceber sua dimensão sócio-histórico e aceitar que nem sempre foi da forma como se apresenta na atualidade (SARTI, 2002; 2008).

De acordo com Bruschini (1990; 2000), Szymanski (2002a; 2002b) e Sarti (2002; 2008), para compreender a história da família primeiramente faz-se necessário desmistificar o processo de naturalização que com frequência esta categoria é submetida no âmbito popular, assim como de algumas literaturas. Isto porque, a história da família não pode ser analisada de forma linear, pois apresenta formas diferenciadas em suas estruturas e configurações no tempo e no espaço.

Naturalizar esta instituição implica aceitar determinadas configurações familiares como modelos-padrões que devem ser seguidos e imitados, não levando em consideração

questões *socioculturais* que passam a ser relegadas em favor de uma ideologia que impõe normas e regras a sociedade, condicionando a família a um determinado modelo. Neste contexto, os demais modelos que fogem aos padrões estabelecidos seriam denominados de “anormais” e “desestruturados”. Segundo Bruschini (2000), estudos no campo da Antropologia sugerem que “se existisse” algum grupo “natural” este seria, quando muito, a mulher e sua prole.

Engels (2002), em seu livro intitulado “A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado”, realiza um resgate da história da família desde a época primitiva da humanidade associado ao desenvolvimento dos meios de produção. Esta associação corresponde à concepção materialista defendida pelo autor que concebe o desenvolvimento da sociedade e das instituições sociais determinadas pelo modo de produção material e imaterial, ou seja, a forma como a sociedade se organiza para produzir seus meios de existência.

Segundo este autor o estudo da história da família iniciou em 1861, com o livro “Direito Materno” inscrito por Bachofen. Entretanto foram as pesquisas do antropólogo norte-americano Lewis H. Morgan publicados 1877, no livro intitulado “A Sociedade Antiga”, que ofereceram uma maior compreensão acerca do desenvolvimento da família. Assim, o livro de Morgan apresenta-se como referência central para as reflexões desenvolvidas por Engels.

Ao estudar as relações de parentesco existentes entre as tribos dos Iroqueses, Morgan (1877 *apud* ENGELS, 2002) formulou uma teoria para o desenvolvimento primitivo da *Gens*. No estágio primitivo da humanidade, as relações sexuais eram reguladas por uma promiscuidade tolerante que permitia as relações entre pais e filhos e entre diferentes gerações, não existindo ainda as interdições de barreiras impostas pelos padrões legais e culturais que vigoram no tempo histórico atual. A descendência era contada através da linha materna, o que impunha a figura da mulher uma posição de respeito e consideração frente aos demais membros da tribo caracterizando o matriarcado. A centralidade adquirida pela figura da mulher neste momento da história não ocorria apenas em razão da maternidade, mas também pela sua participação preponderante na economia doméstica constituindo-se importante força de trabalho para a reprodução dos membros da família.

No entanto, com o desenvolvimento de novas atividades produtivas, a estrutura das famílias foi modificando-se. Segundo Engels (2002) e Morgan (1876), a partir do momento que começou a deter o conhecimento acerca da agricultura e da criação de animais, o homem passou a produzir além do necessário para sua subsistência material. Até este momento, a

riqueza material limitava-se aos instrumentos necessários para obtenção e preparo dos alimentos – o barco, as armas, os objetos caseiros, entre outro. No entanto, através da domesticação de animais, da agricultura e da elaboração dos metais, o homem atingiu “mananciais de riqueza até então desconhecidos, criando relações sociais inteiramente novas”, o que lhe proporcionou poder tanto no espaço público, quanto no privado (ENGELS, 2002, p.54).

Estas novas relações processaram-se conduzidas pela desigualdade e pela submissão de um sexo sobre o outro. Por deter a propriedade dos bens produzidos, o homem passou a ocupar, dentro da família, uma posição superior aos demais membros. Segundo Engels (2002), o trabalho da mulher passou a perder importância quando comparado às atividades produtivas do homem, ou seja, “este trabalho passou a ser tudo; aquele, uma insignificante contribuição” (ENGELS, 2002, p.167).

No mais, a riqueza produzida colocou em debate uma questão crucial: a herança. Como a descendência era contada a partir da linha materna, a herança de um homem morto era repassada aos parentes gentílicos mais próximos, ou seja aos consanguíneos por linha materna. Desse modo, a herança cabia em primeiro lugar aos irmãos e irmãs e aos descendentes das irmãs de sua mãe ficando os filhos do falecido deserdados. A solução para este problema resultou na abolição do direito materno, dando lugar para a filiação masculina e o direito hereditário paterno (ENGELS, 2002).

Na visão de Engels (2002, p.58), o desmoronamento do direito materno foi a “grande derrota histórica do sexo feminino em todo o mundo”. Isto porque, a mulher além de ter sido destituída de todos os direitos que lhe foram conferidos anteriormente, viu-se “convertida em servidora, em escrava da luxúria do homem, em simples instrumento de reprodução” ficando submetida aos seus domínios e desejos.

Deste modo, Engels (2002) assegura que a família monogâmica surgiu por determinações econômicas, ou seja, pela concentração da riqueza nas mãos do homem, que vê a necessidade de procriar filhos cuja paternidade seja indiscutível no intuito de repassar os bens acumulados. No entanto, esclarece que apesar de impor uma solidez maior nas relações conjugais, a fidelidade só era - neste momento histórico - exigida da mulher, sendo comum na sociedade a prática do adultério por partes dos homens.

Vale ressaltar que o poder conquistado pelo homem neste momento, possibilitou que este detivesse o domínio e o poder não apenas sob os demais membros familiares, mais

também sobre determinado número de escravos que passaram a lhe servir. Neste contexto, surgiu na Grécia Antiga a palavra família, que segundo Engels (2002) é proveniente do latim *famulus* e significava escravo doméstico. Inicialmente, esta palavra não era utilizada para designar os cônjuges e seus filhos, mas somente os escravos de propriedade da família. Apenas posteriormente, o termo passou a ser utilizado referindo-se a “um novo organismo social, cujo chefe mantinha sob seu poder a mulher, os filhos e um certo número de escravos, com o pátrio poder romano e o poder de vida e de morte sobre todos eles” (ENGELS, 2002, p.58).

Esta citação apresenta a dimensão da autoridade adquirida pelo homem no seio da família no decorrer da história e, conseqüentemente, a submissão dos demais membros frente a esta autoridade.

O quadro abaixo demonstra como se constituiu a família no decorrer da pré-história até o início da civilização, segundo a concepção de Engels (2002).

Estágios pré-históricos de cultura	Estágio de Produção	Tipos de Família	Características das Famílias
<b>Selvagem</b>	<i>Período em que inicialmente predomina a apropriação de produtos da natureza prontos para serem utilizados e a fabricação dos primeiros instrumentos como o arco e a flecha.</i>	<p><b>Família Consanguínea</b></p> 	<i>Os grupos conjugais classificam-se por gerações. Exemplo: todos os avós e avôs eram respectivamente marido e mulher, o mesmo acontecendo com os filhos, entre outros. A descendência era contada por linha materna.</i>
		<p><b>Família Punaluana</b></p> 	<i>Surge no fim da barbárie. Inicia-se um processo de exclusão entre os casais, primeiramente entre pais e filhos e posteriormente entre irmãos.</i>
<b>Barbárie</b>	<i>O homem desenvolve a técnica da agricultura e da criação de animais.</i>	<p><b>Família Sindiásmica</b></p> 	<i>Consolidou-se a união conjugal por pares, sendo proibido o matrimônio entre parentes consanguíneos. Passa a ser exigida a fidelidade das mulheres, embora seja permitida</i>

			<i>a poligamia e a infidelidade do homem. Neste modelo de família a descendência ainda era contada por linha materna.</i>
<b>Civilização</b>	<i>O homem desenvolve suas habilidades manuais, além do desenvolvimento da indústria e da arte.</i>	<p style="text-align: center;"><b>Família Monogâmica</b></p> 	<i>Ocorre o fim do matriarcado, com a abolição do direito materno em substituição a filiação masculina e ao direito hereditário paterno. Os laços conjugais ganham maior solidez, embora ainda seja concedido ao homem o direito a infidelidade.</i>

**Quadro nº 1: Quadro demonstrativo da evolução da família no período da pré-história até o início da civilização na concepção de Engels**

**Fonte: ENGELS, Friedrich. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. 2002**

De acordo com os dados do quadro nº 01, entende-se que na visão deste autor, a evolução das relações familiares no período da pré-história ocorreu em uma constante redução, na qual as relações grupais que abarcavam a tribo inteira foi diminuindo em um processo de progressiva exclusão chegando ao início da Civilização com o relacionamento monogâmico e com o fim do matriarcado. Esta contínua redução, segundo Engels (2002), é determinada pelo modo como o homem produz os bens materiais necessários para sua sobrevivência imediata.

Nessa leitura de Engels (2002), as relações conjugais não surgiram baseadas no sentimento e nas emoções, tão recorrentes na atualidade. Segundo os estudos do historiador francês Phillips Ariès (1978) - realizados na Europa - o sentimento de família só vai emergir a partir do século XV. Ou seja:

Só assistimos o nascimento e desenvolvimento do sentimento de família a partir do século XV. Anterior a esse período a densidade social não deixava lugar para a família. Não que a família não existisse como realidade vivida: seria paradoxal contestá-la. Mas ela não existia como sentimento ou como valor (ARIÈS, 1978, p.191).

Esclarece o autor que na referida época o sentimento entre os casais, assim como entre pais e filhos, não era necessário para a harmonia e a convivência familiar, entretanto “se ele existisse, tanto melhor” (ARIÈS, 1978, p.05). A resposta a esta suposta “indiferença emocional”, podia ser encontrada na ausência de um espaço privado para a convivência familiar, pois, de acordo com Ariès (idem) “as trocas afetivas e as comunicações eram realizadas fora da família, num meio muito denso e quente, composto de vizinhos, amigos,

amos e criados, crianças e velhos, mulheres e homens [...] as relações conjugais se diluíam nesse meio”.

Ariès (1978) chama a atenção para a importância da linhagem neste momento da história da família. Segundo este autor, os laços de sangue não se constituíam em um único grupo, mais sim dois: a família e a linhagem. A família - em sua estrutura - em muito se comparava a família conjugal moderna. Quanto à linhagem abarcava todos os descendentes de um mesmo ancestral. No cerne da burguesia as relações de linhagem constituíam-se na garantia da continuidade dos bens no meio familiar. Por esta razão ocorria ocasionalmente o casamento entre primos e sobrinhos. Nesse contexto, Ariès (1978, p.213) relata que “no mundo dos sentimentos e dos valores a família não contava tanto como a linhagem. Poder-se-ia dizer que o sentimento de linhagem era o único sentimento de caráter familiar conhecido na Idade Média”. Estavam diretamente relacionados à ausência de proteção por parte do Estado, em especial junto às famílias com menor poder econômico. Assim, a dissolução do Estado e a necessidade de proteção obrigaram os homens a agruparem-se, de modo a garantir a proteção a toda a família. Ainda segundo este autor, o reconhecimento e a importância da linhagem nesta época, com Duby *apud* Ariès (1978, p.204):

[...] a família é o primeiro refúgio em que o indivíduo ameaçado se protege durante os períodos de enfraquecimento do Estado. Mas assim que as instituições políticas lhe oferecem garantias suficientes, ele se esquiva da opressão da família e os laços de sangue se afrouxam. A história da linhagem é uma sucessão de contrações e distensões, cujo ritmo sofre as modificações da ordem política.

Nesse contexto, o autor afirma que até meados do século XVI, a família tinha como função “a conservação dos bens, a prática comum de um ofício, a ajuda mútua quotidiana num mundo em que um homem e mais ainda uma mulher isolada não podiam sobreviver, e ainda, nos casos de crise a proteção da honra e da vida” (ARIÈS, 1978, p.06). Assim, a família neste período, “era uma realidade moral e social, mais do que sentimental” (Idem).

Como exemplo, Ariès (1978) destaca como ocorria a educação das crianças até meados do século XVII. Assim que começavam a adquirir certa independência não necessitando mais do apoio de adultos para realizar as tarefas cotidianas, as crianças eram afastadas – por pelo menos oito anos - de seus pais para serem educadas junto a outras famílias, de forma que pudessem aprender um determinado ofício. De modo geral, este aprendizado ocorria através da participação continua da criança na vida do adulto. Como alude o autor, “em toda a parte onde se trabalhava [...] as crianças se misturavam aos adultos. Dessa maneira, elas aprendiam a viver, através do contato de cada dia” (ARIÈS, 1978, p.219).

Esta realidade dificultava o desenvolvimento de laços entre pais e filhos, pois quando estes retornavam para a família - o que nem sempre acontecia - já estavam quase adultos.

Corroborando com os dados apresentados por Ariès (1978), o historiador norte-americano Marx Poster (1979) afirma que os modelos de família que vigoravam na Idade Média não davam valor a privacidade, a domesticidade, ao amor romântico, aos sentimentos e aos cuidados com as crianças. O autor ressalta que tanto nas famílias com alto poder econômico (família aristocrática), quanto nas famílias empobrecidas (famílias camponesas), os casamentos, os cuidados com as crianças e a vida cotidiana não envolviam alto grau de afeto.

Nas famílias aristocráticas, os casamentos visavam assegurar os bens da família dentro da mesma linhagem de forma a não ocorrer divisão e diminuição de poder. O destino da linhagem dependia de casamentos que mantivessem intactas as propriedades da família. Ou seja, o casamento constituía-se de um ato político e econômico no qual não havia a necessidade de se estabelecer relações afetivas e românticas para sua concretização, somente relações de ordem financeira.

A vida dos camponeses era direcionada e regulada pelos costumes e tradições historicamente estabelecidos entre os aldeões através do tempo. Estes costumes conduziam as atividades e as relações dentro da aldeia e visavam assegurar a subsistência das várias famílias que ali viviam. Segundo Poster (1979, p.203), os laços de dependência com a aldeia era a principal característica destas famílias, tanto que “a unidade básica da vida camponesa em começos do período moderno não era a família conjugal, mas a aldeia. A aldeia era a “*família*” do camponês”. No espaço da aldeia ocorriam os nascimentos, os batizados, os casamentos, a educação e socialização das crianças, assim como a ajuda mútua nas atividades produtivas como a agricultura e a criação de animais, entre outras. Nesse contexto, a família para os camponeses ia além dos laços de sangue, de aliança e de parentesco, envolvia relações estabelecidas culturalmente que garantiam a sobrevivência material e imaterial destas famílias.

Entretanto, com o desenvolvimento do sistema capitalista de produção, novos modelos de família foram emergindo em consonância com as mudanças econômicas e políticas da época. Engels (2002) assinala que o modo de produção capitalista destruiu as antigas relações tradicionais e substituiu costumes herdados e os direitos históricos por relações de compra e venda.

Ressalta-se que nas sociedades medievais com sua economia natural as relações davam-se através de simples troca. Com o desenvolvimento do capitalismo as relações de produção existentes começaram a ser ameaçadas pelo crescimento do comércio, tornando as transações cada vez mais complexas. A economia natural passa, então, por uma descaracterização progressiva, sendo acentuadamente substituída por novas formas de troca. Os burgueses passaram a controlar o mercado urbano, ampliando seu capital econômico e seu poder político. Com isto, os camponeses que viviam do trabalho rural veem-se obrigados a deixarem seu lugar de origem e adentrar nos centros urbanos, de forma a prover os bens materiais necessários para sua sobrevivência. Esses camponeses, com o desenvolvimento das fábricas, formaram a grande massa de trabalhadores assalariados (MARTINELLI, 2006).

Essas mudanças econômicas e políticas repercutiram gravemente no modo de ser tanto das famílias aristocráticas, quanto das famílias camponesas que gradual e lentamente foram se modificando. No bojo destas modificações emerge a família nuclear burguesa que - de acordo com as pesquisas de Poster (1979) e Ariès (1978) - elegeu padrões de convivência completamente diferenciados ao conduzir suas relações pelo afeto materno, poder paterno e pela privacidade. A casa tornou-se um lugar de descanso do tempo despendido fora do mundo do trabalho, pois “[...] as relações internas da família burguesa eram consideradas fora da jurisdição da sociedade. A família era um microcosmo privado, um santuário em cujos recintos sagrados nenhum estranho tinha o dever de entrar.” (POSTER, 1979, p.188).

Na concepção de Ariès (1978) e Poster (1979), a família neste momento passa a exercer uma função socializadora que até então era realizada no espaço público. A produção material realizada, até então, no espaço doméstico, passa a ser realizado fora do lar. Ou seja, a família deixa de ser uma unidade de produção econômica e passa a concentrar-se na socialização de seus membros. No mais, o isolamento familiar acentua a participação da mulher no meio familiar à medida que esta passa a ser responsável pela educação dos filhos, enquanto o marido provê os bens materiais através de seu trabalho. Nesse contexto, a família torna-se um lugar de refúgio e de afetividade, na qual passa a se estabelecer relações de acolhimento e de afeto entre pais e filhos e entre marido e mulher.

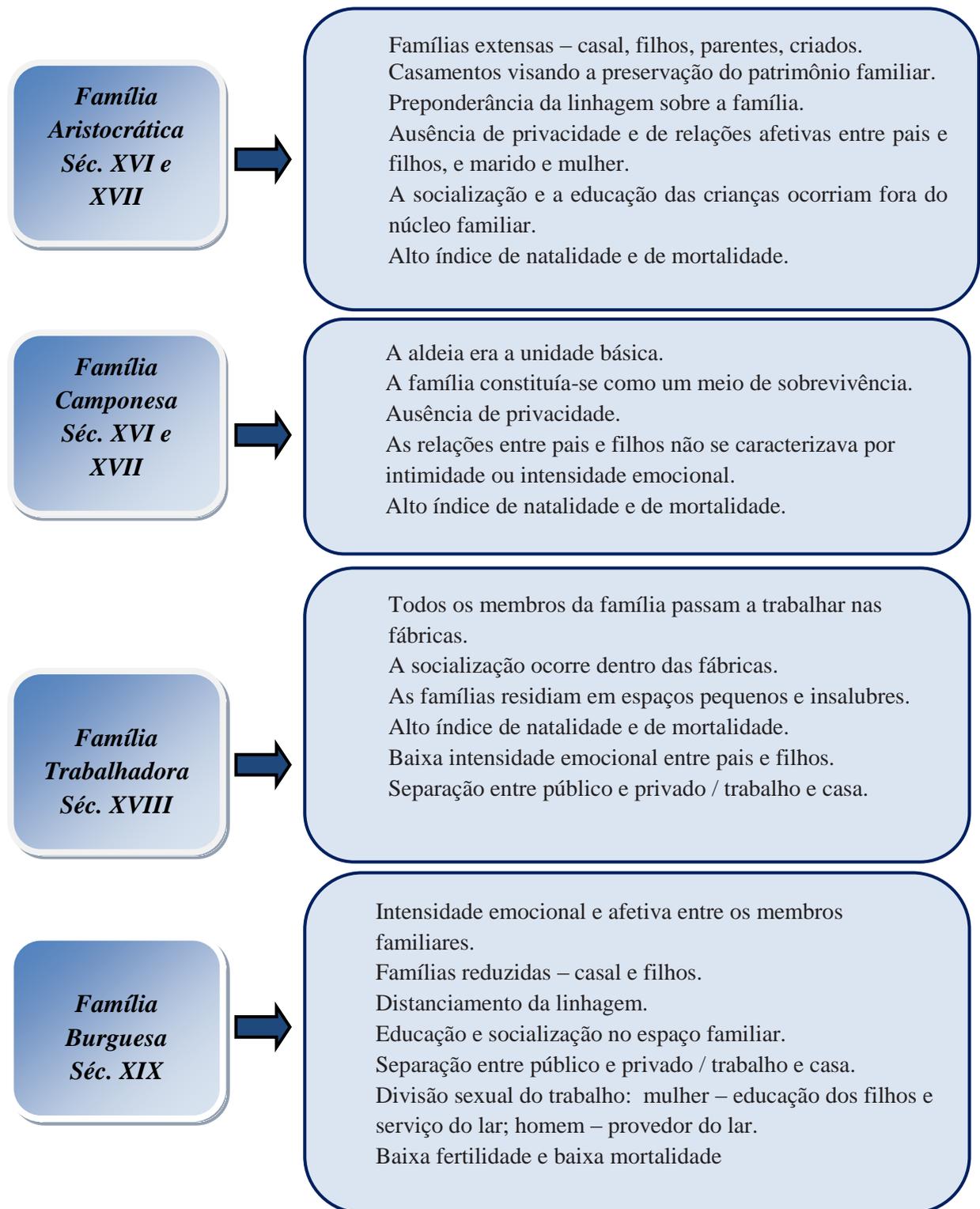
Assim, identificam-se relações familiares completamente diferenciadas dos períodos anteriores. Entretanto importa salientar que a família nuclear burguesa foi apenas um dos modelos de família existentes no período da industrialização. A nova classe de operários que surgiu com o desenvolvimento das grandes indústrias construiu uma nova estrutura de família - a proletária. Essas famílias eram em sua grande maioria formada por pessoas que residiam

no campo e foram obrigadas a procurar emprego nas novas fábricas. Embora, tivessem o hábito de laborar várias horas por dia, a nova massa de trabalhadores não estava preparada para trabalhar em um ambiente degradante e insalubre, recebendo o mínimo necessário por sua mão-de-obra. No mais, as precárias condições de vida obrigaram todos os membros da família a adentrar nas novas fábricas. Assim, crianças, adolescentes, jovens e mulheres tiveram que vender sua força de trabalho, o que implicou segundo Martinelli (2006, p. 43), em “graves repercussões para a personalidade desses jovens trabalhadores e para a sua família”.

A família viu-se obrigada a conviver em um ambiente completamente diferenciado do espaço anterior. O cotidiano que lhe proporcionava contanto diário com a terra e com o campo já não mais existia. As relações comunitárias que conduziam as atividades produtivas e o modo de vida dos aldeões já não eram mais inteiramente possíveis nos centros urbanos, embora estes tenham buscado preservar antigos hábitos e costumes. Poster (1979) alude que as relações de “ajuda mútua” que conduziram as relações nas famílias camponesas reapareceram no sistema capitalista dentro de novas configurações, pois “a greve e a destruição de máquinas, eram, em suas primeiras manifestações, extensões das mais antigas formas de solidariedade comunal diante das opressivas condições na fábrica” (POSTER, 1979, p.211).

Prosseguindo, Poster (1979) assinala que no processo de acumulação primitiva o padrão familiar apresentado pela classe trabalhadora, inicialmente, era completamente diferenciado da família burguesa. Entretanto, no fim do século XIX, a família trabalhadora europeia já apresentava várias características da família burguesa. As primeiras conquistas trabalhistas (salário-família, limite de horas de trabalho, entre outras), minimizaram o estado de vulnerabilidade social vivida por inúmeras famílias trabalhadoras, que passaram a conduzir seu modo de vida a partir do modelo nuclear burguês, direcionados pelo crescente esforço da burguesia filantrópica que tentava reformar a moralidade das famílias proletárias. Enquanto, nas famílias nucleares burguesas as relações eram reguladas pela privacidade e pela repressão sexual, nas classes populares eram comuns às uniões consensuais e o concubinato apresentando uma forma de viver em família completamente diferenciada. Buscou-se, com o auxílio da Igreja, disseminar o modelo de família nuclear burguês como modelo “moral” a ser seguido e imitado pelo restante da sociedade europeia.

O quadro abaixo apresenta os modelos e as principais características das famílias estudadas por Poster (1979):



**Quadro nº2 – Características das famílias aristocrática, camponesa, trabalhadora e burguesa na concepção de Marx Poster**

**Fonte: POSTER, Marx. Teoria Crítica da Família. 1979.**

Considerando estes modelos de famílias, Poster (1979, p.216) conclui-se que a história da família deve ser considerada como “descontínua, não linear e não homogênea [...] consiste

em padrões familiares distintos, cada um com sua própria história, cada um requerendo o seu próprio conjunto de explicações de origem e mudança”.

Frente às premissas apresentadas até o momento, considera-se que a instituição família varia no tempo e no espaço, sendo condicionada, entre outros fatores, por questões econômicas, políticas e culturais. Sendo fruto da história humana, esta instituição, encontra-se sempre sujeita as determinações desta. Autores como Kaslow (1998 *apud* SZYMANSKI, 2000a, p.18) enfatizam a influência dos fatores externos (econômicos e políticos) no interior das relações familiares. De acordo com esta autora:

No nível microsistêmico (nos mundos individual e pessoal), as famílias refletem os problemas dos contextos mais amplos em que vivem. Muitos são atingidos pelos estresse causado por mudanças radicais nas esferas econômica e sociopolíticas de sua sociedade. (SZYMANSKI,2000, p.18)

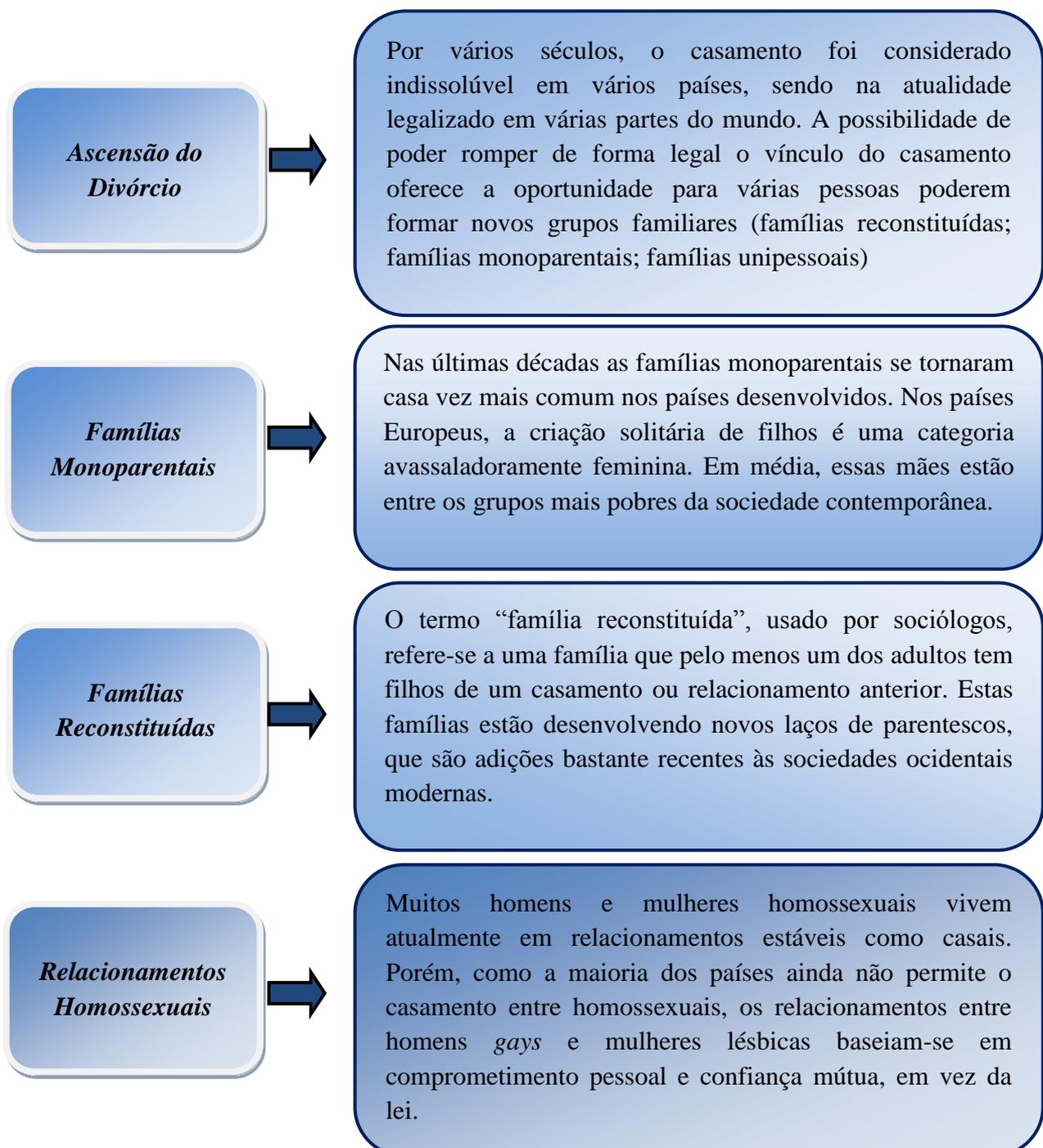
Ao se desconsiderar questões econômicas, políticas, culturais e sociais, assim como os diferentes modelos familiares, corre-se o risco de “homogeneizar” a história, traçando-se formulações teóricas a-históricas que não respondem com a dinâmica social. Nesta linha de pensamento, Mioto (1997, p.200) afirma que a família contém as determinações mais gerais da sociedade, e por isto está em permanente processo de mudanças, expressando no seu interior o dinamismo da sociedade, ao mesmo tempo em que também provoca novas alterações nas relações culturais e sócio-jurídicas.

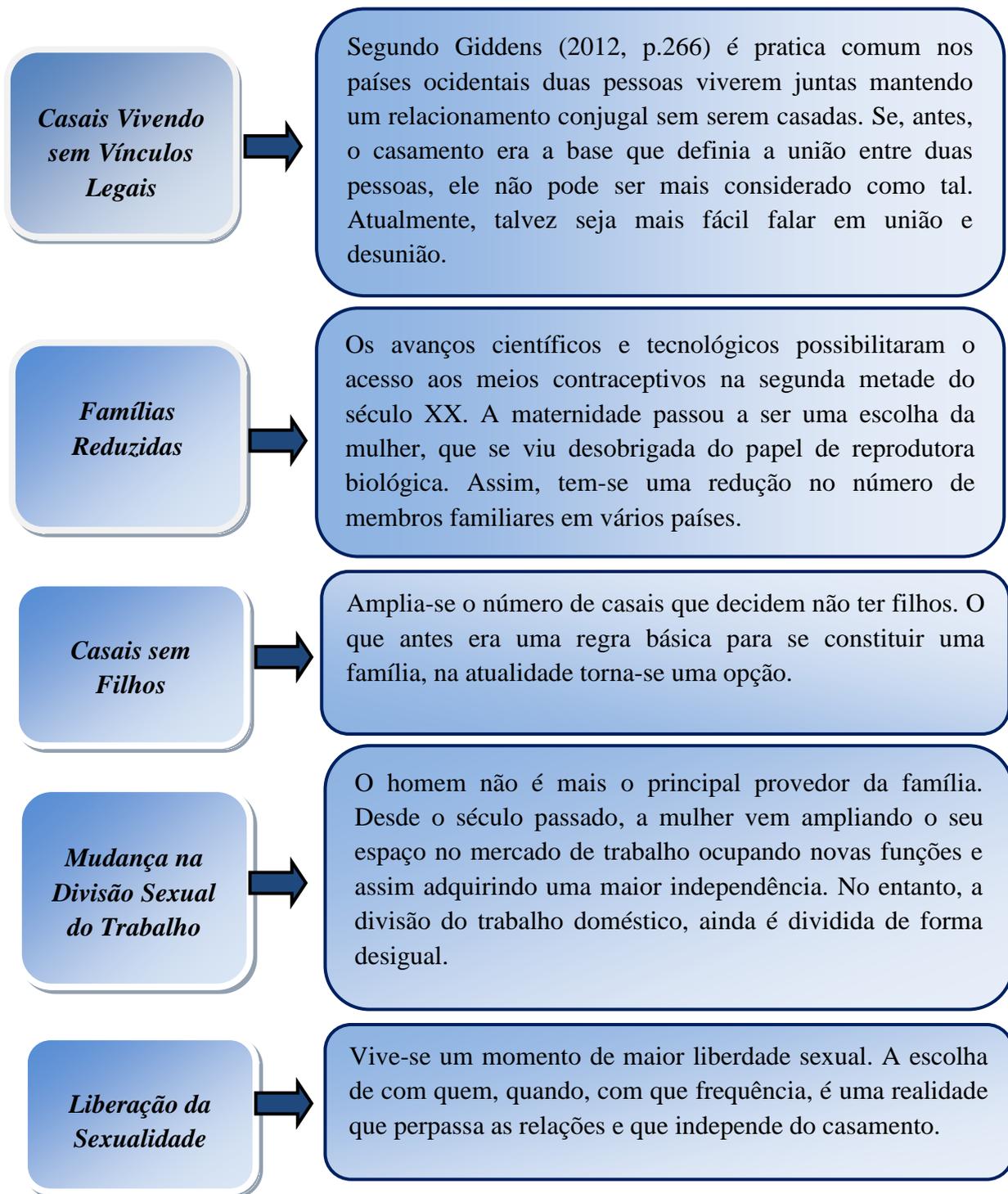
Corroborando com esta afirmação o sociólogo inglês Antony Giddens (2012) assinala que a realidade a nível global na atualidade apresenta uma diversidade de modelos familiares. Ou seja, antigos modelos de família convivem no tempo com novas configurações familiares, sendo que as principais mudanças vêm ocorrendo nos países industrializados. Alguns fatores são identificados por este autor como possíveis causas dessas mudanças:

- Disseminação da cultura ocidental - os ideais ocidentais do amor romântico se espalharam para sociedades onde antes eram desconhecidos.
- Desenvolvimento de governos centralizados – pequenos grupos sociais estão perdendo sua autonomia política, sofrendo influências do sistema político nacional e alterando modos tradicionais de comportamento.
- Processo de migração do meio rural para os espaços urbanos – a mudança para a cidade altera as estruturas familiares e enfraquece antigos laços de parentesco. Além disto, as oportunidades de emprego longe da terra tendem a ter consequências

perturbadoras para grupos familiares, antes com sua subsistência centradas na produção agrícola.

Estas mudanças atingem as diversas sociedades globais de forma diferenciada, dependendo de questões políticas, econômicas e culturais. É possível encontrar formas antigas de relações e estruturas familiares convivendo com modernos padrões de viver em família. Giddens (2012) aponta as mudanças mais evidentes na estrutura e organização familiares, em especial nos países industrializados do Ocidente. O quadro abaixo apresenta estas mudanças:





*Quadro nº3- Principais mudanças na estrutura e organização familiares, em especial nos países industrializados do Ocidente*

*Fonte: GIDDENS, Anthony. Sociologia, 2012*

O referido autor explica que algumas destas mudanças estão em fase de conquistas, enquanto outras estão sendo amplamente contestadas em determinados países. No mais,

“existem diferenças na velocidade com que as mudanças ocorrem, e existem retrocessos e tendências opostas que também devem ser considerados” (GIDDENS, 2012, p.247).

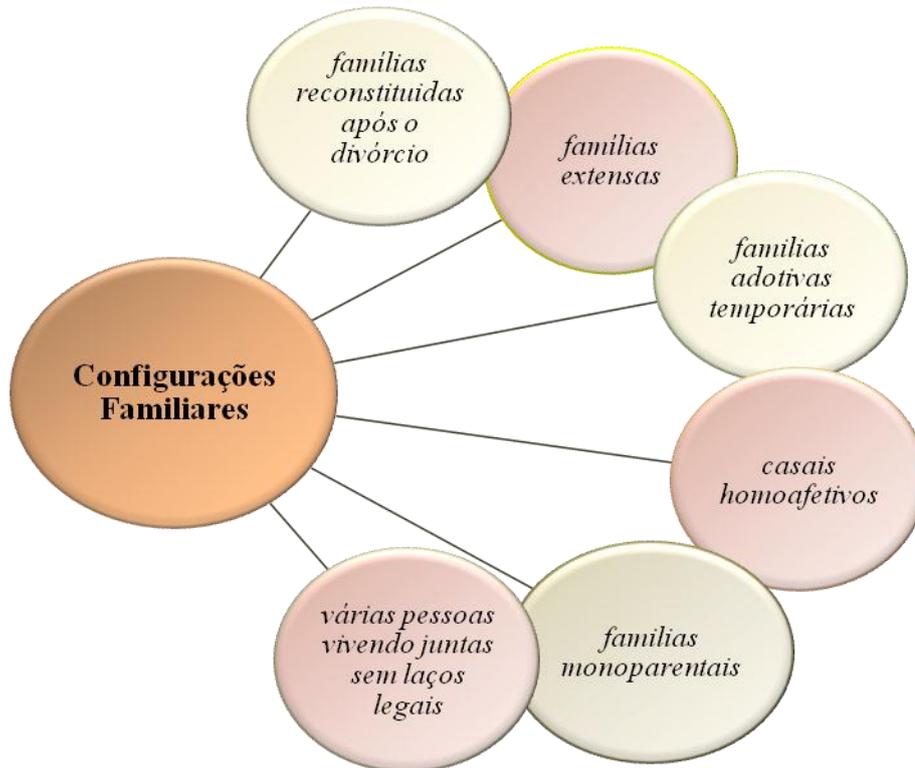
Frente a este contexto, Giddens (2012) e Sarti (2008) ressaltam que alguns autores conservadores estariam debatendo acerca do “colapso da família”. Com essas mudanças - em sua estrutura e organização - a família não mais estaria atendendo a função de reprodução e socialização de seus membros.

No entanto, em contraponto a esta visão pessimista, autores como Bruschini (1990) e Kaloustian & Ferrari (1998) assinalam que a família continua apresentando-se como espaço privilegiado de proteção e de profundas idealizações independente dos abalos externos que vem recebendo. Ou seja:

A família [...] em meio a discussões sobre a sua desagregação ou enfraquecimento, está presente, e permanece enquanto espaço privilegiado de socialização, de prática de tolerância e divisão de responsabilidades, de busca coletiva de estratégias de sobrevivência e lugar inicial para o exercício da cidadania sob o parâmetro da igualdade, do respeito e dos direitos humanos. A família é o espaço indispensável para a garantia da sobrevivência de desenvolvimento e da proteção integral dos filhos e demais membros, independente do arranjo familiar ou da forma como vem se estruturando. (KALOUSTIAN & FERRARI, 1998, p.11).

Assim, a família prossegue se constituindo como uma instituição importante para o desenvolvimento da personalidade, para subsistência material, afetiva e espiritual, assim como relevante espaço de socialização primária dos indivíduos. Para estes autores, as diversidades de configurações na atualidade apresentam-se como uma forma de resistência e de estratégias de sobrevivência frente aos constantes abalos que todos os membros desta instituição vêm sofrendo.

Segundo Kaslow (2001 *apud* SZYMANSKI, 2002b, p.10), as principais configurações da família na contemporaneidade são:



**Figura 01- Relação das diversas configurações da família na atualidade**  
**Fonte: SZYMANSKI, Heloisa. Família como desafio de cuidado mútuo. 2002b**

Desta forma, existe na contemporaneidade uma pluralidade de configurações familiares, que obriga a sociedade a modificar conceitos e padrões morais estabelecidos culturalmente, assim como criar novas leis de forma a apreender no campo do direito as novas relações.

Assim, conceber a família apenas como um grupo de indivíduos que habitam a mesma casa, ligados por laços de sangue e que tem o pai como principal provedor e chefe da família, não cabe na realidade atual. Sarti (2008) chama a atenção para as interferências tecnológicas que tem ocasionado mudanças significativas no modo de ser de muitas famílias. Segundo esta autora:

Não obstante, ambas as intervenções tecnológicas – relativas a anticoncepção ou a reprodução assistida – implicam, pelo menos em algum nível, a introdução da noção de “escolha”, seja para evitar a gravidez, seja para provocá-la por meios “não naturais”. Nesse sentido, a ruptura com a concepção naturalizada da família, reforçada pelas tecnologias, pelo menos contribui, ainda que não garanta, para se pensar os eventos familiares, desde os mais cotidianos, como passíveis de indagações e de negociações, permitindo a emergência de uma “nova intimidade” (p.122).

Prosseguindo, a referida autora também afirma que estas novas mudanças trazidas pela ciência encontram certa resistência no imaginário social ao tentar produzir a desnaturalização de relações simbolicamente estabelecidas e produzidas no cotidiano familiar. A natureza simbólica da família socialmente construída por instituições de caráter jurídicas, religiosas e políticas, formou junto à sociedade um “deve ser família” ancorado nas leis biológicas da natureza. Os avanços tecnológicos, como a pílula anticoncepcional, apesar de provocar mudanças nas relações e nos valores familiares, apresentam também os espaços de resistência e de negação do novo.

Vale ressaltar a dimensão que a individualidade adquiriu na atualidade. Segundo Sarti (2002), a possibilidade de controle da reprodução permitiu ao sexo feminino a reformulação do seu espaço na esfera privada e sua entrada definitiva na esfera pública. Ora, a família vem há alguns séculos, configurando-se como um espaço marcado pela diferença hierárquica e complementar tanto entre homem e mulher, quando entre pais e filhos. Isto implica relações permeadas pela autoridade, por regras e por superposições de funções. A afirmação da individualidade na esfera familiar implica na reorganização da autoridade e na divisão sexual de papéis, à medida que os anseios/desejos individuais não cabem em antigas formas de relações familiares. Desta forma, a individualidade poderia abrir espaço para novas concepções de relações familiares, que se apresentaria através da negociação e da possibilidade de escolha em contraponto ao autoritarismo e a hierarquia.

Diante das informações expostas, percebe-se a complexidade que envolve esta categoria em análise - a família. Seu estudo impõe estabelecer diálogos socioculturais, econômicos e políticos que delineiam as relações na sociedade. Contudo, a pretensão deste primeiro momento é apresentar o desenvolvimento sócio histórico da família buscando apreender suas configurações e conceitos, além de desmistificar a concepção tradicionalista que tende a naturalizar a concepção de família como se esta instituição fosse alheia aos determinantes gerais da sociedade. Entende-se que a família é fruto da história social dos sujeitos sociais, logo esta se cria e recria num movimento dialético e incessante, e que o processo de intensas mudanças não ocorre de forma mecânica nem automática, mas com idas e vindas, independente do tempo e do espaço.

## 1.2. Formação da família no Brasil: breve resgate sócio-histórico

Ao incursionar pelo estudo da história social da família brasileira, observa-se que na atualidade, os historiadores vêm buscando desmistificar algumas interpretações distorcidas e equivocadas que foram realizadas no âmbito da historiografia. Pesquisas como da historiadora Eni Samara (1981; 1989; 2002) refuta a ideia da família patriarcal como modelo único e preponderante no país nos séculos passados, assim como a imagem da mulher como esposa “dócil e submissa”, ou seja, uma posição subordinada e subserviente em relação aos homens.

De acordo com Samara (1981; 1989; 2002), até a década de 60, a família brasileira teve pouca atenção no campo científico, o que contribuiu para a difusão do conceito de família patriarcal enquanto teoria explicativa das relações familiares, em especial, pela grande aceitação da obra literária *Casa Grande e Senzala* de Gilberto Freyre.

A referida autora afirma que a colonização portuguesa trouxe ao Brasil o modelo de família patriarcal caracterizada pela autoridade masculina consubstanciada na figura paterna, assim como o controle da sexualidade feminina em favor da herança e da sucessão. No entanto ao realizar uma pesquisa com o intuito de analisar o papel do casamento na sociedade paulista do século XIX, Samara (1981, 2002) detectou que a família patriarcal era própria das camadas dominantes, em especial dos senhores de engenhos e dos barões do café, não abarcando a realidade das camadas populares na qual predominava o concubinato e as uniões consensuais.

[...] os matrimônios se realizavam no círculo limitado e estavam sujeitos a certos padrões e normas que agrupavam os indivíduos socialmente, em função da origem e da posição socioeconômica ocupada, fato que não eliminou a fusão dos grupos sociais e raciais que ocorreu paralelamente através das uniões esporádicas e da concubinação (SAMARA, 1981, p.18).

Além disto, esta autora também alega que juntamente com as famílias patriarcais, chefiadas pelos coronéis de engenho e a grande massa dos desfavorecidos sociais que formavam a sociedade na época colonial, havia também vários outros grupos, entre os quais os agentes fiscais da Coroa Portuguesa, os responsáveis pelo pequeno comércio, os artesãos, os pequenos proprietários, e alguns outros que compunham formas diferenciadas de configurações familiares existentes no mesmo tempo e espaço das famílias patriarcais. Segundo os dados levantados por Samara (2002, p.03), a família do tipo patriarcal não chegava a representar 26% dos domicílios existentes no período colonial. Desta forma, os

estudos acerca da instituição família “deve partir de critérios que levem em conta temporalidades, etnias, grupos sociais, contextos econômicos regionais, razão de sexo e movimento da população” (Idem).

Seguindo nesta mesma linha crítica, Mariza Correa (1981) traz uma importante contribuição, a saber:

A família patriarcal pode ter existido. E seu papel ter sido extremamente importante, apenas não existiu sozinha, nem comandou do alto da varanda da casa grande o processo total de formação da sociedade brasileira. [...] O conceito de família patriarcal como tem sido utilizado até agora, achata as diferenças, comprimindo-as até acabarem todas num mesmo molde que é então utilizado como ponto central de referência quando se fala de família brasileira (CORRÊA, 1981, p. 146).

Corroborando com Samara (1981; 1989) e Correa (1981), Neder (1998, p.26) em suas pesquisas nas quais buscou desvelar as diferenças étnicas e culturais na formação da família no Brasil, assegura que desde a colonização até a atualidade nunca houve apenas um modelo de família predominante. Na realidade, a sociedade brasileira abarca desde a sua origem colonial uma pluralidade de modelos familiares, “*tendo em vista a multiplicidade étnico-cultural que embasa a composição demográfica brasileira*”. Neste contexto, Neder (1988) sugere trabalhar com o termo “família” no plural de forma a abarcar as diferenças culturais.

Assim, estudos que sugerem a família patriarcal como modelo predominante no Brasil estariam apresentando apenas a realidade de uma pequena parcela da população, não levando em consideração questões econômicas e socioculturais da população.

No entanto, Medina (1997) ressalta que apesar do modelo de família patriarcal ser vivido por uma classe social específica - “a dominante” -, este se apresentava como modelo ideal de “ser família” na sociedade brasileira. Suas regras e valores ditavam como deveriam ocorrer as relações familiares, estipulando o que era certo e errado tanto no espaço privado, quanto no público. Subdividia-se o que era “coisa de homem e coisa de mulher”, assim, “a segregação dos papéis sociais entre homem e mulher era uma das principais características deste modelo de família” (MEDINA, 1997, p.15).

A segregação dos papéis sociais ocorria desde o nascimento dos filhos, através da educação diferenciada para meninos e meninas. A menina deveria ser preparada para exercer o papel de esposa, mãe e dona de casa, de modo a agradar o futuro marido. Como ao homem cabia o papel de provedor da família, fazia-se necessário uma educação mais rigorosa, de forma que este se transformasse num homem forte e ativo. A menina deveria ser estimulada a

brincar com bonecas, dentro da casa, preparando-se para a maternidade, enquanto o homem deveria participar de brincadeiras ativas na rua, pois ocuparia o espaço público, em detrimento da mulher que ocuparia o espaço privado. Nesse contexto:

O mundo do homem seria racional, calculista. O mundo da mulher sentimental, afetivo. Por isso mesmo, desde pequeno, o filho homem aprendia que “homem não chora” por mais forte que fosse essa dor sentida, enquanto a mulher podia expressar esse sentimento até o paroxismo (choros, desmaios, nervosismo) sem que isso oferecesse qualquer surpresa (MEDINA, 1997, p.17).

No fim do século XIX, com a Proclamação da República, o país iniciou o processo de urbanização/industrialização tendo a sua grande concentração na região Sul do país. O projeto republicano visava à modernização tendo como modelo os países europeus. Foram projetadas mudanças no âmbito socioeconômico, cabendo à família um novo padrão de organização inspirado no modismo francês e no conservadorismo dos ingleses. Como partícipe deste projeto emerge a nova família forjada nos padrões europeus. De acordo com Bruschini (2000, p.76), neste tempo, “[...] ocorre a passagem da família extensa para o modelo conjugal com privilegio das funções afetivas”. A escolha do parceiro passou a ser realizado pelo sentimento e não mais por motivos econômicos. O afeto e a felicidade dos filhos passaram a permear as relações entre pais e filhos, embora o vínculo mais forte ainda fosse entre mãe e filhos. Destaca-se, neste momento, a participação da mulher no mercado de trabalho, mesmo restrita a determinados espaços como as escolas. No mais, enquanto a família patriarcal caracterizava-se pelo grande número de agregados, a “nova família burguesa” distingue-se pelo rompimento com os laços e parentesco, reduzindo sua estrutura a mãe/pai/filhos. É a nuclearização da família brasileira. (NEDER, 1998; BRUSCHINI, 1990).

Apesar de todas estas mudanças, Bruschini (1990) afirma que velhos valores morais que condicionavam as relações entre homem/mulher no modelo de família patriarcal, prosseguem no novo modelo de família, pois:

[...] esta nova família conjugal preserva um traço típico da família anterior: o predomínio da dupla moral sexual, que reprime a sexualidade feminina, mantendo o tabu da virgindade e a intolerância para como adultério feminino, e reforça no homem a prática da sexualidade, trazendo em seu bojo a tolerância da sociedade para com o adultério masculino e para com a prostituição, seu complemento natural e necessário (BRUSCHINI, 1990, p.64)

Desta forma, a nova família conjugal, vai emergir incorporando traços da família patriarcal, repercutindo até a atualidade. Ou seja, “o novo” não é assim “tão novo”, pois traz em seu bojo antigas formas de “ser família” (NEDER, 1998).

Vale ressaltar que segundo Bruschini (1990) e Neder (1998), o novo modelo de família era projetado para uma determinada classe, em especial, para aquela com poder econômico, pois, as famílias das classes populares não participavam deste processo modernizador. Ou seja:

Evidentemente, este projeto voltava-se para a modernização da família branca, de origem europeia, e inscrevia-se no quadro das modificações da família tradicional, que tendia a alterar-se com a urbanização e o modismo que impunha mimeticamente novos padrões de comportamento, uma vez que o país estava inserido no mercado mundial (NEDER, 1998, p.32).

A partir do exposto, compreende-se que o modelo de família patriarcal, embora não seja preponderante em todos os segmentos da sociedade, fez parte da constituição histórica das famílias brasileiras, (de)marcando no imaginário social um modo de ser família que, ainda na atualidade, condiciona as relações familiares de vários segmentos sociais. Para Medina (1997, p.26), ainda somos “presos aos valores e comportamento presentes no modelo tradicional e guardamos o que nele achávamos bom em comparação com as dificuldades atuais de ser família”.

Segundo Bruschini (2000), até a década de 60, os estudos acerca da família no Brasil tiveram forte influência da teoria funcionalista norte-americana cujo principal representante foi o sociólogo Talcott Parsons (1956). Na concepção deste sociólogo, a família teria como funções principais a socialização primária e a estabilização da personalidade. A família, como sendo o espaço primeiro na qual a criança aprende as normas culturais, torna-se o *locus* mais importante para o desenvolvimento da personalidade humana. No mais, o isolamento da família nuclear, que não mais contava com o auxílio da rede de parentesco, ampliou a responsabilidade com o bem-estar emocional de seus membros. Nesta linha de pensamento, a família nuclear burguesa apresenta-se como o modelo mais apropriado para lidar com as demandas da sociedade industrial, pois o papel do homem como provedor e da mulher como educadora e dona de casa são complementares e atendem as necessidades de todos os membros da família. Neste contexto, Parsons (1956 *apud* Bruschini, 2000, p.61) propõe o estudo da família nuclear como “um pequeno grupo-tarefa, no qual os membros adultos

desempenham papéis altamente diferenciados, assimétricos e complementares, o que possibilita a presença de modelos masculinos e femininos claramente definidos”.

Contrária à leitura realizada por esta corrente teórica, estudiosos da corrente marxista vão em meados da década de 70, desenvolver uma leitura da família apresentando suas contradições, conflitos e necessidades, em especial, pelo desenvolvimento dos movimentos feministas. Nestes estudos, a família passa a ser visualizada, como:

[...] uma unidade social na qual se realiza a reprodução do trabalhador. Ela é também uma unidade de consumo, função essa que é assegurada de duas maneiras: de um lado colocando no mercado de trabalho alguns dos seus membros, que vendem sua força de trabalho em troca de um salário, com o qual compram mercadorias; de outro lado através da produção de valores de uso, que consiste em preparar, modificar, preservar e consertar mercadorias adquiridas no mercado, de modo a torná-las consumíveis pelos membros da família. Na medida em que não conseguem satisfazer suas necessidades de consumo apenas com o salário do chefe, as famílias proletárias se organizam também em unidades de rendimento, ou grupo, composto pela soma de salários individuais (BRUSCHINI, 1990, p.70).

Neste contexto, é na prática social concreta de seus agentes sociais que a reprodução é assegurada no interior da família. Para tanto, dividem funções e montam estratégias coletivamente de forma a atender as necessidades de consumo, que na grande maioria das vezes só é possível através da conciliação dos rendimentos de todos os seus membros. Assim, a família pode apresentar-se tanto como espaço de aliança, quanto de conflito à medida que as aspirações individuais passam a colidir com interesses coletivos.

Desta forma, percebe-se que definir a família é uma tarefa bastante complexa e está diretamente relacionada à área de estudo abordada. Contudo, o objetivo deste trabalho não é oferecer um conceito e noções fechadas acerca da família, mas fornecer dados que possibilitem uma leitura mais condizente possível sobre a realidade desta instituição. Para tanto, faz-se necessário apresentar algumas das principais mudanças na família brasileira no século XXI.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no Brasil (IBGE) - obtidos através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e Síntese dos Indicadores Sociais (SIS) - indicam as transformações e a diversidade da família contemporânea no Brasil.

De acordo com os dados do IBGE/2010, a família no Brasil durante o período de 1999 a 2009, apresentou diminuição no número de seus membros. Os dados indicam que o número médio de pessoas na família caiu, neste período, de 3,4 para 3,1. No entanto entre as famílias

mais pobres o número de membros é bem maior que a média nacional chegando a 4,2 por família. Na leitura de Sarti (2008, p.25) os avanços científicos e tecnológicos possibilitaram a difusão dos meios contraceptivos a toda a sociedade, o que acarretou o decréscimo da natalidade e conseqüentemente a redução no número de filhos por família, entretanto, esta difusão não teve o mesmo impacto em todos os segmentos sociais, pois, “a maternidade e o filho tem significados distintos para cada um,” além disto a autora assinala que os impactos das mudanças que ocorrem na atualidade recaem de modo diferenciado numa sociedade que tem acesso desigual aos recursos sociais.

Uma das principais mudanças apresentadas nos dados dos Indicadores Sociais é a diminuição no número de famílias nuclear nas últimas décadas. Embora ainda seja a configuração familiar preponderante na sociedade brasileira, seu número vem reduzindo gradativamente. Segundo dados apurados pelos IBGE/2010, o número de família do tipo nuclear no ano de 1999 correspondia a 55% do total, sendo que em 2009, este percentual caiu para 47,3% representando uma redução de 7,7%. Assim sendo, conclui-se que mais de 50% das famílias, hoje no Brasil, apresentam outras configurações.

Entre estas “outras configurações” encontra-se a família formada por um dos pais e seus filhos, denominadas de “famílias monoparentais”. De acordo com os dados do IBGE/2010, esta configuração representava 17,1% no ano de 1990, passando para 17,4% em 2009. Autores como Vitalle (2001) e Giddens (2012) discutem a relação entre famílias monoparentais e pobreza. Segundo estes autores, famílias chefiadas por mulheres apresentam uma maior vulnerabilidade socioeconômica. Isto porque, apesar de ter um nível de escolarização maior do que o homem, a mulher ainda ocupa cargos e tem rendimentos médios inferiores. Segundo pesquisas do IBGE/2010, enquanto a mulher apresenta um rendimento mensal em torno de R\$ 861,50, o homem recebe cerca de R\$1.218,30, o que corresponde a uma diferença de 29,3%. Além disto, os dados indicam que 48,8% das mulheres estão inseridas no mercado de trabalho informal, ficando destituídas dos direitos trabalhista e previdenciários entre outros. No mais, dada a natureza biológica da mulher é considerado “natural” pela sociedade que os filhos permaneçam sob os cuidados da mãe após a separação, o que acarreta um acúmulo de tarefas e uma sobrecarga a mulher.

Os dados também indicam que o número de casal sem filhos cresceu 3,8% nos últimos dez anos. Na concepção de Bruschini (1999), esta tendência está diretamente relacionada ao espaço que a mulher vem conquistando no mercado de trabalho. A possibilidade de ser reconhecida profissionalmente e de alcançar a segurança/estabilidade econômica tem

provocado o adiamento da maternidade. Um dado que corrobora com esta afirmativa é o aumento da idade para o casamento entre as mulheres nos últimos 10 anos. Enquanto em 1999, a média de idade das mulheres para o casamento era entre 20 e 24 anos, em 2009 esta média passou para 25 a 30 anos. Ou seja, muitas mulheres estão deixando para depois, tanto o casamento quanto a maternidade. É o que Sarti (2008) denomina de “conquista do direito a escolha”.

Outro dado que chama a atenção é o número de famílias reconstituídas. Entre os anos de 1999 a 2009, ocorreu um aumento de 6,5%. Medina (1997) e Giddens (2012) fazem considerações acerca de alguns fatores que podem auxiliar na compreensão do aumento no número de famílias reconstituídas nas últimas décadas. Segundo estes autores o aumento da expectativa de vida é um fator que tem repercussões fortes na vida da família. Por volta do século XIX, a expectativa de vida girava em torno de 40 a 50 anos, nesta idade os pais já eram avós e estavam próximos da morte. Na atualidade, no Brasil, a expectativa de vida está em torno dos 74 anos, o que possibilita a projeção de novos planos para o futuro. Além disto, o casamento não mais se constitui em um acordo econômico, segundo Giddens (2012) e Carvalho (2008, p.272), o sentimento na atualidade é o principal fator para a união entre os casais nos países ocidentais, ou seja:

Ao longo do último meio século, especialmente nos países ocidentais, o casamento mudou de uma maneira fundamental. É, ao menos em princípio, um encontro de iguais e não uma relação patriarcal: é um laço emocional, forjado e mantido com base em atração pessoal, sexualidade e emoção, e não meramente por razões econômicas.

Quando comparado os dados dos Indicadores Sociais de 1999 e 2009, nota-se um crescimento considerável no número de pessoas residindo sozinhas. Neste período, a proporção de lares ocupados por apenas uma pessoa passou de 8,4% para 11,6%. Apesar de ser uma realidade bastante comum nos países europeus, no Brasil é uma tendência bastante recente, principalmente nas grandes metrópoles do país. Segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística, no ano de 2007, 31% dos lares na França eram compostos por pessoas vivendo só, sendo que na Alemanha este percentual atingiu 35,8% no mesmo ano. Na concepção de Giddens (2012), “morar sozinho pode fazer parte de uma tendência, observada na sociedade como um todo”, entretanto, o autor esclarece que esta tendência faz parte de um determinado período do curso da vida, não significando uma situação definitiva.

Identifica-se através dos dados acima, que muito das mudanças familiares em processo no Brasil assemelham-se as transformações que estão ocorrendo em quase todos os países do Ocidente, conforme destacado por Giddens (2012) no capítulo anterior.

Autores como Sarti (2008) e Giddens (2012) ressaltam algumas mudanças que emergem junto às novas configurações. Na atualidade, esposas e filhos participam mais intensamente nas atividades que produzem renda ao grupo familiar, compartilhando com o “chefe da família” as responsabilidades de manutenção e redefinindo novos padrões de hierarquia. O modelo baseado na autoridade/dominação masculina toma uma nova dimensão e evolui para modelos mais flexíveis atendendo as necessidades internas da família. Estas mudanças, na concepção dos autores, não significam a recusa ou o desaparecimento desta instituição, mas sim alternativas em face das aceleradas mudanças societárias, como o avanço do individualismo, o sentimento de responsabilidade pela educação dos filhos, a valorização do sentimento nas relações conjugais, o aumento da expectativa de vida, entre outros.

Destarte que no Brasil, em face de todas estas mudanças, ocorreu a necessidade de uma legislação para responder as novas demandas familiares, antigos códigos tornaram-se obsoletos frente à nova realidade que se apresentava. Ou seja, mudanças conceituais e jurídicas fizeram-se necessárias e urgentes, de modo a abarcar a realidade exposta no cerne da sociedade.

A partir dos anos 90, o conceito de família no âmbito legal passou a abranger diversos tipos de configurações: a união formada por casamento; a união estável entre homem e a mulher; a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes (famílias monoparentais). Além disto, o Novo Código Civil (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002) inovou ao eliminar normas discriminatórias de gênero que traduziam valores morais de uma sociedade patriarcal. Questões como chefia da sociedade conjugal, virgindade, adultério, sobrenome e casamento sofreram mudanças significativas quanto à legislação anterior.

Em síntese, a partir do Novo Código Civil, o homem e a mulher passaram a assumir mutuamente a condição de companheiros e corresponsáveis pelos encargos da família que a exercerão sempre no interesse do casal e dos filhos, diferentemente do antigo Código Civil de 1916, que atribuía ao marido à chefia da sociedade conjugal. Foi revogado no Novo Código o artigo que tratava como erro essencial a pessoa do cônjuge, o desconhecimento por parte do marido do “defloramento” da futura esposa, podendo este, pedir a anulação do casamento. O adultério, embora continue sendo motivo para a dissolução do casamento, não mais impede

que o adúltero case-se com a amante. O casamento passa a ter como objetivo principal a comunhão plena da vida e não mais a reprodução da espécie.

Apesar de o Novo Código Civil apresentar um grande avanço em nossa legislação, muito ainda precisa ser realizado de modo a contemplar todas as mudanças que ocorrem na atualidade relativa à família. Um exemplo é a união dos casais homoafetivos, que na atualidade apresenta uma forte repercussão no espaço social e político.

O contexto acima exposto evidencia que a realidade da família brasileira não difere muito da realidade que se processa a nível global, embora condense em si particularidade que lhe são próprias e que estão relacionadas ao seu contexto sócio histórico, político e cultural.

Em relação à questão cultural, Sarti (2007, 2008) identificou em sua pesquisa de doutorado, realizado em um bairro periférico de São Paulo, que as famílias empobrecidas configuram-se em redes e não em núcleo. Esta identificação contraria a leitura de determinados autores que visualizam a família a partir de seu núcleo doméstico não considerando a rede de relações estabelecidas entre os sujeitos, de modo a contemplar suas necessidades tanto materiais, quanto afetivas e espirituais.

Na leitura desta autora, as relações nas famílias pobres são fundamentadas num código de lealdade e de obrigações mútuas e recíprocas, que delimitam e direcionam as relações e as funções de cada membro familiar. Nesse sentido, faz parte do grupo familiar as pessoas com “quem se pode confiar, com quem se pode contar” (SARTI, 2008, p.33). A relação entre pais e filhos é a única dada, sem a possibilidade de escolha, enquanto as demais são estabelecidas a partir das obrigações mútuas dentro da rede de sociabilidade. Ou seja, “não há relação entre parentes de sangue, se com eles não for possível dar, receber, retribuir, enfim, confiar” (idem).

Frente a este contexto, a autora coloca que a família para os pobres tem um alto valor moral e simbólico, e isto não apenas porque se apresenta como uma rede de apoio frente ao quadro de exclusão social vai além, “constituiu-se em uma referência simbólica fundamental, que organiza e ordena sua percepção de mundo social, dentro e fora do mundo familiar” (SARTI, 2008, p.34).

Em meio a estas referências simbólicas (re)criadas culturalmente no imaginário e no cotidiano destas famílias, a autora destaca a divisão complementar de autoridade entre o homem e a mulher. O homem é o chefe da família e a mulher a chefe do lar. Ele é a autoridade moral responsável pela respeitabilidade familiar, já a mulher é a responsável pela

autoridade no espaço doméstico, deve cuidar de todos os membros e do lar de forma que tudo esteja sempre em harmonia. Nesse sentido, “casa e família, como mulher e homem constituem um par complementar, mas hierárquico (SARTI, 2008, p.28)”.

Nesta perspectiva de análise, as famílias unem-se pela aliança, pelo afeto, pela rede de obrigações e não apenas pela consanguinidade. É através dos valores morais que são determinados quem é da família, extrapolando a unidade residencial.

Vale destacar que segundo Miotto (2007), as famílias de baixa renda tornam-se mais vulneráveis neste contexto de políticas neoliberais, em razão da desresponsabilização do Estado no campo social e da responsabilização da família pela proteção social de seus membros, ocasionando uma sobrecarga em suas funções. A dificuldade de adentrar no mercado de trabalho formal somada a ausência de políticas sociais impede que determinadas funções familiares sejam exercidas pelos seus membros, ocasionando uma frustração pelas expectativas não alcançadas. Apesar dos programas de transferência de renda estabelecer a família como *locus* principal, suas ações de cunho paliativo apenas reiteram as condições de vulnerabilidade e exclusão destas famílias.

No mais, Miotto (2007; 2009) chama a atenção para o caráter familista das políticas sociais no Brasil. Os poderes públicos, historicamente delegaram à família a responsabilidade pelo bem estar de seus membros, sem, no entanto oferecer a assistência necessária para que esta pudesse oferecer a assistência material e imaterial que lhe foram delegadas oficialmente pela sociedade, pela igreja e pela legislação. Não se trata, pois, de desconhecer que a família porta potencialidades protetivas, mas de entender que estas potencialidades para serem desenvolvidas dependem de fatores econômicos e políticos e não apenas da solidariedade entre os membros familiares. Ou seja, para que a família possa garantir proteção social aos seus membros faz-se necessário a intervenção do Estado através de medidas básicas que assegurem o exercício da cidadania.

Nesse sentido, Kaloustian e Ferrari (1998, p.13) assinalam que “por detrás da criança excluída da escola, nas favelas, no trabalho precoce urbano e rural e em situação de risco, está à família desassistida ou inatingida pela política social”.

Sarti (1998) identificou em suas pesquisas que a dificuldade do homem em exercer seu papel de provedor, atinge todos os membros da família. Frente a esta dificuldade, demais membros da família, como jovens e mulheres, adentram no mercado de trabalho informal, em especial pela baixa escolaridade e qualificação, assim como, pelo pouca experiência

profissional. São as chamadas estratégias de sobrevivência, que além de atender as necessidades ocasiona certa reordenação nas funções familiares.

Diante do exposto, depreende-se que a família no Brasil não se encontra em fase de extinção, mas em estado de readaptação em razão dos abalos externos que tem afetado de forma extrema e intensa suas relações e sua estrutura. Ou seja, independente da configuração e da forma como estão sendo gestadas suas relações, a família permanece como espaço importante de socialização, de partilha de bens material e afetivo, embora não esteja isenta de conflitos, violências e instabilidades, pois “o núcleo familiar não é uma ilha de virtudes e de consensos num mar conturbado de permanentes tensões e dissensões” (PEREIRA, 2009, p.36).

No mais, identificou-se que a história da família no Brasil apresenta determinadas particularidades socioculturais que necessitam serem visualizadas de modo a compreender suas mudanças e suas relações. Essas particularidades estão entrelaçadas com seu processo de colonização, as raízes étnicas e culturais dos diversos segmentos sociais que colonizaram este país, assim como, com as singularidades espaciais do território brasileiro, entre outros.

A partir destas reflexões irá proceder-se, no próximo item, a um estudo da família amazonense levando em consideração as particularidades da região.

### **1.3. As particularidades da família no contexto Amazônico: das margens dos rios aos centros urbanos**

O presente trabalho compreende que cada espaço contém seus próprios determinantes e suas próprias características que moldam as relações cotidianas. Neste contexto, este tópico apresenta as singularidades da região Amazônica levando em consideração que este espaço geográfico possui diferenças socioculturais, econômicas e políticas que regem o modo de ser das famílias, especialmente das famílias que residem na área rural.

Entretanto, em razão do objetivo do trabalho, o presente item se deterá nos aspectos culturais da região Amazônica, por entender que a cultura é um fator crucial para a compreensão das relações estabelecidas entre os sujeitos que compõe a população nesta região.

Na concepção de Morin (2007, p.56):

[...] a cultura é constituída pelo conjunto de saberes, fazeres, regras, normas, proibições, estratégias, crenças, ideias, valores, mitos, que se transmite de geração a geração, se reproduz em cada indivíduo, controla a existência da sociedade e mantém a complexidade psicológica e social.

Segundo este autor, não há sociedade humana sem cultura, entretanto cada cultural é única e singular. As técnicas, as crenças religiosas, os costumes, os saberes, assim como as ideias, podem migrar de uma cultura para outras, no entanto, “existe em cada cultura um capital específico de crenças, ideias, valores e mitos” (Idem, p.56) que asseguram a identidade de cada grupo.

De acordo com Laraia (1986), o homem ao nascer é herdeiro de um longo processo acumulativo de conhecimentos e experiências adquiridas pelos ancestrais que o antecederam. A manipulação adequada e criativa deste patrimônio cultural possibilita o surgimento de inovações e invenções, de modo a ampliar o capital cultural de cada sociedade. Isto é possível, pela capacidade inerente ao homem de questionar e modificar seus próprios hábitos e costumes diferentemente de outras espécies. Nesse contexto, a cultura não é estática e imutável, mas apresenta um dinamismo que ocorre de acordo com os impactos que sofre dos processos históricos.

Prosseguindo, Laraia (1986, p.96) assinala que as mudanças culturais são produzidas tanto por fatores internos, quanto externos. Os fatores internos referem-se às mudanças na dinâmica do próprio sistema cultural e ocorrem de forma lenta e gradual, sendo quase imperceptível para o observador que não possui um conhecimento mais abrangente da cultura em observação. Além disto, afirma que seria “praticamente impossível imaginar um sistema cultural que seja afetado apenas pela mudança interna. Isso somente seria possível no caso, quase absurdo, de um povo totalmente isolado dos demais”.

Os fatores externos além de realizarem mudanças mais expressivas e radicais nos sistemas culturais, podem ocasionar, algumas vezes, “verdadeiras catástrofes”. Como exemplo destas catástrofes, Laraia (1986) cita o processo de colonização no Brasil, quando os europeus através da força impuseram ao povo indígena mudanças radicais no seu modo de vida. Entretanto, em alguns momentos, o processo de aculturação pode ocorrer de modo menos radical e sem grandes traumas.

Benedict (1971 *apud* Laraia, 1986, p.68) contribui assinalando que a cultura “é como uma lente através da qual o homem pode ver o mundo”. Ou seja, homens de culturas diferentes teriam uma visão diferenciada acerca de um mesmo objeto ou de uma determinada

realidade. Estas visões diferenciadas podem levar os sujeitos a agirem “depreciativamente em relação ao comportamento daqueles que agem fora dos padrões aceitos pela maioria da comunidade [...] Tal fato, representa um tipo de comportamento padronizado por um sistema social” (Idem, p.68).

Nesta perspectiva teórica, a cultura determina o comportamento dos homens e justifica suas realizações. O modo de ver e analisar o mundo, de se relacionar socialmente e até mesmo suas posturas corporais é produto de uma herança cultural. Logo, pode-se distinguir determinada cultura pela forma como os sujeitos agem, vestem, caminham, falam, entre outras (BENEDICT, 1972 *apud* LARAIA, 1986).

Assim, tendo por base a discussão dos autores, pode-se afirmar que todo o sistema cultural possui uma realidade particular que para ser entendida precisa ser investigada em sua historicidade cultural, de modo a (re)conhecer os meios, as trocas, os símbolos, as simbioses produzidas no processo sócio histórico. Segundo Chaves e Lira (2011):

Cada formação social expressa a emergência do caráter próprio da cultura, que não é atribuível a nenhum determinismo geográfico, genético ou ecológico, que não é uma simples resposta adaptativa às condições do meio, mas que imprime a marca de sistemas simbólicos, dos significados e modos de apropriação que cada sociedade constrói de forma sócio histórico (p.115).

Os estudos realizados nesta região indicam que o homem criou com a natureza uma relação permeada de simbolismo e misticismo. Figuras mitológicas (como o boto cor-de-rosa, a cobra grande, o anhangá, a matintaperera, entre outros) foram sendo construídas e se entrelaçaram tanto no imaginário, como nas práticas desta população delineando simbolicamente a relação do homem com o meio natural.

Segundo Benchimol (2009), o homem que hoje vive na Amazônia é herdeiro de um patrimônio cultural legado pelos vários grupos indígenas, que habitavam esta região anteriormente à sua colonização. Estes grupos iniciaram a ocupação nesta região, onde:

[...] desenvolveram as suas matrizes e seus valores, baseado no íntimo contato com o ambiente físico e biológico. O seu ciclo de vida se adaptava às particularidades regionais, dela retirando os recursos materiais de subsistência e as fontes de inspiração do seu imaginário de mitos, lendas e crenças (2009, p.25).

Ressalta-se que o maior contingente populacional da Amazônia é formado pela miscigenação entre índios e brancos, seguidos pelos migrantes nordestinos e/ou descendentes

que aqui aportaram em grande quantidade no período da borracha. Nesse contexto, Morán (1990 *apud* Chaves e Rodrigues, 2007, p.144) afirma que:

[...] os vários segmentos que compõe a Amazônia não são homogêneos, mas apresenta uma diversidade, uma pluralidade que coloca em evidência as particularidades regionais com base nos conhecimentos herdados das populações tradicionais, sobretudo indígena da região, articulados com os saberes e conhecimentos apreendidos historicamente com outros povos e culturas. A influência destes outros povos, principalmente dos portugueses, fez surgir a cultura regional dos caboclos amazônicos.

Benchimol (2011, 2009) assinala que da cultura dos povos indígenas, o povo amazônida adquiriu como herança: conhecimento dos rios; uso da floresta; práticas agrícolas dos roçados de mandioca; técnicas de desmatamento da floresta; caça e identificação de animais silvestres; pesca e identificação das principais espécies; construção de casas como malocas, palafitas, flutuantes; meios de transportes como a montaria, a balsa e a jangada; artesanato de cuias, pandeiros, cestos, redes, cerâmicas; hábitos alimentares baseados no complexo da mandioca como a farinha, o beiju e a goma; no complexo alimentar do peixe: pirarucu, tambaqui, tucunaré, pacu, sardinha, entre outros; conhecimento de plantas e ervas medicinais, entre outras.

No mais, da relação entre portugueses e indígenas formou-se na região Amazônica um novo ser social, que traz consigo fortes traços físicos, culturais e místicos dos seus ancestrais indígenas. Reconhecidos socialmente como “caboclos”, este grupo, além de ser fruto da miscigenação do branco com índio, é sujeito oriundo da floresta, da mata e do rio.

Na concepção de Moog (1975 *apud* WITKOSKI, 2007, p.92), o caboclo amazônico representa o sucesso de um ótimo “equilíbrio de raças”. Isto porque, da miscigenação do homem branco com os ameríndios foi produzido um ser social extremamente bem adaptado ao ambiente natural e social. Um ser “alegre, feliz e sábio, que com muito pouco esforço cria e recria constantemente suas próprias condições de vida, aproveitando-se do mundo natural que o envolve como se fosse sua casa”.

No entanto, Chaves (2001) destaca em seus estudos a concepção negativa que permeia alguns trabalhos acerca destes sujeitos sociais. Pelo seu modo de vida diferenciado, especialmente quando comparado ao estilo de vida dos grandes centros urbanos, o caboclo amazonense é, muitas vezes, considerado um segmento inferior, preguiçoso por natureza.

Neste contexto, a identidade cultural dos grupos que hoje vivem nesta região é resultado do processo de miscigenação. Este processo, historicamente, foi se delineando e demarcando a singularidade sociocultural do homem da Amazônia.

Apesar das mudanças processadas nos *habitus* das sociedades indígenas no período da colonização (como por exemplo: as formas de trabalho; as relações familiares; a organização sociopolítica; e vários outros produtos da cultura matéria e imaterial), muito da cultura destes sujeitos sociais permaneceram e foram assimiladas pelos colonos.

De acordo com Galvão (1976) é através da herança cultural, transmitida através de seus antepassados, que estes sujeitos dominam as técnicas de preparação dos alimentos e dos derivados da mandioca, a confecção dos instrumentos de trabalho, o conhecimento do tempo propício para a pesca e à plantação dos produtos agrícolas, as armadilhas que podem ser usadas para a caça dos animais silvestres, as madeiras adequadas para construção das casas, da confecção das canoas, dos jiraus, dos canteiros, os nomes dos peixes e quais os mais apropriados para o consumo, a utilização das plantas medicinais, entre outros conhecimentos.

Frente a esse contexto cultural, a família nesta região apresenta particularidades que se contrapõe, em grande parte, ao modo de ser das famílias nas áreas urbanas. O contato direto com o meio natural, os hábitos e costumes, as formas de sociabilidade, a divisão sexual do trabalho, são fatores que expressam um modo de ser singular destas famílias.

No meio rural encontram-se relações completamente divergente das vigentes nas sociedades industriais. Referem-se a trocas simbólicas que permeiam as relações destes grupos sociais e que vão além do parentesco e da simples amizade. Neste contexto, Chaves *et al* (2004, p.66) entende que a família rural amazônica:

[...] compreende não apenas os membros com laços consanguíneos, mas todos aqueles que partilham o espaço doméstico, o convívio comum, os laços de afetividade que surgem aliados aos esforços laborais que desenvolvem conjuntamente, formando o grupo doméstico-familiar.

De acordo com Fraxe (2004, 2011), junto às famílias da várzea amazônica, a mão de obra utilizada nas atividades do sistema produtivo é quase que exclusivamente desenvolvida tendo por base a estrutura da organização familiar. As atividades são divididas levando em consideração uma divisão sexual e social do trabalho estabelecida culturalmente.

As atividades produtivas como a pesca e a produção agrícola fazem parte do dia-a-dia do homem, enquanto a mulher realiza atividades consideradas tipicamente femininas, como:

cuidar dos filhos; da casa; da horta e dos animais domésticos. Cabem as crianças (que começam a trabalhar a partir de oito anos de idade), aos idosos e as mulheres os trabalhos considerados mais “leves”, como cuidar da roça no fundo do quintal, plantar as sementes e auxiliar na colheita.

Chaves e Rodrigues (2007), Fraxe (2011) e Torres (2005) chamam a atenção para a pouca relevância dada ao trabalho da mulher na produção familiar. Embora participem ativamente na agricultura, atuando juntamente com o homem no plantio e na colheita, sua participação não é vista como trabalho, mas sim como “ajuda” ao homem.

No entanto Torres (2005, p.238) esclarece que:

O significado social das atividades da mulher é bem mais diversificado e participante do que geralmente possamos supor. Além de realizar o importante trabalho de preparo do plantio, participa também das atividades de colheita da malva, piaçava, lavagem de juta, considerados trabalhos pesados.

Nas atividades delegadas a mulher cabe também orientar as jovens da família quanto aos serviços domésticos. Elas são encarregadas de auxiliar nos serviços domésticos, assim como ajudar a cuidar das crianças desde muito jovens. Em relação aos meninos, estes recebem orientação dos pais nas práticas designadas socialmente para o sexo masculino. Ou seja, cabe ao chefe da família a responsabilidade da socialização destinada ao mundo do trabalho dos meninos.

Torres (2005) sinaliza que a transmissão dos conhecimentos das populações locais, como no caso das comunidades de pescadores ribeirinhos da Amazônia, ocorre pela continuidade das atividades realizadas em grupo, ou dos registros mentais que são perpassados de pai para filhos, nas quais os membros mais velhos da família possuem um papel relevante para essa transmissão.

Vale ressaltar que segundo Torres (2005), Fraxe (2004, 2011) e Chaves (2001, 2011), a cooperação ou ajuda mútua se sobressai nas comunidades rurais no Amazonas. As relações de ajuda mútua denominadas de *mutirão*, *ajuri* e/ou *puxirum* apresentam-se como sendo o produto das necessidades econômicas dos camponeses. Estas relações ocorrem em diversas atividades como na agricultura, na pesca, na limpeza da comunidade, na fabricação da farinha, na limpeza de um roçado, no plantio da mandioca, em casos de doenças, entre outros. De acordo com Torres (2005, p.246):

O ajuri [...] constitui-se numa prática social assaz antiga na Amazônia. Trata-se de uma prática que mobiliza várias pessoas como os vizinhos, amigos, compadres, comadres e conhecidos que prestam ajuda para salvar a roça de outra família que não possui mão de obra suficiente para dar conta da produção de determinado período.

Quanto à composição da família rural amazonense, Fraxe (2004, 2011) oferece dados relevantes. A referida autora destaca dois tipos de famílias no meio rural: nuclear e extensa<sup>1</sup>. Sendo que as famílias extensas apresentam certo predomínio sob as famílias nucleares. A autora confere este predomínio ao fato das famílias extensas conseguirem criar, de forma mais favoráveis, as condições para produção e reprodução de sua existência. O grande número de componentes, que normalmente compõe este modelo de família, permite que o grupo doméstico detenha mais mão de obra para o trabalho. Desta forma, esta família “consegue transformar uma maior quantidade de bens, *in natura*, em produtos, resultado da ação coletiva coordenada da unidade familiar, o que acaba contribuindo, de maneira significativa, para a subsistência da unidade familiar” (FRAXE, 2011, p.166).

Apesar da imensa riqueza natural que a região Amazônica detém, sua população rural convive com o descaso por parte do Estado. A ausência de infraestrutura em vários municípios que compõe esta região evidencia a exclusão socioeconômica que permeia a vida das famílias que vivem nestes espaços.

No interior amazonense a atenção à saúde é um problema recorrente. A falta de hospitais, de profissionais, de equipamentos e de medicamentos denuncia a situação de precariedade da saúde no interior do Estado. As ações desenvolvidas pelo Estado, habitualmente são focalizadas e seletivas não atendendo as necessidades desta população. (SCHERER, 2009).

No mais, Scherer (2004) assinala que um grande número de famílias vive de uma renda que não excede um salário mínimo. Esta realidade apresenta-se mais preocupante ao constatar-se que esta renda, na grande maioria das vezes, é proveniente de programas governamentais como Bolsa Família, Seguro Defeso e o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Neste contexto, a migração para a cidade é um sonho nutrido por muitas famílias, com o intuito de deixar para trás as dificuldades de acesso a bens e serviços sociais. As cidades

---

<sup>1</sup> Cabe destacar que a família extensa pode apresentar-se com diferentes composições. Diferentemente da família nuclear que é composta por pai-mãe-filhos, a família extensa pode configurar-se de um homem com muitas mulheres e seus respectivos filhos. Pode ser composta por várias famílias nucleares de diferentes gerações ou da mesma geração (quando vários irmãos já casados com filhos residem na casa do pai)

com maior crescimento econômico e com maior oferta de serviços públicos tornam-se alternativas para milhares de famílias que vivem no meio rural sem assistência pública. Neste contexto, a cidade de Manaus, apresenta-se para a população que vive na floresta como uma solução para a sua carência de recursos. Na perspectiva de Melo de Pinto (2003, p.160), a cidade de Manaus aparece no imaginário do migrante do interior do Estado como o lugar onde “tem tudo” em contraponto ao interior que “não tem nada”.

De acordo com Souza (2009), apesar de se visualizar a implantação de alguns programas governamentais como “Zona Franca Verde” e “Bolsa Floresta”, além do investimento na educação, através da construção de centros universitários, de forma a garantir a permanência da população em seus locais de origem, as políticas atuais desenvolvidas para a população rural que vive no Estado do Amazonas não contemplam os efeitos perversos ocasionados pelo descaso governamental que se processa há décadas.

Na concepção de Durham (1978), a análise acerca do processo migratório deve necessariamente levar em consideração três aspectos: o lugar anterior; o deslocamento espacial; o processo de integração num outro lugar. O primeiro aspecto refere-se às possíveis causas e motivações da migração; o segundo refere-se à mudança do local de origem; e o último aspecto compreende o processo de inserção do migrante no novo espaço e às mudanças decorrentes da migração.

Kreutz (1982) apresenta como possíveis razões para a decisão de migrar o poder de atração do lugar de destino somado ao processo de expulsão do lugar de origem. Nessa linha de pensamento o fator socioeconômico seria a causa determinante para a migração.

Corroborando com Kreutz (1982), Singer (2002) assinala que a saída do lugar de origem para os grandes centros industriais seria menos uma questão de escolha, de opção, do que fruto de um processo de exclusão. Na concepção deste autor, os deslocamentos populacionais têm como determinantes as mudanças conjunturais e estruturais que se processam com o desenvolvimento econômico capitalista.

Isto porque, a migração ocorre sempre para aqueles espaços onde as atividades econômicas são mais extensas, ou seja, onde o comércio e as indústrias estão mais desenvolvidas proporcionando uma maior oferta de empregos. Assim, a mudança do lugar de origem seria condicionada na busca por melhores condições de vida, independente de garantias prévias de salário, moradia e regularização.

Partindo desta premissa, entende-se que o processo migratório apresenta uma dupla dimensão, pois este não afeta apenas o espaço de destino, mais também o próprio sujeito que migra à medida que estes são afetados no seu contexto econômico, social e cultural.

Historicamente, a cidade de Manaus sofreu o seu primeiro grande surto de urbanização no fim do século XIX, em razão do capital que estava sendo produzido pela economia do látex e que vinha tendo repercussão a nível tanto nacional, quanto internacional. Os dados indicam que:

Se em 1852, Manaus contava com uma população de 8.500 habitantes, em 1890 tem sua população ampliada para 50.300, sendo o processo migratório o principal responsável por este crescimento populacional. O centro urbano se constitui como pólo de atração de pessoas das mais diversas nacionalidades: ingleses, alemães, portugueses, espanhóis, italianos, franceses, que se deslocam para cá. Manaus atraiu, também, migrante de vários Estado do país (DIAS, 2007, p.35).

Após o período de crise econômica que ocorreu depois da decadência da borracha na primeira metade do século XX, o projeto Zona Franca de Manaus no fim da década de 60, propiciou um novo impulso econômico a cidade. A partir de então, Manaus passou a sofrer um novo processo de urbanização mudando de forma significativa sua paisagem.

Os dados fornecidos pelo IBGE apresentam a dimensão do crescimento populacional a partir da década de 70.

<b>População da Cidade de Manaus</b>	
<b>Ano</b>	<b>Número de habitantes</b>
1970	314.197
1980	642.492
1991	1.010.544
2000	1.403.796
2010	1.802.014

***Tabela 01 - Crescimento populacional da cidade de Manaus/AM***  
***Fonte: Censo Demográfico 2010/ IBGE.***

Visualizando os dados do quadro nº 04, percebe-se que no período entre a década de 70 e 90, a população da cidade triplicou, e que, embora o aumento populacional tenha diminuído nas duas últimas décadas, sua população continua crescendo, tanto que, na atualidade, Manaus ocupa o 7º lugar entre as cidades mais populosas do Brasil.

Além disto, os dados do Censo Demográfico de 2010/IBGE indicam que este inchaço populacional, que a cidade de Manaus sofre há algumas décadas, é decorrência do esvaziamento no interior do Estado, que vem apresentando uma variação negativa no seu crescimento populacional, como demonstra o quadro abaixo:

<b>População Residente por domicílio no Estado do Amazonas</b>				
<b>Ano</b>	<b>População Urbana</b>		<b>População Rural</b>	
	<b>V. Abs</b>	<b>%</b>	<b>V. Abs</b>	<b>%</b>
<b>1960</b>	239.659	33,23%	481.556	66,77%
<b>1970</b>	409.278	42,6%	551.656	57,40%
<b>1980</b>	869.020	60,0%	580.115	40,00%
<b>1991</b>	1.501.807	71,42%	601.094	28,58%
<b>2000</b>	2.104.290	74,80%	708.795	25,20%
<b>2010</b>	2.755.490	79,09%	728.495	20,91%

*Tabela 02 – População Residente no Estado do Amazonas*

*Fonte: Censo Demográfico 2010/ IBGE.*

De acordo com Souza (2009), Scherer (2009), Melo e Pinto (2003), esta discrepância populacional entre as áreas urbanas e rurais no Estado do Amazonas encontra-se diretamente relacionada à falta de infraestrutura nas áreas interioranas do Estado, que interferem diretamente nas condições de vida da população.

As pesquisas de Melo e Pinto (2003) apresentam dados importantes acerca do processo migratório no Estado do Amazonas. Segundo estes autores, o processo de migração intramunicipal tem como principal determinante as dificuldades de obter no lugar de origem os bens necessários para a subsistência. Desta forma, a saída do lugar de origem deve ser apreendida como:

[...] uma questão social que expressa um processo de exclusão dos migrantes rurais no lugar de origem, sobretudo dos bens e serviços de consumo coletivo, evidenciando por um lado, a escassa intervenção do Estado no interior e, por outro, uma urbanização centralizada na cidade de Manaus (MELO e PINTO, 2003, p.43)

Destarte, que a exclusão é inerente à lógica capitalista que rege as relações na sociedade. Essa exclusão não se configura apenas pela não possibilidade de acesso ao

mercado de trabalho, mais também pela ausência de políticas públicas que venham suprir as necessidades e garantir o exercício da cidadania.

Neste cenário, a migração interna vem influenciando diretamente o crescimento da cidade de Manaus. De acordo com os dados do IBGE/2010, dos 62 municípios do Amazonas, Manaus concentra em seu espaço mais de 50% (1.802.014) da população de todo o Estado. A discrepância fica mais evidente ao se observar que o segundo município mais populoso é Parintins, com 102.945 habitantes.

Apesar de seu desenvolvimento que se apresenta através: do seu Polo Industrial moderno e com tecnologia de ponta; de seus bairros com grandes mansões rodeadas de jardins; dos inúmeros prédios de apartamento construídos nos padrões europeus; na ampliação do seu centro comercial; no grande número de carros importados trafegando em suas vias, entre outros, a cidade de Manaus abarca também em seu território o retrato da exploração e da pobreza.

Neste sentido, Scherer (2009) afirma:

Elas convive com outro lado que se expressa nas mais graves privações e sofrimento humano: a pobreza que se espalha nos diversos espaços e territórios, seja periféricos ou centrais fruto da expansão desordenada e, também, nos igarapés que cortam a cidade e assim como nas áreas ribeirinhas. O desemprego, os hansenianos e os mendigos nas ruas, as crianças e adolescentes pedintes em esquinas e ruas, a prostituição adulta e infanto-juvenil, as famílias catadoras de lixo constituem e expressam a questão social (SCHERER, 2009, p.131)

O progresso, alardeado pelo discurso oficial e político, que destaca o faturamento das indústrias do Polo Industrial de Manaus (PIM), não leva em consideração a realidade social da cidade. O desemprego, o trabalho precário, a informalidade, a mendicância, crianças e adolescentes trabalhando em pleno centro da cidade, faz parte do cotidiano da cidade.

Os indicadores sociais e de renda vem corroborar com estas afirmativas:

Na Amazônia encontra-se um dos piores IDH do Brasil com 0,727, enquanto a média nacional é de 0,852. A região possui a segunda maior taxa de analfabetismo entre pessoas com dez anos em diante: 29,9% menor apenas em relação ao nordeste, cujo percentual é de 37,5%: a segunda maior taxa de mortalidade infantil do país 53,70%, maior que a média nacional que é de 49,70%, menor apenas em relação ao nordeste 88,20%. Em contrapartida, a média PIB *per capita* brasileira é de R\$7.631 e o estado do Amazonas apresenta um valor superior com o PIB *per capita* de R\$ 8.374 (FLEISCHFRESSER, 2006 *apud* CHAVES et al, 2012, p.84)

Sendo assim, a desigualdade é um fator que atravessa a realidade da população amazonense, principalmente a desigualdade de renda e de acesso a bens e serviços sociais. De acordo com os indicadores sociais 68% da renda produzida ficam nas mãos dos 20% mais ricos, enquanto os 20% mais pobres ficam com apenas 1,6% da renda produzida. Assim, caminham lado a lado riqueza e pobreza, luxo e miséria, exploradores e explorados.

É na luta contra as privações do mínimo necessário para a sua sobrevivência que famílias rurais deixam seu lugar de origem e migram para a cidade. No entanto este processo acarreta uma série de mudanças que são experimentadas no cotidiano. O modo de vida da família rural regulado pelas leis da natureza passa a ser conduzido pelas leis do mercado e do consumo, característico do meio urbano. Segundo Bossi (1992):

Quando duas culturas se defrontam, não como predadora e presa, mas como diferentes formas de existir, uma é para a outra como uma revelação. Mas essa experiência raramente acontece fora dos polos submissão-domínio. A cultura dominada perde os meios materiais de expressar sua originalidade.

De acordo com o exposto nos estudos, a cidade obriga estas famílias a reconstituir seu modo de vida. Apesar da subsistência ainda ser assegurada pelo trabalho de todos os membros adultos da família, esta subsistência passa a ser garantida pelo trabalho individualizado, ocorrendo em espaços e ocupações diferenciados. Desta forma, o processo migratório impõe as famílias uma (re)estruturação em suas relações internas.

A qualificação exigida pelo mercado de trabalho na atualidade é uma das principais dificuldades encontradas por estas famílias na cidade. Diferentemente da época da implantação do distrito industrial na cidade Manaus, quando eram admitidos trabalhadores sem qualificação ou semiquualificados para atuarem nas fábricas, o mesmo não ocorre neste início de século. Busca-se um trabalhador com um novo perfil: polivalente, multifuncional, consciente e responsável, além disto, idade e escolaridade são outros critérios decisivos para a admissão contratual, excluindo milhares de pessoas do mercado de trabalho.

Ao reportar-se acerca das dificuldades no mercado de trabalho e do grau de vulnerabilidade dos migrantes amazonenses, Silva (2010) afirma que:

A falta de qualificação profissional acaba por orientar grande parte deles para atividades de baixa remuneração e de pouca valorização social. Vale notar, contudo, que aqueles que vieram de outros estados do país apresentam um nível de escolarização maior do que os oriundos do interior do Amazonas. Este diferencial reflete diretamente no tipo de trabalho desenvolvido por eles, bem como no seu nível de renda que, em geral, é maior do que dos migrantes amazonenses (2010, p.153)

Considerando tais questões, o trabalho informal torna-se uma alternativa (ou a única) para se obter alguma renda. Scherer (2004, p.132) afirma que o mercado de trabalho informal “é o desagouro de toda força de trabalho relegado pelo setor produtivo”. A paisagem das ruas e calçadas dos bairros periféricos, e mesmo no Centro de Manaus, revela a grande proliferação do trabalho informal. Visualiza-se nestes locais um grande número de vendedores ambulantes, camelôs, flanelinhas disputando espaços entre si. Estes trabalhos caracterizam-se por longas jornadas de trabalho, pelo baixo rendimento mensal e pela ausência de direitos sociais e trabalhistas. São as alternativas impostas pelo mercado para essa população carente.

No mais, a referida autora afirma que ficar desempregado em Manaus é um fato bastante grave, visto que:

[...] as fábricas do PIM são as únicas e as grandes empregadoras, acrescido do comércio e do serviço público. Por isso perder o emprego, em Manaus, possui uma significação muito mais grave do que perder o emprego em outras regiões industrializadas do país (SCHERER, 2009, p.135).

É neste espaço contraditório da cidade, de um lado o progresso de uma recente metrópole e de outro uma extensa pobreza, que milhares de famílias de origem interiorana reconstroem suas vidas e reinscrevem sua história. O homem pescador, agricultor, extrativista, torna-se o comerciante, o vendedor ambulante, o funcionário das fabricas, o camelô, entre outros. Este agora se vê obrigado a adquirir todos os bens necessários para sua subsistência no mercado. A mulher, antes acostumada a “ajudar” o marido nos trabalhos de produção agrícola, fica relegada aos trabalhos domésticos, embora busque auxiliar na renda familiar realizando pequenos trabalhos como artesanato e costura (MELO E PINTO, 2003; SILVA, 2010).

Estas famílias comumente habitam os locais mais insalubres da cidade, onde a rede de esgoto, os serviços de energia e de saúde pública são extremamente precários. Em sua dissertação de mestrado, na qual analisou a produção da moradia em áreas inundáveis na cidade de Manaus, tendo como lócus de pesquisa o Igarapé do Quarenta, Souza (2003) identificou que a grande maioria dos entrevistados (44,5%) era de origem do interior do Amazonas, seguidos dos nascidos em outros Estados (31,5%), e os nascidos em Manaus (24%). A autora parte da premissa que a moradia além de ser uma necessidade do ser humano é também uma mercadoria. Neste entender, o tipo de moradia está diretamente relacionado às condições econômicas de seus moradores. Por se tratar de um espaço com uma infraestrutura

precária, especialmente por ser uma área inundável, o baixo custo dos terrenos no Igarapé do Quarenta tornou-se uma opção viável para as famílias de migrantes que ali fincaram residência.

Singer (1995 *apud* NODA E NODA, 2003, p.213) auxilia nessa discussão ao comentar acerca da segregação do espaço urbano em Manaus. De acordo com este autor:

O mercado imobiliário encarece o solo das áreas melhor atendidas pelos serviços urbanos (água, luz, esgoto, telefone, asfalto, escola, posto de saúde, etc...) que ficam, deste modo, reservados aos indivíduos dotados de maior poder aquisitivo. Desta forma, a população de baixa renda se vê obrigada a buscar outras áreas que, por não apresentarem nenhum tipo de serviço urbano, tornam-se mais acessíveis.

Ou seja, os problemas de renda somam-se aos graves problemas da infraestrutura precária da cidade urbana, ampliando o grau de vulnerabilidade social destas famílias. Dentro deste contexto, a mobilidade espacial não garante a mobilidade social apenas a reitera em outro espaço, esta permanece apenas enquanto um fim a ser buscado no imaginário das famílias. O que se verifica, segundo este autor, é na verdade:

[...] uma mobilidade horizontal, ou seja, de cunho ocupacional, em que se passa da condição de agricultor ou de desempregado para o desempenho em atividades informais, como a de ambulante ou da prestação de serviços [...] raros são os casos constatados de uma mudança qualitativa no nível de renda, em geral, entre os migrantes interestaduais mais qualificados, quando estes conseguem se inserir em algum ramo da atividade industrial ou comercial. (SILVA, 2010, p.157).

Apesar da centralidade alçada pela família tanto nos programas de transferência de renda, quanto junto às políticas públicas que compõe o tripé da Seguridade Social - particularmente a assistência social, na qual se assumiu a matricialidade sócio familiar primeiramente como princípio e, posteriormente, como diretriz do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) - muito famílias na cidade de Manaus/AM, encontra-se em estado de vulnerabilidade social.

Os dados do IBGE/2000 indicam o retrato desta exclusão; vivendo abaixo da linha de pobreza encontram-se mais de 100 mil famílias; são 40 mil famílias sem nenhum vínculo institucional, ou seja, que não recebem nenhum tipo de proteção social pública seja estadual, federal ou municipal; as famílias pobres possuem uma renda média que varia entre R\$86,00 e R\$262,40. (IBGE,2000 *apud* SCHERER, 2009)

Todo esse cenário inviabiliza a família de exercer sua função de reprodução e proteção social de seus membros, ou seja, estas famílias encontram-se diante do desafio de enfrentar

carências materiais e financeiras em razão de sua extrema fragilidade socioeconômica. No mais, estas são obrigadas a adaptar-se a um padrão cultural completamente divergente aos hábitos e costumes apregoados em sua localidade de origem.

## Capítulo II

### INTERDISCIPLINARIDADE: ESPECIFICIDADES DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL E DO PSICÓLOGO NO CAMPO JURÍDICO

---

*O que de fato está em questão na postura de interdisciplinaridade, fundando-a, é o pressuposto epistemológico de acordo com o qual a verdade completa não ocorre numa Ciência isolada, mas ela só se constitui num processo de concorrência solidária de várias disciplinas.*

*(Antônio Severino)*

#### INTRODUÇÃO:

Os estudos demonstram que no contexto contemporâneo o Judiciário tem ampliado suas demandas, em face das mudanças societárias que tem afetado a rede familiar. Nesse sentido, Chuairi (2001, p.136) afirma que o número progressivo de processos judiciais, envolvendo famílias em litígio, não pode ser dissociado “da metamorfose do mundo do trabalho e das consequências da modernidade no cotidiano da sociedade”.

Como consequência destas mudanças novas relações familiares estão sendo gestadas e antigas formas de sociabilidade encontram-se em meio a conflitos e dilemas exigindo das instituições do Poder Judiciário reformulações legais e institucionais, de modo a atender as necessidades sócio-jurídicas das famílias que recorrem a esta instituição.

Uma destas reformulações visualiza-se na implantação de equipes interprofissionais envolvendo a admissão de profissionais, como assistentes sociais e psicólogos, com o objetivo de assessorar e subsidiar as decisões e os procedimentos jurídicos. Ou seja, o judiciário tem buscado elementos conceituais e operativos que vão além da sua esfera, mais especificamente no campo social, para auxiliar na compreensão da complexidade que envolve as relações sociais na atualidade.

Compreende-se que uma ação interdisciplinar pode favorecer e fortalecer o exercício profissional à medida que proporciona uma leitura mais ampla da complexidade social. No mais, os esforços ao se conjugar os conhecimentos de diferentes áreas do saber podem direcionar para novas formas de ação que sejam mais efetivas no trato da questão social. Neste contexto, o presente capítulo irá tecer considerações acerca do trabalho desenvolvido

pelos profissionais da Psicologia e do Serviço Social no campo jurídico, assim, será dividido em três partes.

- ✓ Na *primeira parte* será realizada uma reflexão introdutória acerca da temática interdisciplinaridade, buscando apreender através da concepção de autores como, Leis (2011), Fazenda (1979; 2011), Morin (2007; 2009), Severino (2008) e Hilton Japiassu (1976) entre outros, como esta temática vem sendo discutida e abordada na contemporaneidade.
- ✓ Na *segunda* far-se-á um panorama histórico acerca da inserção do assistente social no campo jurídico, dando ênfase as principais atribuições deste profissional nesta área. Para obter este resulta será utilizado autores como: Iamamoto (2009), Fávero (2003; 2005), Mito (2001), Chuairi (2001), entre outros.
- ✓ Na *terceira e última* parte buscar-se-á apreender como é realizado o trabalho do profissional da psicologia no campo jurídico, desvelando sua inserção e suas principais atribuições. Para tanto, utilizar-se-á alguns autores contemporâneos como: Brito (2005; 2012), Altóe (2009), Lago et al (2005; 2009) e Silva (2003), entre outros.

Este aporte teórico apresenta-se extremamente relevante, à medida que o presente trabalho apresenta como uma de suas categorias principais a *interdisciplinaridade*, ao buscar identificar se o trabalho interdisciplinar desenvolvido no campo jurídico consegue apreender as particularidades socioculturais das famílias provenientes do meio rural do Estado do Amazonas.

## **2.1. Interdisciplinaridade: fundamentos teóricos para análise**

A interdisciplinaridade está sendo discutida no Brasil, de forma mais intensa, desde a década de 70. Autores como Hilton Japiassu<sup>2</sup> (1976), Ivani Fazenda (1979) e Antônio Severino (2008) tecem críticas à forma como o conhecimento vem sendo produzido e repassado nas instituições de ensino e pesquisa. Busca-se uma alternativa ao saber fragmentado e setorizado, que não consegue desvelar o homem e suas relações em sua totalidade.

---

<sup>2</sup>A primeira publicação significativa sobre interdisciplinaridade no Brasil é de Hilton Japiassu em 1976, com o livro *Interdisciplinaridade e Patologia do Saber*. Seu livro é composto por dois capítulos, onde no primeiro apresenta um síntese dos principais questões envolvendo a temática e o segundo capítulo trabalho os pressupostos metodológicos de uma ação interdisciplinar.

De acordo com Severino (2008, p.17):

O homem é uma unidade que só pode ser apreendida numa abordagem sintetizadora e nunca mediante uma acumulação de visões parciais. De nada adianta proceder por decomposição, análise e recomposição de aspectos: esta soma não dará a totalidade humana.

Conceber o homem em sua totalidade significa considerá-lo a partir de suas múltiplas dimensões – psíquico, social, cultural, afetivo, moral, racional e emocional –, entendendo que todos estes elementos se entrelaçam e se somam dando a totalidade que faz o ser humano um ser único e complexo. Fazenda (2011) afirma que a ciência fragmentada provoca o falecimento do saber, pois se distancia do conhecimento da totalidade, decretando assim a falência do humano e conseqüentemente a agonia de nossa civilização.

Corroborando com os autores acima, o sociólogo e filósofo francês Edgar Morin assinala que o conhecimento especializado é insuficiente para lidar com os problemas mais graves da modernidade, à medida que este não consegue visualizar a globalidade e a complexidade dos fenômenos. Desta forma, ocorre uma inadequação entre o saber dividido, fragmentado e os problemas cada vez mais globais e planetários (MORIN, 2007; 2009).

Frente a esta inadequação, Morin (2007; 2009) assinala que se faz necessário uma “reforma do pensamento” que venha religar e unir o que está sendo separado e mutilado. De acordo com este autor, o sistema de ensino aplicado nas últimas décadas ensina a isolar os objetos do contexto, a separar as disciplinas - em vez de conhecer suas correlações -, a dissociar os problemas - em vez de integrar. Tais questões impedem de “situar as informações e os dados no seu contexto para que adquiram sentido” (MORIN, 2007, p.37).

Contextualizar impõe relacionar uma determinada realidade, certa informação ou um determinado objeto de estudo a um contexto geral, levando em consideração que há uma ligação e um elo entre o todo e as partes. A negação desta ligação/relação produz no campo da ciência um saber fragmentado, pois tende a separar o que está unido e torna unidimensional o que é multidimensional.

Ressalta-se que o unidimensional é proveniente da abstração que conduz o conhecimento especializado. A abstração impõe retirar um determinado objeto do seu contexto e do conjunto no qual se encontra inserido. Para isto isola-se uma parte que forma o todo em sua complexidade, com o intuito de reduzir sistematicamente a multidimensionalidade do objeto em estudo.

Prosseguindo, Morin (2007; 2009) assegura que esta redução produz uma inteligência cega, míope, daltônica que destrói todas as possibilidades de reflexão, eliminando na raiz a perspectiva de um juízo crítico e também as oportunidades de uma visão em longo prazo. Superar esta realidade é um desafio que não cabe ao campo das superespecializações, pois estas não conseguem “captar o que está tecido em conjunto, isto é o *complexo*”.

Na concepção de Morin (2007) há complexidade quando:

[...] elementos diferentes são inseparáveis e constitutivos do todo (como o econômico, o político, o sociológico, o psicológico, o afetivo, o mitológico), e há um tecido interdependente, interativo e inter-retroativo entre o objeto de conhecimento e seu contexto, as partes e o todo, o todo e as partes, as partes entre si. Por isso, a complexidade é a união entre a unidade e multiplicidade (MORIN, 2007, p.38).

Sendo assim, a complexidade exige o exercício da inteligência geral, ou seja, o exercício da busca, da procura, da curiosidade, do que está por trás do aparente. Trata de estimular o pensamento e de instigar a aptidão interrogativa que nasce com cada ser humano, mas que é abafada pelo modo de ensino empregado nas instituições. No mais, Morin (2007) coloca que a incapacidade de se conceber a complexidade pode conduzir o homem a infinitas tragédias.

Frente a esta discussão, acerca da necessidade de uma nova epistemologia que venha contrapor-se a objetividade científica imposta pelo saber positivista há várias décadas, emerge a discussão acerca da interdisciplinaridade e da transdisciplinaridade.

De acordo com Leis (2011, p.111), a ampliação da discussão acerca da interdisciplinaridade na atualidade pode ser entendida “como uma anomalia do processo geral e atual da produção do conhecimento”. Isto porque, o domínio das superespecialização no campo da pesquisa e formações profissionais ao priorizarem o estudo de forma fragmentado, criaram vazios de conhecimento e comunicação científica. A necessidade de preencher estes espaços vazios, de forma a proporcionar e criar pontes - entre as áreas disciplinares - que permitam uma compreensão mais ampla dos fenômenos, produziram uma demanda na direção da pesquisa e do trabalho interdisciplinar.

Auxiliando na discussão, Fazenda (2011) afirma que a emergência da interdisciplinaridade no campo da produção do conhecimento é consequência da dificuldade do saber parcelado compreender as novas demandas, especialmente no campo das ciências humanas e sociais. Esta dificuldade tem propiciado uma crise de modelos, de teorias, de paradigmas que poderiam ser minimizados com pesquisas e projetos interdisciplinares.

Ou seja, a interdisciplinaridade vem possibilitar respostas que não cabem no campo das especializações. Nesta concepção, Severino (2008, p. 16) esclarece que:

[...] Não se trata de substituir as especialidades por generalidades, nem o seu saber por um saber geral, sem especificações e delimitações [...] o que se busca é a substituição de uma Ciência fragmentada por uma Ciência unificada, ou melhor, pleiteia-se por uma concepção unitária contra uma concepção fragmentária do Saber científico, o que repercutirá de igual modo nas concepções de ensino, da pesquisa e da extensão.

Logo, busca-se através da interdisciplinaridade uma leitura da realidade dentro de um novo contexto teórico/prático. A interdisciplinaridade pode direcionar profissionais que atuam no campo social a desvelar e compreender as demandas do homem através de um novo saber científico, no qual os diversos conhecimentos somam-se na busca da unidade do saber para interpretar a realidade.

Neste contexto, a interdisciplinaridade exige que os vários campos disciplinares transcendam suas próprias áreas do saber tomando consciência de seus limites e acolhendo as contribuições de outras disciplinas. A interdisciplinaridade busca por uma epistemologia de complementaridade e convergência, de forma a substituir a dissociação e a divergência presente entre as áreas do saber na modernidade.

Importa salientar que a divisão do conhecimento em áreas restritas é uma realidade da modernidade. No início do desenvolvimento da ciência, as premissas básicas do conhecimento eram comuns e os estudiosos discutiam sobre suas experiências de forma complementar. Apesar da hierarquia que se apresentava entre as diversas áreas, não havia como na ciência moderna, um hiato dificultando o diálogo e a integração entre as disciplinas (LEIS, 2011).

Além disto, inicialmente, a produção do conhecimento não foi conduzida pela ciência objetiva, metódica, na qual os resultados devem ser passíveis de testes e comprovações. Segundo Fazenda (2011), somente a partir do século XVIII, a razão passou a ser o principal critério para a produção do conhecimento. A aceitação do pensamento do filósofo francês René Descartes (1596-1650) - “Penso, logo existo” –, realizou mudanças significativas na forma de produzir conhecimento. Este filósofo defendia que só é possível considerar algo como verdadeiro caso pudesse ser comprovado sua existência.

Compreendia-se, que a ausência de comprovação científica produziria diversas respostas para um mesmo objeto, produzindo assim um caos no campo do conhecimento. De

forma a combater esta questão, a objetividade nos estudos e pesquisas traria maior validade e reconhecimento científico aos resultados apresentados.

Vale ressaltar, que este pensamento não corrobora com a ideia de outro filósofo da Grécia Antiga, que por muitos anos permeou o campo do saber. De acordo com Sócrates (470 a.C.– 399 a.C.) o conhecimento deve considerar a busca da interioridade, ou seja, o auto-conhecimento – “Conhece-te a ti mesmo”. O estudo da subjetividade humana seria o caminho para desvelar e compreender os aspectos individuais e coletivos do homem e da sociedade, apreendendo assim o conhecimento da totalidade (FAZENDA, 2011).

Entretanto - como assinalado acima - este pensamento foi substituído pelo saber racional e científico que dividiu e compartimentalizou a produção do conhecimento. Frente a esta premissa, percebe-se que a divisão entre subjetividade e objetividade, razão e existência vêm dominando, há vários séculos, a construção do saber numa luta desigual e incoerente.

No entanto, há algumas décadas, este saber encontra-se em crise e busca-se, através do diálogo e da interação, superar a dicotomia criada no campo do saber entre ciência e existência, de forma a se produzir um conhecimento mais abrangente que ofereça respostas as demandas da modernidade.

Segundo Leis (2011), a interdisciplinaridade vem sendo discutida como uma questão crucial no campo acadêmico e científico, desde o início do século XX, na Europa. No entanto, esta discussão permanece mais no plano teórico, pois poucas mudanças visualizam-se no âmbito das instituições de ensino e de fomento a pesquisa. Esta realidade tem apontado para certa banalização conceitual do termo.

Fazenda (2011) aponta os movimentos estudantis realizados na década de 60 do século XX, na França e na Itália, como um dos momentos mais importantes na discussão da temática. Segundo esta autora reivindicava-se um novo estatuto de universidade e de escola na busca do “rompimento a uma educação por migalhas” (p.18). No mais, ressalta que este posicionamento nasceu como:

[...] oposição a todo conhecimento que privilegiava o capitalismo epistemológico de certas ciências, como oposição à alienação da Academia às questões da cotidianidade, às organizações curriculares que evidenciavam a excessiva especialização a toda e qualquer proposta de conhecimento que incitava o olhar do aluno numa única e limitada direção, a uma patologia do saber (FAVENDA, 2011, p.19)

Face ao contexto apresentado até o momento a interdisciplinaridade apresenta-se contrária: ao saber fragmentado produzido pelas especializações, no qual cada disciplina cria seus próprios espaços sem permitir a interferência de outras áreas; contra a divisão existente nas instituições de ensino e pesquisa, que se encontram cada vez mais setorizadas e compartimentadas; contra o conformismo das situações adquiridas e das ideias recebidas ou impostas dentro das instituições.

Ressalta-se que, apesar da discussão acerca desta temática já ocorrer há algumas décadas, definir de forma precisa o que vem a ser a interdisciplinaridade ainda é uma tarefa complexa. A falta de um consenso epistemológico e metodológico dificulta sobremaneira conceituar o termo. O que se encontra atualmente na literatura especializada é uma diversidade de conceitos e definições.

Pombo (1994) apresenta a variação deste conceito em suas pesquisas. Segundo esta autora, a interdisciplinaridade pode ser concebida desde uma simples cooperação entre diferentes áreas disciplinares, passando por um intercâmbio mútuo, até uma forte integração capaz de romper as bases epistemológicas de cada disciplina e alcançar uma axiomática comum. Por exemplo:

Jean Luc Marion (1978) define a interdisciplinaridade como a cooperação de várias disciplinas no exame de um mesmo objeto [...] Por seu lado, para Piaget (1972), a interdisciplinaridade aparece como intercâmbio mútuo e integração recíproca entre várias disciplinas (...tendo) como resultado um enriquecimento recíproco [...] Palmade (1979) vai mais longe, propondo que por interdisciplinaridade se entenda a integração interna e conceptual que rompe a estrutura de cada disciplina para construir uma axiomática nova e comum a todas elas, com o fim de dar uma visão unitária, de um setor do saber (POMBO, 1994, p.10)

Estes conceitos acima elencados mostram como a definição do termo interdisciplinaridade é objeto de significações bastante variadas. Entretanto, para auxiliar na análise do presente trabalho será utilizada a concepção conceitual de apenas dois autores: Leis (2011) e Fazenda (1979).

Leis (2011) reconhece que existe um grande número de conceitos e definições cercando a temática, porém afirma existir características comuns compondo estes conceitos. Uma das características mais usuais é aquela que coloca em destaque a “*integração de diversas disciplinas*” para a resolução de um determinado problema que exige a intervenção de diversas áreas disciplinares; outra característica é a “*produção de novos conhecimentos*”, que ocorre através da integração/diálogo de diferentes olhares sobre um mesmo objeto.

O autor afirma, que estas duas características – *integração de diversas disciplinas; produção de novos conhecimentos* –, mesmo de forma diferenciada, encontram-se presente em todos os trabalhos interdisciplinares. Essa diferenciação está diretamente relacionada à área de conhecimento, pois, segundo Leis (2011), enquanto nas ciências físicas e naturais sobressai-se o lado prático da integração entre os profissionais, nas ciências humanas e sociais destaca-se o aspecto da interpretação e entendimento do objeto em estudo.

Neste contexto, o trabalho interdisciplinar não se apresenta de forma fechada com regras e definições estabelecidas, tendo em vista, que não ocorre uma única forma de operar. Além disto, Leis (2011, p.114) adverte que a “procura de um marco teórico/metodológico definitivo não é algo propriamente interdisciplinar”, pois podem acabar “funcionando implicitamente como camisas de força para os estudos interdisciplinares”.

Na concepção de Ivani Fazenda (1979, p.25), a *integração entre as disciplinas* é a principal característica do trabalho interdisciplinar. Para esta autora, uma ação interdisciplinar pode ser identificada “pela intensidade das trocas entre os especialistas e pelo grau de integração real das disciplinas no interior de um mesmo projeto de pesquisa”.

No entanto, a autora esclarece que uma integração nem sempre pode significar e pressupor um passo decisivo para um processo interdisciplinar. Isto porque, apesar da integração anteceder uma ação interdisciplinar, esta como fim em si mesmo pode tornar-se um fator de estagnação e de manutenção do *status quo*. Um salto qualitativo ocorre quando se parte da integração para a interação, que é condição fundamental para a efetivação da interdisciplinaridade. A interação pressupõe a integração de conhecimentos em busca de um novo saber que venha responder as demandas da complexidade do objeto.

Assim, a produção do conhecimento, a partir de uma ação integradora, pode promover uma transformação nos paradigmas teóricos disciplinares. O intercâmbio do conhecimento sobre um mesmo objeto, pode ocasionar uma revolução nas teorias fragmentadas, pois novas interrogações podem impor-se e novas respostas podem emergir no momento em que diferentes concepções teóricas decidem dialogar e sair de seu espaço de conforto. Além disto, Fazenda (1998; 1994) destaca que o próprio termo “interdisciplinaridade” já pressupõe a existência de uma relação de integração entre disciplinas.

Essa integração, que incide em um trabalho interdisciplinar, não significa a abolição das bases epistemológica das disciplinas. Como coloca Leis (2011), embora a interdisciplinaridade tenha como uma de suas características a produção de novos

conhecimentos e assim trazer a margens novas bases epistemológicas no campo da ciência, não se deve minimizar a relevância do saber produzido pelas especializações, ao contrário, pois, a troca de conhecimento e de experiência é fundamental nas relações interdisciplinares. No entanto faz-se necessário a concepção de que nenhum saber é absoluto, completo e ilimitado.

Sendo assim, a integração disciplinar em um mesmo projeto não significa que as diferenças epistemológicas, conceituais e metodológicas irão desaparecer, ao contrário, as idiossincrasias que envolvem cada pesquisador e cada área disciplinar é parte integrante do processo.

Esta concepção assinalada por Leis (2011), Rodrigues (2001) e Fazenda (2011) pressupõe uma mudança de atitude, assim como uma tensão conceitual. A separação das disciplinas e o desenvolvimento de especializações criaram espaços privatizados e monopolizados em áreas determinadas do conhecimento, estabelecendo barreiras para o diálogo e a interação com as demais disciplinas. Posturas profissionais intransigentes foram sendo criadas limitando transitar o espaço da diferença, dificultando o desenvolvimento de um trabalho interdisciplinar.

Nesse sentido, Fazenda (2011, p.26) e Japiassu (1976) aludem que o trabalho interdisciplinar exige uma nova espécie de cientista – o interdisciplinar. Cabe a este profissional uma participação específica que o “torne participante do nascimento de uma nova consciência e de uma nova pedagogia, baseada na comunicação”. No entanto, alertam que se fazem necessárias instituições universitárias preparadas para formar estes profissionais.

Apesar de todas as contribuições que podem ser realizadas na área do conhecimento através de uma ação interdisciplinar, Morin (1998) afirma que a interdisciplinaridade não consegue, por si só, dar conta de todos os desafios impostos pela complexidade. Embora a palavra interdisciplinaridade signifique interação, troca, cooperação, isto não significa que venha ocorrer à superação das soberanias disciplinares. Neste contexto, a interdisciplinaridade não responderia a todos os desafios impostos pela fragmentação da ciência.

Faz-se necessário esclarecer que ainda não existe uma metodologia específica para que se alcance o nível da interdisciplinaridade, pois é algo que se constrói através da prática e da vivência. Sua complexidade incide em avanços e retrocessos, diretamente relacionados aos profissionais que se unem para desenvolver uma prática coletiva. Os avanços ocorrem a partir do levantamento dos entraves que emergem no cotidiano do trabalho e no compartilhamento

de conhecimentos e saberes. Nesse sentido, o respeito, e a aceitação da opinião do outro, destaca-se como ingrediente fundamental para desenvolver o trabalho. (FAZENDA, 2002; SÁ, 1996).

Outra exigência que se impõe no campo teórico/metodológico está fundada no conhecimento e competência que cada especialista deve ter acerca de sua área. Isto porque o avanço da teorização interdisciplinar requer o domínio teórico e metodológico de cada especialista. Do contrário, não haverá a colaboração e o intercâmbio do conhecimento, pois nenhum especialista poderá contribuir sem o real domínio sobre a sua área de conhecimento (JAPIASSU, 1976).

Ressalta-se que de acordo com Fazenda (1979) e Japiassu (1976), a interdisciplinaridade não pode ser pensada como um remédio (uma panaceia) para todos os males produzidos pela divisão do conhecimento, pois a ciência pode adotar outros caminhos, utilizar outros métodos e empregar novos procedimentos minimizando os efeitos ocasionados pela divisão do saber em vários departamentos disciplinares (FAZENDA, 1979; JAPIASSU; 1976).

No intuito de melhor compreender acerca do termo interdisciplinar, faz-se necessário realizar a distinção dos termos multidisciplinaridade e transdisciplinaridade. Embora alguns trabalhos utilizem os termos multidisciplinaridade e interdisciplinaridade como sinônimos, a diferença existente é bastante ampla.

Levando em consideração as duas características apontadas por Leis (2011) – integração e produção do conhecimento - entende-se que a multidisciplinaridade diferencia-se da interdisciplinaridade tanto por não requerer uma integração entre as disciplinas, quanto por não exigir um avanço no campo do saber. A multidisciplinaridade requer apenas a “justaposição” entre as disciplinas, de modo que, as bases teóricas e práticas permanecem intactas e invioláveis, não exigindo que os profissionais transponham seus “espaços de conforto”, ou seja, o trabalho multidisciplinar “não implica nenhuma tensão conceitual e teórica” (LEIS, 2011, p.109).

Quanto aos estudos transdisciplinares, estes se propõe a alcançar um alto grau de integração e de produção de novos conhecimentos, pois, “a abordagem transdisciplinar privilegia a dimensão teórica, tentando transcender as disciplinas na direção de conceitos e teorias comuns a todos os campos”. Assim, diferentemente da multidisciplinaridade, a

transdisciplinaridade busca construir novas bases epistemológica e metodológica que seja comum a todas as disciplinas (LEIS, 2011, p.109).

Alguns autores (FAZENDA, 1979; LEIS, 2011; POMBO, 1994) trabalham a interdisciplinaridade numa posição que pode ser considerada intermediária, que transita entre a multi e a trans. Considerando-se o fator integração, pode-se afirmar que a inter ultrapassa a multi e fica atrás da trans, que solicita um algo grau de integração entre as disciplinas.

Por requerer um alto grau de integração, Pombo (1994, p.13) discute as dificuldades de uma pratica transdisciplinar na área da educação:

Trata-se de uma forma extrema de integração disciplinar, impossível nas circunstâncias atuais da nossa prática docente: rompendo as fronteiras entre as disciplinas envolvidas, ela implicaria profundas alterações no regime de ensino e na organização da escola e suporia uma prévia integração dos programas curriculares, tanto a nível horizontal como vertical.

Nesse sentido, o trabalho transdisciplinar implica em um desafio difícil de ser superado e transposto. Romper com formas de ensino, de aprendizado e de coordenação por tanto tempo praticados e inculcados nas instituições escolares é um processo que impõe mudança de postura e de pensamento, de formulação de novos projetos e de desburocratização de departamentos, no intuito de romper com velhos padrões estabelecidos.

Esse rompimento, no campo das ciências humanas e sociais, torna-se cada vez mais frequente. A dinâmica com que vem ocorrendo as mudanças na sociedade nas últimas décadas trazem novos e antigos desafios aos profissionais, que buscam nas práticas interdisciplinares compreender a realidade e assim enfrentar os problemas da atualidade. Dentro deste contexto, percebe-se a ampliação do trabalho interdisciplinar no campo jurídico envolvendo profissionais da área do Serviço Social, da Psicologia e do Direito.

## **2.2. Atuação do Assistente Social no campo jurídico: percurso histórico e caminhos teórico/práticos**

Historicamente o Serviço Social foi considerado vocação, ofício e principalmente caridade. Na atualidade é reconhecido como profissão, uma especialização do trabalho coletivo, inscrito na divisão social e técnica do trabalho, de nível superior, regulamentada no Brasil pela Lei n. 8.662/9 de 07 de junho de 1993.

A abordagem do Serviço Social como trabalho foi elencado pela primeira vez por Iamamoto e Carvalho no livro *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil* em 1982. Posteriormente, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abeps) corroborou com esta assertiva, a partir do processo de revisão curricular de ensino e graduação em Serviço Social no Brasil, que redundou na proposta de Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social, respondendo a uma exigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (IAMAMOTO, 2007; PRATES, 2003).

Na concepção de Iamamoto (2007) e Fraga (2010, p.108) apreender o Serviço Social como trabalho significa considerar os elementos que integram o processo de trabalho dos assistentes sociais como partes indissociáveis. Todo processo de trabalho implica em uma matéria prima ou objeto sobre o qual ocorre a ação, meios ou instrumentos de trabalho que possibilitam a ação do sujeito sobre a matéria prima e, por último, a própria atividade. Ou seja, a ação concreta que resulta em um determinado produto. Tais elementos estão presentes em qualquer processo de trabalho.

Tendo como objeto de trabalho a questão social – que segundo Iamamoto (2001) diz respeito a todas as expressões das desigualdades sociais produzidas e reproduzidas pelo modo de produção capitalista -, o assistente social atua diretamente nas mazelas da dinâmica societária. Estas expressões manifestam-se cotidianamente aos profissionais do Serviço Social de várias formas: desemprego, fome, miséria, analfabetismo, exploração, entre outras formas de desigualdades e exclusão social.

Segundo Iamamoto (2007), o cerne da questão social está enraizado no conflito entre capital *versus* trabalho. A desigualdade, presente na distribuição da riqueza coletivamente produzida, tem historicamente gerado no interior da classe que vive do trabalho várias formas de exclusão e resistência. Esta resistência apresenta duas faces: por um lado a negação/oposição contra a opressão e a exploração; de outro lado, a luta/rebeldia em busca dos direitos sociais, políticos e civis.

Nesse contexto, faz-se necessário considerar as mudanças tecidas na sociedade, à medida que as transformações que emergem no cenário contemporâneo alteram significativamente o tecido social e, conseqüentemente, o cenário no qual são produzidas as relações sociais. Tais transformações produzem novas demandas, novas necessidades e novas carências que necessitam ser (re)conhecidas pelos profissionais, de modo a obter subsídios para construir coletivamente propostas para seu enfrentamento. Ou seja, novas formas de ação/combate em defesa dos direitos.

No mais, a aproximação/conhecimento das “condições de vida das classes subalternas e de suas formas de luta e organização” faz-se necessário, de modo a tentar dissolver a relação de estranhamento do assistente social “com a população usuária dos serviços prestados, porque é de fato um estranho em seu universo” (IAMAMOTO, 2009, p.197).

Desta forma, a finalidade do trabalho do assistente social está voltada para combater/enfrentar as manifestações da questão social com vista a contribuir com a redução das desigualdades e exclusão social, como também, fortalecer os processos de resistência dos sujeitos em uma perspectiva de democratização, autonomia e acesso a direitos.

Ressalta-se que a questão social não é uma nova questão social, diferentemente do que preconiza Robert Castel (1997) em seu livro “As Metamorfoses da Questão Social”. De acordo com Iamamoto (2009, p.269) e Netto (1999), na contemporaneidade novas expressões da questão social somam-se com antigas expressões, “em decorrência dos processos históricos que a redimensionam na atualidade, aprofundando suas contradições”.

O assistente social desenvolve sua atividade junto a diversos segmentos sociais (criança e adolescente, pessoa portadora de necessidades especiais, família, idosos), assim como em diferentes espaços ocupacionais (seguridade social, saúde, previdência social, assistência social, assistência jurídica, educação, entre outros). Esta realidade exige que o profissional detenha um grande arsenal teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político, de modo a apoiar/direcionar sua ação profissional.

No escopo deste estudo trata-se de modo particular do campo sócio jurídico, que de acordo com Fávero (2003), campo (ou sistema) sócio jurídico refere-se ao conjunto de áreas em que a ação do Serviço Social articula-se a ação de natureza jurídica, como o sistema judiciário, o sistema penitenciário e o sistema de segurança.

Em suma, na atualidade, o campo sócio jurídico extrapola a via do Poder Judiciário ao envolver as políticas públicas formuladas e implementadas pelo Poder Executivo no cumprimento das medidas compensatórias e protetoras de caráter socioeducativo. Assim, abrange desde questões relativas ao sistema penitenciário até as instituições de acolhimento como abrigos, internatos, conselhos de direito, dentre outros (IAMAMOTO, 2009).

Entre as principais demandas jurídicas que permeiam a ação do assistente social no campo sócio jurídico - em especial, junto as Varas da Família e nas Varas da Infância e Juventude - Fávero et al (2005) destacam as relacionadas as Medidas de Proteção elencadas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), como: adoção; termo de guarda e

responsabilidade; tutela e curatela; destituição do poder familiar; abrigo; alimentos; regulamentação de visita; colocação em família substituta, dentre outros.

Cabe assinalar que embora o assistente social não atue exclusivamente nos casos relativos a criança e ao adolescentes, é junto a este segmento social que o assistente social tem historicamente desenvolvido sua atuação no campo jurídico. Em São Paulo, o Juízo de Menores e o Serviço de Assistência ao Menor foram os primeiros espaços públicos a introduzir o assistente social em seu quadro funcional.

O Juízo Privativo de Menores da Comarca de São Paulo foi criado em 1924, pela lei estadual nº 2.059, de 31 de dezembro, regulamentado pelo decreto nº 3.828 de 25 de Março de 1925, durante o governo de Carlos de Campo. Tinha por finalidade “o amparo e proteção, processo e julgamento de menores abandonados e delinquentes” (FÁVERO, 2005, p.35).

Segundo Fávero (2005), a criação do Juízo ocorreu em um momento no qual a situação do segmento infanto-juvenil passou a “incomodar” a sociedade. O crescimento em ritmo acelerado da população, em cidades como São Paulo, foi acompanhado da ampliação da pobreza e da miséria, assim como de situações envolvendo o abandono e a infração por parte de menores, despertando a atenção de setores organizados da sociedade que passaram a exigir do Estado uma nova forma de intervenção. Até então, os problemas referentes aos menores não tinham o respaldo de uma política social mais ampla que respondesse as suas necessidades básicas, sendo visualizados pelo poder público como objeto de controle e não como cidadãos detentores de direitos.

Fávero (2005) assinala que as políticas anteriores caracterizavam-se por ações isoladas, com caráter casuístico e clientelista, configurando-se mais como uma ação humanitária e assistencial provenientes de grupos e entidades filantrópicas.

Após a promulgação do Código de Menores – também conhecido como Código Mello de Mattos -, o Estado passou a intervir de forma efetiva junto às demandas do segmento infanto-juvenil. Com a justificativa de oferecer proteção aos menores foram criados diversos serviços públicos, entretanto Rizzini (1999) ressalta que estes serviços eram pautados na perspectiva de adequar, enquadrar e controlar o comportamento das crianças e dos adolescentes das famílias pobres, não havendo preocupação de fato em assistir as crianças e os adolescentes que necessitavam, principalmente, de políticas assistenciais.

Frente a esta realidade social ocorreu a inserção dos assistentes sociais no campo jurídico. Atuando inicialmente como Comissários de Menores<sup>3</sup> no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, estes profissionais tinham entre suas atribuições: a apreensão de menores abandonados e infratores; o atendimento a pessoas que compareciam ao Juizado; a representação dos casos ao juiz; visita a residência do menor; entrevistas com as partes envolvidas nos casos, dentre outras (FÁVERO, 2005; IAMAMOTO; 2009).

Data de 1949, a inserção formal destes profissionais no Juizado de Menores com a criação do Serviço de Colocação Familiar. Este serviço - que foi criado através da Lei de Colocação Familiar - tinha como principal meta evitar a internação de menores em situação de abandono. Buscava-se evitar a internação dos menores em organizações filantrópicas e/ou nas instituições públicas que não tinham condições de oferecer um atendimento digno. Fávero (2005, p.72) relata que a internação “acontecía quase sempre em condições desumanas, refletindo o descaso do Estado e da sociedade em relação aos direitos dessa população de crescer e se desenvolver com dignidade”.

O assistente social utilizava no cotidiano do seu exercício profissional uma série de instrumentais<sup>4</sup> que lhe atribuíam conhecimento e poder sobre os menores e suas famílias. Segundo Fávero (2005), o assistente social:

[...] atuava por meio de diversos instrumentos e técnicas de intervenção. A observação, a entrevista e a visita domiciliar eram priorizados no exercício dessa prática, para recolher informações sobre a situação do menor e da família. Esse saber era sistematizado num relatório, que servia de suporte para a medida a ser tomada, seja a internação, a colocação em lar substituto, a orientação à família (2005, p. 90).

Estes instrumentais marcava a intervenção direta dos profissionais junto às famílias, assim como possibilitava obter informações acerca da realidade social de todos os indivíduos envolvidos nos processos. Ao realizar a visita domiciliar e as entrevistas, os profissionais não apenas tomavam conhecimento do modo de vida e das relações estabelecidas entre os membros da família, como também, intervinham diretamente ao repassar todas as informações através do relatório social ao juiz de direito.

---

<sup>3</sup> De acordo com Fávero (2005; 2008) os Comissários de Menores antecederam a entrada formal dos assistentes sociais no quadro do Juizado de Menores, exercendo aí funções sem especialização técnica, mas semelhante, em alguns aspectos, às posteriormente assumidas pelo Serviço Social.

<sup>4</sup> Martinelli (1994, p.137) concebe o instrumental como “o conjunto articulado de instrumentos e técnicas que permitem a operacionalização da ação profissional”.

No período entre 1948 e 1959 diversos serviços foram sendo criados no Tribunal de Justiça, ampliando as demandas que exigiam a participação do profissional do Serviço Social. Entre os exemplos, Fávero (2005) destaca a criação da Casa de Estar que iniciou seu funcionamento em 1956, em um espaço físico dentro do próprio Juizado de Menores, assim como a Seção de Informações e de Serviço Social em 1957, era basicamente constituída por assistentes sociais.

Todos esses serviços vieram em resposta a complexidade das demandas referente à criança e ao adolescente na época. Havia a necessidade de programas e serviços que minimizassem os índices de abandono, delinquência e crimes praticados por menores. Fávero (2005, 2007) assinala que, na década de 50, o número de assistentes sociais atuando dentro do Juizado de Menores já era bastante expressivo.

As conquistas legais, que ocorreram a partir da década de 80, refletiram de forma bastante positiva nos espaços ocupacionais dos assistentes sociais. Destaca-se entre estas conquistas a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Substituindo o antigo Código de Menores, este estatuto reconheceu a criança e o adolescente como sujeitos de direitos, além de dispor sobre sua proteção integral. Inclui, entre outros, o direito a vida, a saúde, a educação, ao esporte, ao lazer e ao trabalho. Além disto, normatiza a política de atendimento a criança e ao adolescente, por meio de uma articulação entre governo federal, estadual e municipal. Envolvem as polícias sociais básicas, programas e políticas de assistência social, serviços especiais de prevenção, apoio social as vítimas de negligência, exploração, maus-tratos, abuso, crueldade e opressão, entre outros. Na quase totalidade destes serviços, o assistente social encontra-se inserido viabilizando e possibilitando que este segmento social tenha seus direitos efetivados (IAMAMOTO; 2009).

No entanto, Iamamoto (2009) adverte que os direitos assegurados legalmente não são prerrogativas para sua efetivação, visto que dependem de vontade política e de decisões governamentais. Em um país onde os direitos políticos e sociais são historicamente violados cabe uma constante luta política pela sua consolidação e realização, de modo a propiciar e garantir o exercício da cidadania.

Segundo os estudos realizados por Iamamoto (2009), Fávero (2005; 2007) e Mito (2001), apesar de terem as mais variadas atribuições<sup>5</sup> na área da justiça, os assistentes sociais

---

<sup>5</sup>De acordo com a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº8662,93), art. 5º, inciso IV, é atividade privativa do assistente social “realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres técnicos sobre a matéria de Serviço Social”.

atuam prioritariamente como peritos em questões relacionadas a criança e adolescentes e a família. Na concepção de Miotto (2001, p.146), a perícia social “pode ser considerada como um processo através do qual um especialista, no caso o assistente social, realiza um exame de situações sociais com a finalidade de emitir um parecer sobre a mesma”.

Cabe destacar que, historicamente no Brasil, a legislação relativa à criança previu a figura de um profissional de apoio que viesse oferecer subsídios a figura do juiz através de relatórios. A lei que criou o Juízo Privativo de Menores em São Paulo na década de 20, previa no art. 39º o ingresso de um médico psiquiatra, a quem caberia investigar os antecedentes hereditários e pessoais dos menores através de exames periciais e observações (FÁVERO, 2005).

Nas Varas da Família e da Infância e Juventude as perícias são comumente realizadas nos casos que envolvem guarda e responsabilidade, pensão alimentícia, regulamentação de visitas, modificação de guarda, entre outros.

A perícia social, no campo jurídico, tem o intuito de apreender, analisar e emitir um parecer sobre as situações/problemas que se apresentam nos processos judiciais. Este parecer, que se apresenta através de um laudo social, constituiu-se segundo Miotto (2001), em um meio de prova, pois, trata-se de uma declaração técnica. Desta forma, cabe ao profissional perito deter: *competência técnica; competência teórico-metodológica; autonomia profissional; compromisso ético.*

A *competência técnica* refere-se ao conhecimento e a habilidade na utilização dos instrumentais por parte dos profissionais. O manuseio correto dos instrumentais propicia uma aproximação maior da realidade e dos fatos concretos, podendo ser modificado e reorganizado conforme a necessidade profissional.

Atribui-se a *competência teórico-metodológica* o conhecimento tanto das bases teóricas para realizar a análise dos dados, quanto da organização do processo pericial. No campo jurídico esta competência exige que este profissional além de deter o saber teórico-metodológico de sua área de estudo, detenha também o conhecimento de determinadas leis e normatizações, especialmente as relacionadas a área da família, da criança e do adolescente, como por exemplo: Estatuto da Criança e do Adolescente<sup>6</sup>; Código de Processo Civil<sup>7</sup>; Código Civil Brasileiro<sup>8</sup>; Constituição Federal, dentre outros. (MIOTTO, 2001).

---

<sup>6</sup> Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/90

No mais, o conhecimento da legislação profissional é imprescindível para o exercício da prática. Os artigos 4º e 5º do Código de Ética dispõem respectivamente acerca da competência e das atribuições privativas do assistente social. Dominar este conhecimento implica na viabilização de serviços condizentes com a profissão e possibilitam a recusa de serviços que não são da competência do profissional. Quanto maior for o conhecimento de todas estas legislações, melhor aparelhado o profissional estará para exercer sua prática.

Na concepção de Chaui (2000, p.93), a busca do conhecimento é a negação do senso comum. Enquanto o senso comum busca interpretar os dados a partir da leitura dos hábitos, tradições e preconceitos, o conhecimento científico procura “explicações, interpretações e significados para a realidade que nos cerca” através de pesquisas e investigações metódicas e sistemáticas. Assim, o conhecimento teórico/científico possibilitaria uma explicação e uma compreensão da realidade que não seria possível através do senso comum.

A *autonomia* é um direito assegurado ao profissional do Serviço Social conforme prescrito no Código de Ética Profissional. Este direito assegura ao profissional a liberdade para tomar suas decisões, assim como a escolha dos instrumentais e a documentação a ser utilizada no processo de trabalho. Levando em consideração que a perícia social tem como finalidade a emissão de uma opinião profissional expressa através de um laudo social, é imprescindível que este profissional tenha plena autonomia para decidir acerca dos procedimentos necessários para a formação de tal opinião, que deverá pautar-se na criatividade, na competência e na consciência crítica.

O *compromisso ético* prevê a observância das normas e dos princípios elencados no Código de Ética Profissional. O Código de 1993 desvela os valores com os quais o Serviço Social compromete-se na atualidade, são estes: a liberdade, a democracia, a justiça e a igualdade. Esses valores colocam os profissionais numa posição de continua luta contra o sistema de dominação burguesa à medida que tanto a justiça social, quanto a equidade visam a universalidade de direito e de alcance das conquistas e riquezas sociais, de modo a superar/erradicar a opressão, a exploração e a alienação social. Logo, luta-se por uma nova ordem societária e a recusa à ordem social estabelecida pelo capitalismo e aos seus aspectos fundantes. Isto é, o assistente social não é um profissional neutro, sua prática se realiza no marco das relações de poder e de forças sociais da sociedade capitalista (BARROCO, 2008; MIOTO, 2001).

---

<sup>7</sup> Código Processo Civil, Lei nº 5.869/73

<sup>8</sup> Código Civil Brasileiro, Lei nº 10.406/02

A perícia social é realizada em duas fases: a primeira fase ocorre com o “*estudo social*”; e finaliza com a emissão do “*parecer social*”. Mioto (2001, p.153) define o estudo social como um instrumento que “é utilizado para conhecer e analisar a situação vivida por determinados sujeitos ou grupo de sujeitos sociais, sobre a qual fomos chamados a opinar”. Esse estudo só é possível pela articulação entre vários outros instrumentos que permitem o conhecimento da problemática dos sujeitos envolvidos nos processos. Entre os instrumentais utilizados no processo da perícia, Mioto (2001) destaca: *visita domiciliar, observação, entrevista, documentação*.

A *visita domiciliar* é um importante instrumento/técnica para o conhecimento da realidade. Durante a visita, além de serem observadas as condições de vida dos sujeitos, buscar-se-á também apreender o seu modo de vida considerando as relações que os membros estabelecem entre si, seu comportamento, sua linguagem, suas representações, suas relações de trabalho e comunitárias. De acordo com Martinelli (1994) “conhecer o modo de vida dos sujeitos, pressupõe o conhecimento de sua experiência social”.

Segundo Mioto (2001) e Silva (2003), a *observação* é um instrumento básico de toda a pesquisa científica, sendo desta, imprescindível. Este instrumento tanto pode ser utilizado de forma independente, como aliado a outros instrumentais. Silva (2003) expõe que no campo do senso comum a observação pode ser considerada como um exame sobre determinado fenômeno no seu todo, ou em alguma de suas partes. No entanto no campo científico:

A observação torna-se uma técnica científica à medida que serve a um objetivo formulado de pesquisa, é sistematicamente planejada, sistematicamente registrada e ligada a proposições mais gerais e, em vez de ser apresentada como conjunto curiosidades interessantes, é submetida a verificações e controles de validade e precisão (SILVA, 2003, p.213).

A *entrevista* é uma técnica crucial utilizada no campo jurídico pelos profissionais do Serviço Social. Com este instrumento busca-se detalhar de forma precisa os fatos que envolvem o conflito. A entrevista pode ser realizada tanto de forma individual, como em conjunto, dependendo do caso e da necessidade averiguada pelos profissionais. As entrevistas conjuntas permitem observar como estão se processando as relações entre as partes contrárias proporcionando importantes dados para análise dos fatos.

Fávero (2009) chama a atenção para a relevância de se criar uma relação de confiança no momento da entrevista. O temor que muitos sujeitos apresentam da instituição jurídica e por consequência dos profissionais que nela atuam, dificultam o estabelecimento de uma

relação de confiança. Estabelecer uma relação de confiança/vínculo é parte intrínseca do processo pericial, tanto de forma a minimizar a tensão dos entrevistados, quanto para favorecer o fluxo das informações.

A *documentação* apresenta-se como o instrumento de registro de todo o processo pericial. Esse registro contém todos os dados coletados nos diversos momentos da perícia e, normalmente, constitui-se na forma de relatórios ou laudos periciais. Também se constituem como documentos os diários e/ou cadernos de campo utilizados pelos profissionais.

Conforme já destacado acima, estes instrumentais não são estáticos, dependendo do caso estudado e da necessidade profissional podem ser modificados, assim como novos instrumentais podem surgir. Segundo Miotto (2001), estas mudanças dependem do conhecimento teórico-metodológico dos profissionais.

São os dados coletados durante o estudo social, através dos instrumentais, que subsidiarão o parecer do magistrado. Estes dados devem retratar as condições tanto objetivas, quanto subjetivas da vida dos sujeitos envolvidos nos processos. Os dados objetivos dizem respeito às condições de moradia, da renda econômica familiar e individual, das condições de saúde dos membros da família, entre outros. Quanto aos dados subjetivos, referem-se aos reais interesses que envolvem as partes envolvidas no processo.

No mais, o profissional que atua no campo jurídico não opera apenas com dados factuais, mas com histórias de vida. Dados fragmentados, segregados não possibilitam desvelar a dinâmica das relações. Logo, se faz necessários estudos e registros detalhados e minuciosos acerca da história e dos motivos que permearam a ação judicial.

O *parecer social* expõe os dados coletados e o posicionamento do profissional acerca da ação processual. Este documento traz as informações mais pertinentes do caso, à interpretação e análise dos dados, assim como a proposição de alternativas de encaminhamento para a resolução do problema estudado, seja no plano social ou legal.

Frente a este processo, Iamamoto (2009) chama a atenção para a importância da linguagem escrita e verbal. Cabe ao profissional assegurar o uso adequado da linguagem científica e técnica concernente a questão em estudo na elaboração do parecer social, de forma a demonstrar conhecimento teórico/metodológico e técnico/operativo.

Apesar de ser um profissional com autonomia relativa para desenvolver sua prática profissional, vários são os desafios que permeiam/limitam a prática profissional no campo jurídico, entre os quais Iamamoto (2009) destaca: o altruísmo da instituição Judiciária; o

tradicionalismo presente na prática do Serviço Social; o desvelar das expressões da questão social que se apresentam no cotidiano da prática; o trabalho interdisciplinar; as condições e relações de trabalho, entre outros.

Segundo esta autora, o Poder Judiciário tem sua atuação direcionada visando a ordem social, através da correção e da disciplina. O poder que lhe é outorgado pela sociedade e pelo Estado lhe conferem uma autonomia que se transforma em superioridade perante as demais instituições e os indivíduos sociais, desta forma, apesar de se denominar defensor dos direitos do povo, o altruísmo desta instituição acaba produzindo uma grande barreira entre ela e a sociedade.

Por conseguinte, visualiza-se através da concepção de Fávero (2005) e Chuairi (2001), que a resolução dos conflitos através de ações judiciais só ocorre como última alternativa, ou seja, quando todos os demais recursos no espaço privado foram esgotados, significando que os sujeitos adentram esta instituição apresentando um estado de sofrimento, de revolta, de aparente passividade e de medo, tentando, na maioria das vezes, dissimular as dores, os temores e as emoções.

Fávero (2005) e Chuairi (2001) ressaltam que a grande parte dos sujeitos que procuram os serviços públicos de assistência jurídica vivenciam um processo de exclusão social. Entende-se que a exclusão não se processa na vida das pessoas apenas pela ausência de rendimento necessário para a subsistência, mas principalmente, pela falta de políticas públicas que lhe assegurem os direitos sociais prescritos legalmente.

No campo jurídico a dependência do serviço público faz com que os sujeitos não tenham autonomia de escolha acerca do profissional que irá defender sua causa, pois não possuem meios financeiros para efetuar o pagamento de um serviço privado, ficando na dependência do Estado para o atendimento de seus direitos e do acesso à justiça.

Fávero et al (2005) constatou em sua pesquisa realizada no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, junto a 284 profissionais entre assistentes sociais, que as famílias atendidas traziam várias expressões da questão social, como pobreza, desemprego, baixa escolaridade, violência intrafamiliar e alcoolismo, dentre outros.

Os presentes dados expressam a situação social perversa vivida por milhares de brasileiros cotidianamente. Segundo os dados oficiais analisados pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), o Brasil lidera entre os países da América Latina no que se refere “a pior distribuição de renda”. Os dados apontam que 25% dos domicílios

mais pobres apropriam-se de 5% de toda a renda produzida no país, enquanto os 10% mais ricos ficam com 43% (SOARES, 2003 apud FÁVERO, 2006). Em suma, o país agrega uma grande população com uma renda mínima e um pequeno grupo detendo quase a metade da riqueza produzida.

As análises de Netto (2006) assinalam que as transformações operadas no capitalismo mundial, a partir da década de 70, resultaram no agravamento da desigualdade estrutural e na degradação da vida humana. O aumento do desemprego, do trabalho informal e a desconstrução dos direitos sociais, conquistados legalmente são alguns dos efeitos nefastos visualizados no meio social.

Tal situação se expressa no cotidiano do assistente social em todas as suas áreas de atuação, seja na saúde, na previdência social, na assistência social e no campo jurídico, entre outros. São milhares de pessoas excluídas dos bens materiais e imateriais, destituídas de sua dignidade, de sua confiança e de melhores condições de vida. Nesse sentido, Fávero (2009, p.87) relata:

A realidade social com a qual o assistente social se depara no dia a dia de trabalho, nos diversos espaços sócio ocupacionais e particularmente nos que envolvem o Judiciário, revela em muitas situações a barbárie vivida por muitos indivíduos e famílias. Sujeitos que, após lhes ter sido negada ou subtraída qualquer possibilidade de uma vida digna, recorrem ou são encaminhados e/ou denunciados a esse Poder de Estado que tem como uma de suas principais funções a regulação e o controle da vida social. Assim, o assistente social que atua na Justiça da Infância e da Juventude, particularmente em situações que envolvem mães e pais em processos de rupturas legais dos vínculos parentais, via de regra encontra a violência social inerente à vida em condições de miséria – em suas variadas expressões – como condicionante dessa situação.

Intervir nesta realidade é premissa para o profissional do Serviço Social na atualidade. Entretanto a prática do assistente social não ocorre de forma isolada, em si mesma, esta é vinculada as normas e ideologia institucionais. Segundo Iamamoto (2007), usualmente a prática profissional é relacionada às atividades realizada pelo profissional, ou seja, “aquilo que o assistente social faz”, não levando em consideração determinados fatores que interferem e condicionam a prática profissional. Estes fatores podem ser classificados como: internos e externos. Os primeiros referem-se às competências do profissional, como, por exemplo: capacidade da leitura da realidade; saber acionar determinadas estratégias e técnicas; habilidade no atendimento aos usuários; saber atuar junto a outros profissionais, entre outros fatores. Diferentemente dos fatores internos, os externos não dependem exclusivamente do profissional, pois, abrangem: recursos físicos e materiais; as relações de poder institucionais;

os objetivos e demandas institucionais; as políticas sociais; a realidade da população usuário, entre outros. Nesse sentido, uma leitura acerca da prática profissional deve contemplar determinantes sociopolíticos e econômicos, que embora sejam a ela externos interferem diretamente no cotidiano profissional.

Assim, o fazer profissional é condicionado por normas e diretrizes institucionais que tendem a afetar de forma bastante negativa a ação profissional. O grande problema ocorre, quando os profissionais não percebem a incompatibilidade entre os objetivos institucionais e os profissionais e, principalmente, com os princípios do projeto ético-político profissional reproduzindo a ideologia política dominante através de suas ações cotidianas. Isto ocorre quando:

A dinâmica social, a função social do Estado, a função social das instituições e organizações são inteiramente desconsideradas e ignoradas. Com isto, o imediatismo e o ativismo passam a traduzir a prática cotidiana do Assistente Social (SOUZA, 1995, p.52).

Apesar das questões acima elencadas, observa-se que o Serviço Social tem contribuído com seus conhecimentos específicos para responder a questão social em suas múltiplas manifestações no âmbito jurídico. Demanda que é crescente em relação à solicitação de elaboração de estudos, laudos e pareceres técnico-sociais, especialmente na área de família.

Realizar este (re)conhecimento implica uma visão de totalidade, sendo este um grande desafio no campo jurídico onde cada caso é analisado individualmente. O Poder Judiciário tem historicamente realizado sua intervenção através da aplicação das leis na vida daqueles que a infligiram. Para isto, é realizado um estudo/investigação buscando a realidade dos fatos. O estudo, que compõe os laudos sociais, expõe os determinantes da vida dos sujeitos, muitas vezes fora do contexto mais geral da sociedade. Assim, questões como o papel do Estado, pobreza, miséria, políticas públicas sociais, entre outros, nem sempre são considerados.

Esta é uma realidade contra a qual o assistente social tem que lutar. O Serviço Social é uma profissão de caráter interventivo e investigativo. Uma atitude de indiferença quanto a investigação dificulta o reconhecimento da realidade em seu contexto mais geral, assim como das possibilidades de construir novas formas de mediações que desvendem as manifestações da questão social. Fraga (2010, p.41) parte da premissa de que o exercício profissional “exige uma atitude investigativa constante para que não se torne meramente pragmática, sem intencionalidade e clareza de finalidade”.

Prosseguindo, a autora afirma que a interdisciplinaridade é peça fundamental neste processo, pois:

As diferentes disciplinas estanques não contemplam as questões emergentes da sociedade, logo, não consideram a complexidade das múltiplas expressões da questão social. Refrações da questão social, como a violência, segurança, preconceitos, saúde do trabalhador e tantas outras, desafiam os profissionais diariamente, sendo-lhes demandadas questões que, por sua vez, não são passíveis de abordagens isoladas, havendo necessidade do diálogo com profissionais de diversas áreas (FRAGA, 2010, p.57).

Neste contexto, o trabalho interdisciplinar pode ser visualizado como uma importante ferramenta para se apreender a complexidade das demandas societárias. No mais, o trabalho realizado, a partir de uma premissa interdisciplinar, permite pensar coletivamente alternativas e enfrentamento, redescobrir possibilidades, associar experiências, buscar identificações, dar visibilidade as fragilidades para tentar superá-las, revigorar energias, vínculos e potencial organizativo.

Ressalta-se que o Estatuto da Criança e do Adolescente regulamentou e legitimou a equipe interprofissional no Poder Judiciário. Consta nos artigos 150 e 151:

Art. 150 – Cabe ao Poder Judiciário, na elaboração de sua proposta orçamentária, provê recursos para a manutenção de equipe interprofissional, destinada a assessorar a Justiça da Infância e da Juventude.

Art. 151 – Dentre outras atribuições que lhe forem reservadas pela legislação local, fornecerem subsídios por escrito, mediante laudos ou verbalmente nas audiências e, bem assim, desenvolver trabalhos de aconselhamento, orientação, encaminhamento, prevenção e outros, tudo sob a imediata subordinação à autoridade judiciária, assegurada a livre manifestação do ponto de vista técnico (BRASIL, 2004, p.263).

Finalmente, é importante destacar como as condições e relações de trabalho podem influenciar na prática cotidiana do assistente social. Cada vez mais, os profissionais são chamados a atuar dentro de um padrão de eficiência e eficácia sem que lhe seja oferecido condições físicas e materiais, dificultando sobremaneira a possibilidade de uma prática criativa.

Desenvolver um trabalho que vá além de ações mecânicas e rotineiras é um desafio que perpassa o cotidiano profissional. Segundo Fávero (2002), a rotina estabelecida na prática profissional, em várias instituições, induz os profissionais ao não exercício da criatividade, da capacitação e da indignação, critérios que são essenciais para uma ação comprometida e para a construção de novas formas de luta e resistência.

Em face deste contexto, o trabalho do assistente social e do psicólogo no judiciário tem se constituído num desafio constante, uma vez que a ação profissional desenvolve-se em meio à complexidade das relações sociais, requerendo não somente qualificação técnica científica, mas, principalmente uma opção pelo compromisso com o projeto ético-político em favor da classe menos favorecida.

### **2.3. A atuação do Psicólogo no campo jurídico: percurso histórico e caminhos teórico/práticos**

Pessotti (*apud* Bock, 1999) divide a história da psicologia no Brasil em três momentos: pré-institucional, institucional, universitário e profissional. O primeiro momento, data do século XVIII, quando a Psicologia ainda não aparecia como uma ciência autônoma, sendo discutida no campo da Teologia, Filosofia e Medicina. Os estudos com conteúdo psicológico eram realizados por religiosos, políticos e homens de poder econômico e nível cultural elevado e visavam o controle/domínio político da população. Ou seja, eram estudos “sobre emoção, sentidos, autoconhecimento, adaptação ambiental, diferenças raciais e outros temas relacionados diretamente ao controle político” (BOCK, 1999, p.318).

O segundo momento ocorreu a partir da independência do Brasil, quando o país iniciou um processo de profundas mudanças culturais e sociais. No compasso destas mudanças ocorreu a criação de instituições acadêmicas nas quais a Psicologia passa a ser ensinada, embora ainda não fosse uma ciência independente. Segundo Bock (*apud* FÁVERO, 2008, p.43), “a subjetividade e a realidade psíquica são valorizadas e estudadas, estando vinculadas à Psicologia e à Medicina, sob a ótica da higienização da época”. Apesar disto, surgiram os primeiros estudos classificados como de psicologia experimental e o desenvolvimento do pensamento freudiano. Importa destacar que este segundo momento foi influenciado pelo ideário positivista, que privilegiava o método científico empregado pelas ciências naturais.

No terceiro momento – denominado de universitário – visualiza-se o desenvolvimento da Psicologia como disciplina autônoma. A partir do ano de 1934, a Psicologia passou a ser disciplina obrigatória nos cursos de Filosofia, Ciências Sociais e Pedagogia. De acordo com Bock (1999), o conhecimento desta área passou a ser aplicado no processo de ensino-aprendizado de crianças e nas empresas, dentre outros espaços.

Segundo a referida autora, neste momento da história foram realizadas mudanças no campo da educação e do ensino, que tiveram como base e fundamento os estudos no campo da psicologia. No mais, surgiram os primeiros cursos de Psicologia que se apresentaram fundamentais na formação dos futuros profissionais e, conseqüentemente na inserção destes no mercado de trabalho.

Bock (1999 apud FÁVERO, 2008) expõe que a partir do contínuo esforço de vários profissionais foram sendo construídos vários espaços de preparação técnica e científica como o Instituto de Seleção e Orientação Profissional da Fundação Getúlio Vargas /RJ (ISOP), fundado em 8 de agosto de 1947, pelo psiquiatra espanhol Emilio Mira y López. Esse instituto foi responsável pela formação dos primeiros especialistas na área da psicologia.

O último momento – denominado por Bock (1999) de profissional - data de 1962, com a promulgação da Lei nº 4.119, que regulamentou a profissão. A partir de então ampliou-se a área de atuação profissional, assim como associações profissionais e científica. Antigos espaços passaram a somar-se com novas áreas como educação, clínica e, posteriormente, o campo jurídico.

A Psicologia Jurídica é um ramo da Psicologia que tem crescido nas últimas décadas. Segundo Lago et al (2009), a história revela que os psicólogos iniciaram sua prática junto a Justiça atuando nas varas da família, criminais e da infância e juventude em uma prática prioritariamente direcionada para a elaboração do psicodiagnóstico sob o modelo pericial. A inserção destes profissionais foi ocorrendo de forma lenta e gradual, muitas vezes de maneira informal e por meio de trabalho voluntário. Ressalta os referidos autores que:

O trabalho do psicólogo junto ao Sistema Penitenciário existe, ainda que não oficialmente, em alguns estados brasileiros há pelo menos 40 anos. Contudo, foi a partir da promulgação da Lei de Execução Penal (Lei Federal nº 7.210/84), que o psicólogo passou a ser reconhecido legalmente pela instituição penitenciária (LAGO et al, 2009, p.48)

Com a criação dos novos dispositivos legais que passaram a vigorar a partir da Constituição Federal de 1988, os psicólogos, assim como os assistentes sociais, também tiveram seu espaço ampliado nesta instituição. As mudanças legais operadas no Direito da Família, especialmente a partir da Constituição Federal de 1988, do Estatuto da Criança e do Adolescente/ECA e do Novo Código Civil/NCC que passou a vigorar a partir de 2003, tornou letra morta muito dos dispositivos legais prescritos anteriormente, e inovou em várias questões relacionadas à família e ao segmento infante/juvenil.

As medidas elencadas no Estatuto da Criança e do Adolescente determinaram a criação de novos espaços e a inserção de novos profissionais, de modo a atender as novas medidas em vigor. Como exemplo, o art. 150 do ECA dispõe acerca da formação de equipes multiprofissionais, no intuito de subsidiar as ações judiciais nos processos relacionados a criança e ao adolescentes.

De acordo com Lago et al (2009), as inovações produzidas pelo ECA e pelo NCC impulsionaram mudanças na prática profissional do psicólogo no âmbito da justiça tanto nas varas da infância e juventude, quanto nas varas da família e junto ao sistema penal. Ocorreu a ampliação e a diversificação da ação junto ao sistema judiciário, pois se antes a prática restringia-se a realização de laudos periciais, desde então, “ganhou uma nova modalidade, tem sido também de informar, apoiar, acompanhar e de orientação pertinente a cada caso” (Idem, p.289).

Corroborando com Lago et al (2009), Brito (2005) afirma que ocorre nos trabalhos científicos uma predominância de destacar a atuação dos psicólogos enquanto “avaliadores”. A autora esclarece que apesar da elaboração de diagnósticos ser uma das principais atribuições deste profissional no campo jurídico, outras ações apresentam-se no cotidiano profissional. Como exemplo, a autora cita: demanda por acompanhamento, orientação familiar, participação em políticas de cidadania, combate a violência, participação em audiências, entre outras. Além disto, este novo espaço favorece e amplia o campo da pesquisa e do ensino. As demandas sociais tratadas no espaço jurídico são das mais complexas e revelam questões delicadas, difíceis e dolorosas, ou seja, não são questões meramente burocráticas e processuais.

Para executar estas atividades, o profissional precisa ter clareza de suas funções, atribuições, demandas, assim como, dos limites e das possibilidades para o exercício profissional. Brito (2012, p.06) aponta que “é a partir do claro entendimento da incumbência que lhe cabe que o psicólogo poderá ter ciência dos limites e dos propósitos de sua atuação, transmitindo também tais informações a seu cliente”.

Prosseguindo, Brito (2012) e Lago et al (2009) destacam a deficiência nos curso de graduação no que concerne a disciplinas que abarquem o conhecimentos específicos da área jurídica, pois “quando o fazem, normalmente é uma matéria opcional e com uma carga horária pequena” (LAGO et al, 2005, p.405). Esse fato acarreta uma deficiência ao profissional, obrigando-o a complementar seu conhecimento através de cursos de

especialização, de capacitação e treinamentos<sup>9</sup>. No mais, a dinamicidade com que vem ocorrendo as transformações na sociedade e com elas as mudanças legais exige uma capacitação continuada de forma a identificar as novas demandas familiares.

Ressalta-se que no contexto contemporâneo, novas demandas são visualizadas e encaminhadas ao Poder Judiciário. Abandono afetivo, negação de paternidade e assédio moral são alguns exemplos de temáticas que tem gerado pesquisas, interrogações, debates e constantes indagações a equipe de profissionais que atuam neste espaço e atuam/interferem diretamente junto a estas demandas.

No mais, esta autora assinala acerca do desafio enfrentado por muitos profissionais em não transformar uma avaliação jurídica em um processo terapêutico. Ocorre uma tendência em exercer um papel terapêutico, em especial, pela formação acadêmica clínica. Apesar de não diferir substancialmente das atividades exercidas no espaço clínico, os procedimentos utilizados no campo jurídico devem ser adaptados, de modo a evitar procedimentos não éticos, assim como de suscitar desconfiança quanto aos dados informados.

Metton (1998 *apud* LAGO et al 2009) destaca alguns aspectos que diferenciam a ação do psicólogo no espaço clínico, do espaço jurídico. De acordo com este autor, o sujeito comparece ao consultório clínico, normalmente por vontade própria, de forma voluntária, enquanto no espaço jurídico, os sujeitos são encaminhados ao setor psicossocial através de uma solicitação do magistrado. Esta realidade pode implicar em atitudes de resistência e de certa oposição durante o desenvolvimento dos procedimentos, colocando em risco a validade dos dados fornecidos pelos sujeitos e, conseqüentemente a qualidade do relatório final produzido pelo profissional.

Além disto, o psicólogo dispõe de um tempo bastante reduzido para realizar seus procedimentos. Em virtude da organização/dinâmica institucional, o contato com os sujeitos envolvidos nos processos judiciais são bastante limitados e escassos, exigindo deste profissional uma capacitação técnica/operativa, de modo a exercer todas as atividades dentro do prazo estipulado. Ou seja, o “tempo processual”, nem sempre, é o tempo necessário para o psicólogo realizar sua intervenção.

---

<sup>9</sup> Em 1980 foi criada pela primeira vez na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, uma área de concentração dentro da psicologia clínica denominada “Psicodiagnósticos para Fins Jurídicos”. Atualmente, são oferecidos cursos de pós-graduação em Psicologia Jurídica nas universidades da Bahia, Alagoas, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo (BRITO, 2005).

Lago et al (2009) apresentam em seu trabalho um pequeno resumo das principais atividades desenvolvidas pelo psicólogo em diferentes tipos de ações. Nos processos de separação e divórcio, a participação do psicólogo ocorre nos casos litigiosos. A dificuldade das partes em realizar um acordo, muitas vezes, envolve questões de ordem afetivo-emocional que precisam ser detectadas e analisadas. A atuação de uma equipe psicossocial, envolvendo o profissional da Psicologia e do Serviço Social é primordial nestes casos, de modo a contribuir para o conhecimento dos fatos no intuito tanto de mediar o conflito intrafamiliar, quanto auxiliar a decisão do magistrado.

Os processos que envolvem regulamentação de visita estão atrelados às ações de divórcio e separação. Neste caso, busca-se realizar o acordo entre as partes no momento em que ocorre a dissolução legal da união. No entanto, quando o processo envolve apenas a regulamentação da visita, os profissionais da área social são chamados a auxiliar o magistrado através da tomada de conhecimento dos aspectos sociais e afetivos que permeiam a relação das partes envolvidas.

Os processos de guarda envolvem comumente a solicitação de um estudo psicossocial. Este estudo visa reconhecer qual dos genitores tem a melhor condição de deter o direito de guarda. Os psicólogos atuam oferecendo ao juiz dados concretos acerca tanto das relações que envolvem as partes contrárias, quanto de dados concretos do cotidiano da criança. Procura-se, a partir dos dados coletados produzir um acordo pautado na vontade e no direito de ambas as partes, mas, prioritariamente é levado em consideração o bem-estar da criança (LAGO ET AL, 2005).

Nos casos de adoção, os psicólogos atuam tanto antes, quanto após a colocação da criança no novo lar. A adoção visa propiciar a criança e/ou adolescente a inserção em uma nova família que possa lhe oferecer bem-estar emocional, físico e moral. Nessa direção, o trabalho de uma equipe técnica atuando desde o recrutamento da família até o acompanhamento após a adoção, de forma a verificar a adaptação de todos envolvidos no processo é de grande relevância. Segundo Lago et al (2005, p.487), como a adoção é um vínculo irrevogável o estudo realizado por uma equipe psicossocial “torna-se primordial para garantir o cumprimento da lei, prevenindo assim a negligência, o abuso, a rejeição ou a devolução”.

O poder familiar assegura aos pais – mesmo quando separados – o direito/dever de propiciar assistência, afeto e educação aos filhos. No entanto este direito pode ser retirado de um e/ou ambos os genitores quando estes não estiverem exercendo de forma devida este

direito, podendo ser suspenso, ou até mesmo destituído de forma irrevogável. Nesses casos, é solicitado através do magistrado um exame pericial, no intuito de avaliar a veracidade de todos os dados que constam nos atos processuais, assim como o estado emocional/afetivo da criança e/ou adolescente. Lago et al (2009, p.487) apontam que a decisão de separar uma criança de sua família deve ser avaliada com muita seriedade, pois “independente da causa da remoção – doença, negligência, abandono, maus-tratos, abuso sexual, ineficiência ou morte dos pais – a transferência da responsabilidade para estranhos jamais deve ser feita sem muita reflexão”.

Nesse contexto, Brito (1999, p.08) assinala a importância do acompanhamento a criança envolvida em um processo judicial. Embora seja de competência/atribuição do psicólogo produzir laudo e parecer social, seu trabalho deve ir além da busca dos dados concretos, pois muitas vezes a decisão imputada pelo magistrado não é cumprida, “expressando a repetição de problemas familiares não elaborados, e o caso retorna a Justiça, num processo que se alonga por vários anos, sem diminuir o conflito e a dor dos envolvidos”.

Entretanto, identifica-se que a participação do psicólogo no campo jurídico vem ocorrendo de forma ampla e efetiva. Embora não seja atribuído a este profissional o poder de proferir sentenças e realizar oitivas de testemunhas – sendo estas de inteira responsabilidade legal da pessoa do juiz –, sua participação na viabilização da justiça através do estudo psicossocial, da assessoria, da orientação, dos encaminhamentos, entre outros procedimentos realizados, vem sendo bastante valorizado.

Esta valorização sustenta-se no reconhecimento, pela área do Direito, da relevância de desvelar os fatores psicológicos que envolvem as situações que são objetos de intervenção judicial. Conforme salienta Brito (1999 *apud* Fávero, Melão & Jorge 2005, p.46) “[...] a ideia de que todo o Direito, ou grande parte dele, está impregnado de componentes psicológicos, justifica a colaboração da Psicologia com o propósito de obtenção de eficácia jurídica”.

Importa salientar, que não existe consenso entre os autores quanto ao termo utilizado para designar o profissional da psicologia que atua no Poder Judiciário, assim, vários termos vem sendo empregados no meio acadêmico/científico, como Psicólogo Forense e Psicólogo Jurídico.

O termo forense visa designar os profissionais que atuam nos fóruns judiciais e que realizam tarefas e atividades relacionadas a prestação jurisdicional. Normalmente, ele é

designado como um perito, sendo associado assim, a um contexto investigativo e avaliativo (SILVA, 2003).

Já a terminologia Psicologia Jurídica apresenta uma conotação mais ampla, pois se refere ao que é relativo ou pertencente ao Direito. Silva (2003) assinala que este termo é comumente empregado nas pesquisas científicas, em razão deste ampliar o objeto de estudo e as práticas profissionais.

No mais, outras denominações são utilizadas dando ênfase ao espaço ocupado pelo profissional, por exemplo: Psicólogo do Judiciário (servidor do Poder Judiciário); Psicólogo Penitenciário (que atua nas penitenciárias); Psicólogo Criminal (nas instituições criminais), dentre outros.

Entretanto, o Conselho Federal de Psicologia (CFP/MT, 2009, p.07) utiliza o termo Psicologia Jurídica designando-o como uma das especialidades do psicólogo. Segundo os termos deste Conselho, a atuação do profissional da psicologia no espaço do Poder Judiciário “é centrada na orientação do dado psicológico repassados não só para os juristas como também aos sujeitos que carecem de tal intervenção”.

Leila Brito (2012), psicóloga e professora do Instituto de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, posiciona-se também contrária a utilização dos termos como Psicologia no Judiciário, Psicologia Judicial ou Psicologia no Sistema Penal por restringir o campo de atuação dos profissionais que atuam nesta área. De acordo com esta psicóloga:

Entende-se como psicólogo jurídico não só aqueles que exercem sua prática profissional perante os Tribunais, mas os que trabalham com questões relacionadas ao sistema de justiça. Nessa designação se incluem, portanto, aqueles que não possuem vínculo empregatício com o Poder Judiciário, mas são indicados por juízes para serem peritos, bem como os contratados por uma das partes como assistentes técnicos (BRITO, 2012, p.05).

No mais, esclarece que há vários psicólogos alocados em outras instituições, mas que produzem serviços endereçados ao sistema da justiça. Como exemplo destaca a atuação de psicólogos no sistema socioeducativos junto a equipes que atendem jovens que praticaram atos infracionais, apesar de seu vínculo ser com o Poder Executivo, além dos profissionais que atuam nos Conselhos Tutelares, nos CREAS, em ONGs, entre outros.

Em relação às principais atribuições do psicólogo no campo jurídico, o Conselho Federal de Psicologia, assim as define:

- Assessora na formulação, revisão e execução de leis.
- Colabora na formulação e implantação das políticas de cidadania e direitos humanos.
- Realiza pesquisa visando à construção e ampliação do conhecimento psicológico aplicado ao campo do Direito.
- Avalia as condições intelectuais e emocionais de crianças adolescentes e adultos em conexão processos jurídicos, seja por deficiência mental e insanidade, testamentos contestados, aceitação em lares adotivos, posse e guarda de crianças ou determinação da responsabilidade legal por atos criminosos.
- Atua como perito judicial nas varas cíveis, criminais, justiça do trabalho, da família, da criança e do adolescente, elaborando laudos, pareceres e perícias a serem anexados aos processos.
- Elabora petições que serão juntadas ao processo, sempre que solicitar alguma providência, ou haja necessidade de comunicar-se com o juiz, durante a execução da perícia.
- Eventualmente participa de audiência para esclarecer aspectos técnicos em Psicologia que possam necessitar de maiores informações a leigos ou leitores do trabalho pericial psicológico (juízes, curadores e advogados).
- Elabora laudos, relatórios e pareceres, colaborando não só com a ordem jurídica como com o indivíduo envolvido com a Justiça, através da avaliação das personalidades destes e fornecendo subsídios ao processo judicial quando solicitado por uma autoridade competente, podendo utilizar-se de consulta aos processos e coletar dados considerar necessários a elaboração do estudo psicológico.
- Realiza atendimento psicológico através de trabalho acessível e comprometido com a busca de decisões próprias na organização familiar dos que recorrem a Varas de Família para a resolução de questões.
- Realiza atendimento a crianças envolvidas em situações que chegam às Instituições de Direito, visando à preservação de sua saúde mental, bem como presta atendimento e orientação a detentos e seus familiares.
- Participa da elaboração e execução de programas sócios educativos destinados a criança de rua, abandonadas ou infratoras.
- Orienta a administração e os colegiados do sistema penitenciário, sob o ponto de vista psicológico, quanto às tarefas educativas e profissionais que os internos possam exercer nos estabelecimentos penais.

- Assessora autoridades judiciais no encaminhamento à terapias psicológicas, quando necessário.
- Participa da elaboração e do processo de Execução Penal e assessorar a administração dos estabelecimentos penais quanto à formulação da política penal e no treinamento de pessoal para aplicá-la.
- Atua em pesquisas e programas de prevenção à violência e desenvolve estudos e pesquisas sobre a pesquisa criminal, construindo ou adaptando instrumentos de investigação psicológica.

Todas estas atribuições elencadas direcionam, condicionam e oferecem autonomia para que o profissional exerça sua prática profissional no espaço jurídico. Segundo Brito (2012, p.07) o conhecimento das atribuições permite que o profissional conheça os limites de sua ação e “principalmente, os impedimentos éticos na realização de suas tarefas”.

### *Capítulo III*

## TRABALHO INTERDISCIPLINAR NO NÚCLEO DE CONCILIAÇÃO DAS VARAS DE FAMÍLIA

---

*A interdisciplinaridade exige que cada especialista ultrapasse os seus próprios limites, abrindo-se a contribuição de outras disciplinas.*

*(Juani Fazenda)*

### INTRODUÇÃO:

No transcorrer do presente capítulo abordar-se-á a operacionalização do trabalho interdisciplinar realizado no Núcleo de Conciliação das Varas de Família, identificando as particularidades dos procedimentos e das relações estabelecidas entre os profissionais do Serviço Social e da Psicologia no atendimento junto às famílias neste espaço sócio ocupacional.

Esta abordagem será realizada utilizando-se os dados coletados durante a pesquisa de campo realizada junto aos profissionais que atuam no Setor Psicossocial do Núcleo de Conciliação, que serão analisados a luz do referencial teórico abordado nos capítulos anteriores deste trabalho.

A leitura/conhecimento de tais dados figura-se imprescindível ao presente trabalho, tendo em vista que, este tem por finalidade central desvelar como os profissionais apreendem as particularidades da família rural amazônica no percurso do fazer profissional.

Nesse intuito, o capítulo foi dividido em três partes.

- ✓ Na **primeira** será apresentada o *lócus* da pesquisa de campo – Núcleo de Conciliação das Varas de Família.
- ✓ Na **segunda** será analisada a concepção dos profissionais acerca da “interdisciplinaridade”, assim como seus limites e desafios no espaço jurídico.
- ✓ Na **terceira** far-se-á uma exposição dos dados coletados junto aos profissionais do Núcleo de Conciliação acerca das particularidades operacionais do trabalho da equipe psicossocial – Serviço Social e Psicologia.

### 3.1. Núcleo de Conciliação das Varas de Família: *locus da pesquisa*

Na visão de Farias (2001) e Keppen (2004), o grande número de processos que adentram à instituição judiciária diariamente põe em discussão o modelo administrativo jurisdicional que há várias décadas vigora no interior do Poder Judiciário. Ocorre que este modelo não foi construído para administrar o exacerbado número de conflitos da sociedade moderna.

Assinala Keppen (2004) que a resposta jurisdicional do Estado aos reclames da sociedade vem ocorrendo “de forma desgastada, tardia, cara, complexa e burocrática”. Nesse sentido, garantir o acesso à justiça com celeridade, baixo custo processual e reduzida burocracia constitui alguns dos desafios enfrentados pelo judiciário neste início de século.

Tais desafios propiciaram o desenvolvimento de novas de técnicas de intervenção denominado como meios alternativos de pacificação de conflitos. Caetano (2002, p.104) explica que:

Os meios alternativos de pacificação de conflitos são: ágeis, informais, céleres, sigilosos, econômicos e eficazes. Deles é constatado que: são ágeis; céleres porque rapidamente atingem a solução do conflito; sigilosos porque as manifestações das partes e sua solução são confidenciais; econômicos porque têm baixo custo; eficazes pela certeza da satisfação do conflito.

Prosseguindo, Caetano (2002) explica que a denominação “alternativos” é empregada para designar novas técnicas de resolução de conflitos litigiosos, diferentes das formas tradicionais utilizadas pelo Poder Judiciário. Entre estas novas alternativas de pacificação consta: mediação, arbitragem e conciliação.

Na perspectiva do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, a conciliação é um meio de resolução de conflitos realizada através do acordo entre as partes envolvidas com a orientação de uma terceira pessoa/conciliador. O conciliador tem por objetivo conduzir o diálogo entre as partes envolvidas, de modo a possibilitar um entendimento através da identificação de situações e, conseqüentemente, suas possíveis soluções. Assim, pode-se inferir que o conciliador atua como um “elo de ligação” (SERPA, 1994).

Alude o advogado Ivo Junior que a conciliação pode ser judicial ou extrajudicial. A conciliação judicial ocorre através de um processo judicial pelo qual as partes, através da intervenção do juiz ou do conciliador, procuram solucionar seus conflitos em litígio. Quanto à conciliação extrajudicial “é aquela obtida por órgão que não exerce função jurisdicional como

solução alternativa de conflitos, evitando desta forma o próprio processo”. Nesse contexto, a conciliação pode ser realizada antes de instaurado o contraditório, ou seja, quando as partes conseguem chegar a um acordo sem a interferência do judiciário (IVO JUNIOR, 2007, p.81).

Ressalta-se que para a advogada Lilia de Moraes Sales (2007), a conciliação visa inculcar uma nova mentalidade, de modo tanto a pacificar os conflitos através de procedimentos simples e informal, quanto agilizar o tempo inferido nas ações, no intuito de reduzir o número de processos que tramitam no Poder Judiciário. Assim, visualiza-se em todo o país a ampliação no número de Núcleos de Conciliação, de forma a atender os casos que não foram solucionados extrajudicialmente.

O Núcleo de Conciliação das Varas de Família foi implantado por meio da resolução nº 02/2004 de 20 de Julho de 2004, por iniciativa do Desembargador Presidente Arnaldo Campello Carpinteiro Péres, sendo instalado em 27 de Setembro de 2004, no Fórum Ministro Henoch Reis.



*Figura 2 - Fórum Ministro Henoch Reis*  
*Fonte: Pesquisa de Campo, 2013*



*Figura 3 –Núcleo de Conciliação das Varas de Família*  
*Fonte: Pesquisa de Campo, 2013*

O Núcleo de Conciliação tem por objetivo promover acordos conciliatórios nas ações litigiosas que envolvem direitos de família para a população de baixa renda. Entre as principais ações atendidas, consta: divórcio consensual e litigioso; alimentos; guarda e responsabilidade; regulamentação de visita; alimentos; dissolução de união estável; investigação de paternidade.

O público atendido é formado por pessoas que tem uma renda média inferior a 3 (três) salários mínimos e que são direcionados pela Defensoria Pública para a 8ª Vara de Família.

Segundo dados divulgados pelo Núcleo de Conciliação entre os anos de 2004 a 2011, foram realizados 29.162 audiências, sendo homologados 27.290, ou seja, em 90% das audiências ocorreu acordo entre as partes envolvidas nos processos judiciais, conforme dados apresentados no quadro abaixo.

Audiências / Mês	Audiências Pautadas	Audiências Realizadas	Acordos Homologados	Reconciliação
Novembro de 2004 a Setembro de 2011	48.928	29.162	27.290	115

*Quadro 4: Atendimentos realizado no Núcleo de Conciliação no período entre 2004 a 2011*

*Fonte: Núcleo de Conciliação das Varas de Família, 2013*

Os dados do quadro nº 04, também indicam que 93% das audiências realizadas, durante o período de 2004 a 2011, finalizaram em acordos entre as partes, e que em menos de 1% ocorreu a reconciliação. Em relação a grande diferença entre as audiências pautadas e as audiências realizadas, os profissionais que atuam no Núcleo de Conciliação informaram que esta discrepância ocorre em razão da desistência de algumas famílias, assim como da dificuldade em realizar contatos com as partes envolvidas nos processos.

### **3.2. Interdisciplinaridade: percepção dos profissionais acerca da prática interdisciplinar**

Conforme apontado no capítulo anterior, o trabalho envolvendo vários profissionais de diferentes áreas no campo jurídico junto aos processos que envolvem família, criança e adolescente apresenta como base os pressupostos da Constituição Federal de 1988, que abriu as possibilidades para essa modalidade de intervenção. Além disto, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA/1990, art.151) aponta para a necessidade de uma equipe interprofissional que venha, entre outras atribuições, oferecer subsídios técnicos no intuito de auxiliar as

decisões do magistrado. Essas equipes foram sendo incorporadas a determinadas esferas da instituição jurídica, especialmente junto as Varas da Família e da Infância e Juventude.

Nesta parte do trabalho, buscar-se-á identificar a compreensão da equipe do setor psicossocial do Núcleo de Conciliação das Varas de Famílias acerca da “interdisciplinaridade”, considerando a complexidade que envolve esta temática.

Conforme destacado no item anterior, o Núcleo de Conciliação das Varas de Família atende, prioritariamente, os processos que envolvem ações de guarda e regulamentação de visita que são provenientes da 8ª. Vara de Família. Estes atendimentos envolvem a atuação conjunta dos profissionais da área do Serviço Social e da Psicologia, no intuito de desvelar através da aplicação de vários instrumentais as relações/conflitos que envolvem as partes que se encontram em processo de litígio.

De acordo com o relato dos profissionais que atuam na equipe do setor psicossocial, todo o processo da investigação pericial ocorre de modo interdisciplinar. Nesse sentido, buscou-se identificar inicialmente, através da pesquisa de campo junto aos profissionais que compõe esta equipe, a concepção destes acerca desta temática – interdisciplinaridade.

Ao serem indagados sob o significado da palavra interdisciplinaridade os profissionais assim relataram:

Interdisciplinaridade - conceitos	Categorias
<p><i>Eu entendo a interdisciplinaridade como uma <b>relação de troca, de complemento entre as diferentes disciplinas</b> (prof. 1)</i></p> <p><i>Eu não tenho muita leitura sobre esta temática, mas acredito que envolve uma <b>relação de troca entre as disciplinas onde é discutido e analisado em conjunto todo o processo de trabalho.</b> (prof. 2)</i></p> <p><i>Eu não sei se é certo, mas eu vejo como as disciplinas se <b>integrando</b>, atuando em conjunto (prof.3)</i></p>	<p><b>Troca</b></p> <p><b>Integração</b></p> <p><b>Diálogo</b></p> <p><b>Desconhecimento teórico</b></p>

**Quadro 5: Percepções dos profissionais do Núcleo de Conciliação acerca da interdisciplinaridade**

**Fonte: Pesquisa de Campo, 2013**

Pelo exposto no quadro nº 05, é possível identificar que os profissionais não possuem um amplo conhecimento teórico da temática, no entanto são capazes de reconhecer determinadas características/particularidades importantes que compõe uma prática interdisciplinar, ou seja, “complemento”, “troca”, “integração”, “diálogo”.

Essa deficiência teórica expressou-se, principalmente, quando indagados acerca dos termos multidisciplinaridade e transdisciplinaridade. Nesse momento, foi possível perceber algumas incoerências/incertezas, em razão do desconhecimento da temática. Essas incertezas foram identificadas nos relatos a seguir:

*Eu não entendo muito bem a diferença, mas acho que multidisciplinaridade e interdisciplinaridade ocorrem quando os profissionais trabalham em conjunto, mas cada um detém seu conhecimento, havendo o respeito de um pelo outro. Já a transdisciplinaridade é quando trabalham muitos profissionais de áreas diferentes buscando conhecer a mesma realidade (prof. 2).*

*Eu compreendo a interdisciplinaridade como as disciplinas se integrando. Assim, eu vejo a multi como, **eu não sei se consigo explicar**. Temos Serviço Social, a Psicologia e o Direito, cada um faz seu trabalho, mas não ocorre uma troca. Transdisciplinaridade é o que a gente faz com o Direito. Eu não sei se é certo essa minha definição, mas eu entendo assim. Eu acho que é inter e trans. A multidisciplinaridade eu acho que não ocorre. Transdisciplinaridade porque a gente transita um pouco com o Direito (prof. 3).*

Segundo a concepção de Leis (2011), Pombo (1994) e Fazenda (1979), embora os termos multidisciplinaridade, transdisciplinaridade e interdisciplinaridade envolvam graus de integração entre as disciplinas, essa integração tanto pode criar tensões epistemológicas, no intuito de desenvolver novos conceitos e teorias - como ocorre no trabalho dito transdisciplinar -, quanto apenas uma justaposição entre as áreas do saber, na qual teoria e prática permanecem intactas - no caso da multidisciplinaridade. Desta forma, não se define um trabalho como multi, inter ou transdisciplinar a partir da quantidade de áreas envolvidas, mas na integração, na forma de intercâmbio e nos objetivos propostos no trabalho que irá ser desenvolvido.

Apesar da dificuldade em definir e explicar o conceito de interdisciplinaridade, os profissionais foram unânimes em afirmar que a prática desenvolvida no Núcleo de Conciliação entre Serviço Social e Psicologia ocorre de modo interdisciplinar, pois:

*[...] não há uma interferência no outro, mas ocorre uma interligação [...] São áreas diferentes, mas que andam de forma conjunta. Além disto, os profissionais desejam e por isso **eu posso dizer que funciona de modo interdisciplinar** (prof. 1).*

*O nosso trabalho é complementar. O meu entendimento eu passo para eles e eles passam para mim. É claro que não existe interdisciplinaridade plena, tem que haver o respeito pelo trabalho do outro, mas **pra mim a nossa prática é interdisciplinar** (prof. 2).*

*No dia a dia nem sempre funciona como na teoria, mas **eu acredito que a prática aqui é interdisciplinar porque tem uma ação conjunta** (prof. 3).*

Os profissionais apontaram que a prática desenvolvida no Núcleo de Conciliação ocorre de modo “complementar”, “conjunta” e “interligada”, caracterizando para eles uma ação interdisciplinar. Ressalta-se que na literatura exposta no capítulo II, identificou-se que não existe um conceito único que defina de modo preciso o que venha a ser interdisciplinaridade. Os vários conceitos existentes indicam desde uma simples cooperação até uma integração capaz de romper com ditames epistemológicos disciplinares. Entretanto, alguns autores corroboram que uma ação interdisciplinar pressupõe um determinado grau de integração nas relações entre diferentes áreas do saber, no intuito de (re)conhecer a realidade humana em sua complexidade, isto impõe que conceitos, teorias e métodos sejam discutidos e avaliados.

Logo, esta integração vai além de simples relações de troca e de diálogo, exige que os profissionais ultrapassem antigas barreiras criadas pelo conhecimento especializado que segregou o conhecimento por áreas. De acordo com Leis (2011), Fazenda (1979) e Severino (2008), a produção científica por áreas criou espaços de privatização do saber que tornaram complexas as relações disciplinares. Desafiar essa complexidade, que na atualidade apresenta-se no campo da produção do saber, do ensino e na prática profissional, impõe uma mudança de atitude, de modo tanto a impelir o profissional a transitar por determinados espaços até então desconhecidos, quanto a permitir que o desconhecido adentre seu espaço. Não se trata de uma interferência, mas do intercâmbio de conhecimentos visando a produção de novos saberes que percorram e sejam compartilhados por diferentes campos disciplinares. Nessa perspectiva, Leis (2011) alude que a interdisciplinaridade se desenvolve no meio científico buscando a superação e a reformulação das fronteiras paradigmáticas.

Identificou-se no relato dos entrevistados que apesar de haver o “*desejo*” dos profissionais em desenvolver uma prática interdisciplinar, coexiste junto a este desejo limites a serem superados. Estes limites podem ser visualizados quando os profissionais dizem “não há uma interferência no outro” e “não existe interdisciplinaridade plena”, ou seja, expressam que determinadas barreiras criadas e desenvolvidas pela fragmentação da ciência estão presentes no campo profissional.

No mais, os relatos dos entrevistados revelam o desafio de desenvolver uma ação em conjunto com outros profissionais. A saber:

Desafios na prática interdisciplinar	Categorias
<p><i>Trabalhar em equipe é sempre complexo, algumas vezes um tem uma opinião e o outro não concorda e nem sempre é fácil chegar a um entendimento rapidamente, mas sei que faz parte de um trabalho interdisciplinar, afinal temos conhecimentos e entendimentos diferentes, temos que respeitar a ideia do outro e buscar através do diálogo uma solução que seja melhor para as famílias (prof. 1)</i></p> <p><i>As dificuldades existem, elas variam, pois às vezes ocorre certa rivalidade entre as áreas, não é sempre, mas eu percebo. Às vezes pesa na hora do fechar o parecer social, nem sempre estamos de acordo (prof. 3)</i></p>	<p><b>Pluralidade de percepções.</b></p> <p><b>Dificuldades</b></p> <p><b>Concorrência</b></p> <p><b>Competição</b></p>

**Quadro 6: Principais desafios que envolvem a ação interdisciplinar no Núcleo de Conciliação**

**Fonte: Pesquisa de Campo, 2013**

Ressalta-se que as regras ditadas pelo mercado de trabalho na contemporaneidade estimulam e favorecem a dimensão da competitividade entre os profissionais. Em prol do aumento da produtividade as empresas têm cada vez mais estimulado seus profissionais a atingirem determinadas metas e percentuais de produção. Esta concorrência interna ganha força à medida que se amplia o número de profissionais fora do mercado de trabalho formal e sem garantias trabalhistas e sociais. Assim, surge o profissional polivalente, que é chamado a exercer várias funções sem alteração salarial como consequência da diminuição do quadro de funcionários nas empresas. Logo, os profissionais veem-se obrigados a participar de um processo competitivo, de modo a assegurar seu lugar no mercado de trabalho (CASTRO, 2006; IAMAMOTO, 2007).

Apesar do Poder Judiciário ser uma instituição que direciona suas ações para dirimir os conflitos sociais através da aplicação das leis, logo, fora das relações comerciais, esta instituição não deixa de absorver algumas expressões do mundo do trabalho. A concorrência que atinge as relações entre profissionais dentro das empresas, também são visualizadas no âmbito das instituições públicas, embora com uma conotação diferenciada por envolver questões como gestão, objetivos institucionais e projetos pessoais, dentre outros.

No mais, pode-se depreender que uma prática interdisciplinar, por envolver profissionais com diferentes conceitos, concepções, teorias e metodologias, produz no cotidiano concreto da prática tensões, conflitos e divergências. Essas divergências tanto podem ampliar o espaço existente entre as diferentes áreas profissionais - quando ocorre a recusa por parte dos profissionais em dialogar/partilhar -, quanto reconstruir e reduzir estes espaços - quando ocorre a abertura para o diálogo e para a interação, em contraponto a concorrência e a rivalidade.

Vale destacar que na concepção de Leis (2011), Pombo (1994) e Rodrigues (2001), a interdisciplinaridade não visa abolir as especificidades das profissões e tampouco suas bases epistemológicas. Diferentemente, requer a originalidade e a diversidade existente em cada saber, de modo a produzir novos conhecimentos. Para isto faz-se necessário à percepção de que nenhum saber é absoluto, completo e ilimitado, assim como uma nova “postura profissional”, que segundo Rodrigues (2001, p.156) induz a transitar o “espaço da diferença”, no sentido de desvelar através do diálogo e da interação a pluralidade de ângulos “que um determinado objeto investigado é capaz de proporcionar, que uma determinada realidade é capaz de gerar, que diferentes formas de abordar o real podem trazer”. Em suma, a interdisciplinaridade enriquece os campos disciplinares à medida que supera/rompe dogmatismos historicamente cultivados no interior das profissões.

Com efeito, o diálogo é peça fundamental na construção e na permanência de uma prática interdisciplinar. Nesse sentido, indagou-se aos profissionais como ocorre a comunicação/diálogo entre os profissionais do setor psicossocial. Segundo relato dos profissionais:

*Buscamos discutir e conversar em todos os momentos, durante a visita; nos atendimentos; nas reuniões; na interação com as crianças. Estas discussões nos ajudam a compreender e visualizar melhor os conflitos familiares (prof. 1).*

*Olha, temos sempre a preocupação de discutir em todos os procedimentos. Tiramos dúvidas e indagamos sempre a opinião do outro profissional, principalmente quando o caso envolve algumas questões complexas (prof. 2).*

Os relatos revelam haver entre os profissionais a preocupação em compartilhar e discutir acerca dos procedimentos do objeto em estudo, assim, pode-se inicialmente supor que ocorre uma relação de reciprocidade e interação de conhecimento. Entretanto identificou-se através do discurso do profissional nº1, que esta troca de informações ocorre nos intervalos dos procedimentos técnicos, o que pode caracterizar mais um repasse de informações do que uma troca de saberes/conhecimento que produza mudanças efetivas no saber/fazer dos profissionais.

Infere-se que na concepção de Fazenda (1979), uma ação interdisciplinar implica necessariamente um trabalho organizado, programado, sistemático, com acordos prévios acerca dos procedimentos que serão realizados, não cabendo ações eventuais, fortuitas e sem programação. A interdisciplinaridade pressupõe que uma disciplina se estabeleça de tal forma que consiga dialogar, científica e abertamente com outras disciplinas, essa necessidade

interdisciplinar exige momentos e espaços adequados, de modo a assegurar a eficácia do trabalho a ser realizado.

Prosseguindo, indagou-se aos profissionais acerca das contribuições de um trabalho interdisciplinar:

Contribuição da Interdisciplinaridade	Categorias
<p><i>É difícil porque temos que aprender a dividir, a <b>compartilhar</b> e a escutar a fala do outro. No entanto, aprendemos muito com tudo isso. <b>Dividir</b> com o outro profissional nos ajuda a ver questões e detalhes que algumas vezes nós não conseguimos visualizar sozinhos (prof. 1).</i></p>	<p><b>Aprendizado</b></p>
<p><i>Eu vejo que o trabalho com outra área <b>enriquece</b> o conhecimento dos fatos. Com as duas áreas trabalhando juntas, fazemos uma <b>leitura mais ampla da realidade</b>, questões sociais, econômicas e emocionais são analisadas em todos os casos, o que não seria possível com apenas uma área trabalhando sozinha (prof. 2).</i></p>	<p><b>Complementaridade</b></p>
<p><i>Eu acho que o trabalho interdisciplinar é importante para as famílias e para os profissionais, porque a <b>troca de conhecimento</b> entre os profissionais enriquece o nosso saber, e para as famílias é realizado um <b>trabalho mais completo</b>. Analisamos não apenas os fatos sociais, os problemas de vulnerabilidade social e econômica, mais também, questões afetivas e emocionais que estão presentes em todos os relacionamentos (prof. 3)</i></p>	<p><b>Leitura mais ampla dos fatos</b></p>

**Quadro 7: Principais contribuições de um a ação interdisciplinar no Núcleo de Conciliação**

**Fonte: Pesquisa de Campo, 2013**

Identificou-se nos relatos destes profissionais que os mesmos percebem e reconhecem as principais contribuições que podem ser ofertadas na viabilização de uma ação interdisciplinar. Esse reconhecimento, ao colocarem “leitura mais ampla da realidade” e “um trabalho mais completo”, implica não apenas na compreensão dos limites do conhecimento dividido por áreas, como também na compreensão da necessidade de conjugar os conhecimentos, de modo a desvelar a totalidade que envolve o ser humano. Ressalta-se que, segundo Morin (2007; 2009), conceber o homem em sua totalidade significa considerar as dimensões que o compõe e fazem deste um ser único e complexo. Dividir e separar estas dimensões impede uma leitura da complexidade que envolve o homem enquanto ser social.

Conforme já exposto nos parágrafos anteriores, vários são os desafios que dificultam e atropelam o desenvolvimento de uma prática interdisciplinar mais ampla e efetiva no Núcleo de Conciliação das Varas de Famílias. No intuito de desvelar as nuances destes desafios e dificuldades, buscou-se apreender as particularidades da operacionalização do trabalho neste espaço sócio ocupacional.

### 3.3. Aspectos operacionais da prática do Assistente Social e do Psicólogo no Núcleo de Conciliação das Varas de Família

A equipe do setor psicossocial do Núcleo de Conciliação das Varas de Família no Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas é formada por 3 Assistentes Sociais e uma Psicóloga. Estes profissionais atuam na instituição jurídica há mais de 3 anos, sendo que, todos os profissionais entrevistados (2 assistentes sociais e 1 psicólogo) iniciaram sua atuação neste espaço como voluntários, conforme relatos abaixo:

*Após finalizar o meu estágio, que eu fiz aqui, eu passei a atuar como voluntária e somente depois através de um convênio realizado entre o Tribunal e a Secretária de Assistência eu fui contratada (prof. 1)*

*Eu estagiei em 2007 e fiquei até 2008, aí eu me afastei, passei um ano fora, quando foi em 2009 eu retornei como voluntária (prof. 2)*

*Eu atuei durante um ano como voluntária, e estou contratada há 2 anos (prof. 3)*

Embora o assistente social e o psicólogo sejam profissionais liberais com possibilidades do trabalho sem vínculos empregatícios, grande parte destes profissionais exerce seu trabalho de forma assalariada, o que os coloca vivenciando os mesmos dilemas e desafios postos aos demais trabalhadores. Netto (2012) assinala que na contemporaneidade, os profissionais são obrigados tanto a adaptarem-se as novas dinâmicas do mercado, quanto capazes de alterar suas estratégias de inserção profissional e de qualificação, de forma a não permanecerem fora do mercado de trabalho.

Alude o referido autor que as mudanças no espaço “mundo do trabalho” vem ocorrendo pela necessidade do próprio capital em readaptar seu padrão de desenvolvimento, que se encontra em crise desde a década de 70 do século XX. O novo padrão de desenvolvimento capitalista, amplamente denominado como acumulação flexível, conferiu novos contornos ao mundo do trabalho resultando em um processo conhecido como “reestruturação produtiva”, que tem como principais características a automatização da produção e a racionalização das relações de trabalho. Os resultados deste processo são visualizados no agravamento da desigualdade estrutural, na degradação da vida humana e da natureza, no aumento de desemprego formal e na precarização do trabalho que se expressa através do trabalho terceirizado e da contratação temporária. Ou seja, “a ordem do capital é hoje reconhecidamente do desemprego e da informalidade”. (NETTO, 2012, p.417).

Prosseguindo, Netto (1999, 2012) explica que a explosão do desemprego estrutural não é uma realidade exclusiva do Brasil. Países da Europa, do Oriente e da América Latina visualizam a erosão do trabalho regulamentado e contratado por diversas formas de empreendedorismo, cooperativismo, trabalho voluntário, trabalho atípico, entre outros. Essas novas formas de exploração atingem homens, mulheres e jovens, sendo que alguns segmentos estão sendo mais afetados que outros. Como exemplo, o referido autor aponta o grande número de jovens de diferentes classes sociais fora do mercado de trabalho formal.

Infere-se que ao lado das metamorfoses no mundo do trabalho assistem-se as transformações na esfera do Estado. Estas mudanças ocorrem em resposta aos ditames neoliberais amplamente divulgados no Brasil, a partir da década de 80. Na concepção da política neoliberal o Estado tem que ser forte para gerir a distribuição do fundo público de forma a não permitir a desproteção do mercado e do capital, e ser fraco para gerir os gastos sociais, os quais precisam ser minimizados e entregues ao comando do mercado. Assim, o Estado vem reduzindo os seus gastos no espaço das diversas esferas governamentais que se apresentam através dos limitados recursos materiais e humanos nas diversas instituições, comprometendo assim os serviços prestados a população usuária (NETTO, 1999). Nessa perspectiva, Iamamoto (2009, p.124) expõe que:

[...] os funcionários públicos vem sofrendo os efeitos deletérios da Reforma do Estado no campo do emprego e da precarização das relações de trabalho, tais como a redução dos concursos públicos, demissão dos funcionários não estáveis, contenção salarial, corrida à aposentadoria, falta de incentivo a carreira, terceirização acompanhada de contratação precária, temporária com perda de direitos, etc.

De acordo com as informações obtidas no Núcleo de Conciliação junto aos profissionais entrevistados, o último concurso realizado que inseriu profissionais do Serviço Social e da Psicologia junto Varas no Tribunal de Justiça do Amazonas data de 2005. Entretanto, dados de uma pesquisa interna realizada no ano de 2009, constataram que o número de profissionais inseridos foi insuficiente para atender a demanda deste espaço, pois se identificou a necessidade da contratação de 25 (vinte cinco) assistentes sociais e 25 (vinte e cinco) psicólogos para compor as equipes técnicas das Varas.

Os relatos dos profissionais oferecem indícios para compreender, quais as estratégias e ações que estão sendo criadas no âmbito da instituição jurídica para minimizar a deficiência no número de profissionais. A saber:

*Funcionária do Tribunal, só tem a uma, a coordenadora, o restante da equipe é através de **convênio** com a SEAS (prof. 1)*

*[...] eu fui contratada a partir de um **convênio** realizado com a SEAS e o PROSAM, depois de atuar algum tempo como voluntária (prof. 2)*

Em relação aos rendimentos salariais, os profissionais, assim informaram:

*....infelizmente nosso salário é **bastante inferior** ao salário dos profissionais do Tribunal (prof. 1)*

*Apesar de termos todas as mesmas atribuições e a mesma responsabilidade, **recebemos 50% a menos**, sendo que nós temos dedicação total (prof. 3)*

Mediante estes relatos, percebe-se que mesmo o Judiciário vem sofrendo na contemporaneidade os efeitos deletérios da Reforma do Estado no campo da precarização das relações de trabalho, tais como a redução dos concursos, contratação temporária e vínculos empregatícios precários, entre outros.

Embora os convênios firmados entre o Núcleo de Conciliação e algumas instituições, representem por um lado o compromisso e o interesse de gestores em responder a uma situação/problema que repercute diretamente nos serviços prestados a população, por outro lado apresentam o descaso do Estado para com os serviços públicos em tempos de política neoliberal, ao não oferecer respostas efetivas as demandas da sociedade. No mais, estes convênios podem ser visualizados como medidas ocasionais, que no máximo minimizam o problema temporariamente.

Ressalta-se que os profissionais entrevistados foram unânimes ao assegurar a necessidade da contratação de mais profissionais. De acordo com estes:

***Atualmente a demanda é crescente**, o que nos obriga a trabalhar além do horário estabelecido [...] torna-se uma dificuldade porque somos poucos profissionais (prof. 1)*

*[...] muitas vezes eu preciso levar trabalho para fazer em casa, porque não deu tempo aqui, embora nós nunca terminamos o trabalho no horário, sempre vamos até mais tarde [...] para resolver esta questão **precisaríamos de mais profissionais** atuando aqui no Núcleo (prof. 2)*

*Eu procuro fazer o melhor, o grande problema é que são muitos processo e aqui nós trabalhamos com um tempo determinado, então para poder dar conta e realizar um bom trabalho ficamos até mais tarde, levamos para casa e trabalhamos nos fins de semana. O importante é fazer tudo bem feito, afinal temos um compromisso com os nossos usuários, **melhor seria se tivesse mais profissionais atuando no setor** (prof. 3)*

Estes relatos expressam que a necessidade de inserir mais profissionais neste espaço sócio-ocupacional, ocorre, principalmente em razão do grande número de processos que adentram as Varas de Família, envolvendo conflitos familiares que necessitam de uma investigação pericial. Em suma, pode-se inferir que o Poder Judiciário encontra-se, na contemporaneidade, com o desafio de ampliar o seu quadro funcional, de modo a garantir os direitos da população usuária ao acesso à justiça. Vale ressaltar, que o acesso à justiça é uma das bases do Estado Democrático de Direito, tendo em vista que este assegura e garante os demais direitos constitucionais.

Prosseguindo, o aumento da demanda no campo jurídico é uma realidade apresentada por vários estudiosos. Autores como Chuairi (2001), Fávero (2006), Fávero *et al* (2007), Yamamoto (2009) e Brito (2012) ressaltam alguns dos principais fatores que propiciam o aumento desta demanda. São estes: as mudanças sociais, políticas e econômicas que vem ocorrendo na sociedade nas últimas décadas; maior facilidade das pessoas ao acesso à justiça; um maior conhecimento dos sujeitos em relação aos seus direitos, dentre outros.

As narrativas dos profissionais apresentadas no quadro nº 08 comprovam os fatores apresentados pelos autores acima, haja vista, que relacionaram o aumento da demanda com questões como: mudanças na forma de sociabilidade entre os membros familiares em razão da inserção da mulher no mercado de trabalho, acarretando mudança de papéis; o conhecimento por parte da população acerca dos seus direitos; a ampliação das leis que asseguram proteção às mulheres, crianças e adolescentes, entre outros. A saber:

Fatores determinantes no aumento da demanda	Categorias
<p><i>Eu acredito que o grande número de processos nas Varas de Família, está relacionado às mudanças mais gerais que estão ocorrendo dentro da família. <b>Hoje em dia a mulher trabalha, tem certa independência</b> e não aguenta mais calada certas agressões, sejam físicas ou morais que antigamente aguentava calada. As leis que hoje vigoram como a Maria da Penha, vieram trazer novas relações familiares, assim como a inserção da mulher no mercado de trabalho (prof. 1)</i></p> <p><i>Eu vejo que hoje, muitas coisas mudaram nas relações familiares, <b>os papéis do homem e da mulher estão se modificando</b>. Estas mudanças têm ocasionado muitos conflitos dentro das famílias. Nós presenciamos estes conflitos quando conversamos com as partes envolvidas nos processos. Ainda existem muitos homens que não concordam com o trabalho da mulher, mesmo sendo necessário para o sustento da casa, eles acham que com o trabalho elas negligenciam a educação dos filhos e o cuidado da casa (prof. 3)</i></p> <p><i>Antes, as pessoas tinham, não digo medo, mas receio de buscar os serviços de assistência jurídica, pelo pouco conhecimento e também pela morosidade da justiça, hoje isto já mudou <b> muito, as pessoas estão mais informadas sobre os seus direitos e sabem como exigí-los</b> (prof. 2).</i></p>	<p><b>Independência feminina</b></p> <p><b>Novas formas de sociabilidade familiar</b></p> <p><b>Conhecimento e Participação política</b></p>

**Quadro 8: Fatores que condicionam o aumento da demanda no campo jurídico**

**Fonte: Pesquisa de Campo, 2013**

Corroborando com a narrativa destes profissionais, Bruschini (1990) e Sarti (2008) expõem que a inserção da mulher no mercado de trabalho introduziu mudanças significativas nas relações familiares, modificando antigos papéis culturalmente e socialmente estabelecidos. Na atualidade, antigas formas de sociabilidade familiar entrelaçam-se com novos hábitos e costumes que divergem substancialmente com antigas relações em família. Todas estas mudanças provocam no imaginário e no cotidiano familiar, conflitos e divergências que nem sempre conseguem ser atenuadas no espaço privado, sendo necessária a intervenção de uma instituição jurídica, de modo a dirimir estes conflitos.

A ampliação do conhecimento acerca dos direitos legais foi um dos fatores levantados pelo profissional nº2, quando indagado acerca dos principais motivos para o aumento da demanda no Poder Judiciário. Entende-se que o alcance do conhecimento acerca dos direitos legalmente consolidados é uma das premissas de um Estado Democrático de Direito, de modo a assegurar o exercício da cidadania. Entretanto, em um país onde a desigualdade social e econômica atinge grande parte de sua população, o acesso à informação é relegado a uma parcela de sua sociedade que possui meios econômicos para obtê-lo, ou seja, a uma parcela que possui condições de garantir para si uma educação de qualidade.

Segundo a narrativa dos profissionais é comum que as partes envolvidas no processo tenham pouco conhecimento acerca da ação na qual estão envolvidas, sendo necessários vários esclarecimentos por parte dos profissionais, pois:

*Muitas vezes, os usuários não têm conhecimento do que é uma guarda, como ela funciona e qual os direitos de cada parte, por isso temos que esclarecer, é nosso dever (prof. 1)*

*Algumas vezes as pessoas entram com o processo sem ter conhecimento acerca dos seus direitos, por isso, temos que saber informar [...] Já ocorreu de após o esclarecimento dos fatos uma das partes desistir do processo (prof. 2)*

Estes relatos vêm corroborar com as informações divulgadas por Chuairi (2001, p.134), para quem, a maioria da população só toma conhecimento dos seus direitos e deveres quando se encontram em uma situação problema, necessitando dos serviços do Judiciário, sendo que, em grande parte, não tem consciência que estão exercendo seu “direito a ter direito”. Nesse contexto, percebe-se a vulnerabilidade da população usuária, no que concerne ao desconhecimento dos seus direitos e deveres que precisam ser visualizados tanto por parte do Estado, quando da sociedade em geral, de modo a assegurar que princípios legais não sejam descumpridos e violados e que a população possa usufruir dos serviços do Poder Judiciário. Assim, Fávero (2008) assinala que o Judiciário precisa avançar na condução das informações a sociedade, no que se refere aos direitos e deveres dos cidadãos aos locais de funcionamento e aos serviços de assistência jurídica oferecidos à população de baixa renda.

O grande número das demandas, somado ao pequeno número de profissionais e a determinação de tempo para a elaboração do parecer social, configuram como importantes desafios na prática dos profissionais. Levando em consideração que o parecer social é parte final de um processo que envolve vários instrumentais para a sua elaboração, os profissionais ao terem que atender dentro de um “tempo limite” correm o risco de não identificarem determinadas questões que podem ser importantes para a análise do caso em estudo. Apesar desta realidade, que segundo Iamamoto (2009) cerca o exercício profissional em várias instâncias jurídicas, é exigida destes profissionais uma atuação com alto grau de eficiência e eficácia.

No que concerne aos desafios, os profissionais do Núcleo de Conciliação assim se posicionaram:

*Não existe exatamente uma pressão, mais **temos um tempo para realizar todos os procedimentos**, por isso, temos que ser bastante organizados e dinâmicos. Todos os*

*dias fazemos visitas, entrevistas e relatórios buscando dar conta de todo o serviço, temos um tempo para entregar os relatórios (prof. 1)*

*Se tivéssemos mais tempo, seria bem melhor, acontece que temos um prazo para finalizar os procedimentos, por isto, temos sempre que torcer para que nada saia errado (prof. 3)*

As respostas acima ratificam a concepção de Yamamoto (2009), ao assinalar que a prática profissional não deve ser considerada em si mesma, de forma isolada, necessário faz-se analisar os condicionantes internos e externos a ela. Os fatores condicionantes podem em certos momentos e dependendo da postura do profissional servir como uma “camisa de força”, dificultando a criação de espaços de renovação. A burocratização, a prática rotineira e o estabelecimento de prazos - impostos pela própria instituição – podem instituir no cotidiano concreto práticas moralizadoras, tutelares, disciplinares e de controle social, em contraponto a uma prática criativa e inovadora pautada na viabilização dos direitos e na concretização da cidadania.

No mais, indagou-se aos profissionais acerca da viabilização, por parte do Poder Judiciários, dos meios/recursos necessário para a operacionalização de suas ações. Obteve-se as seguintes respostas:

Recursos Operacionais	Categorias
<p><i>Eu não tenho dificuldades de equipamentos, de carro, de material em geral. Em relação a isso, eu não tenho o que falar, <b>estamos bem aparelhados</b> (prof.2).</i></p>	
<p><i>Eu não tenho do que reclamar, <b>nós temos quase tudo que precisamos</b>. Eu percebo que a maioria dos locais onde o [...] atua não tem a metade do material que nos é disponibilizado aqui no Núcleo (prof. 1)</i></p>	<p><b>Atende completamente</b></p>
<p><i>As questões do espaço são muito satisfatórias. Assim [...] <b>a instituição não oferece tudo, mas grande parte</b>. Ocorrem alguns momentos que nós investimos o nosso dinheiro, por exemplo, já vimos a necessidade de um lanche, mas infelizmente não conseguimos verba. Os brinquedos também são obtidos através de doações e investimentos próprios (prof. 3)</i></p>	<p><b>Atende parcialmente</b></p>

**Quadro 09: Meios/recursos físicos e materiais**

**Fonte: Pesquisa de Campo, 2013**

Embora um dos relatos tenha indicado total satisfação em relação às condições físicas e materiais de trabalho, o mesmo não foi apresentado na fala das demais. As expressões “quase tudo” e “grande parte” assinalam que existem necessidades que precisam ser

atenuadas e providas, de forma a promover tanto melhores condições de trabalho a equipe de profissionais, quanto um melhor atendimento a população usuária.

Ressalta-se que no relato do profissional nº 02, os recursos materiais e físicos do Tribunal são avaliados a partir da realidade de outras instituições. Apesar de constatar a necessidade de determinados recursos para o melhor exercício da prática profissional, esta necessidade é justificada no contexto de precarização que rege as condições de trabalho da maioria dos profissionais nas demais instituições, ou seja, uma visão fatalista, à medida que aceita as condições que são impostas pelo Estado sem maiores questionamentos.

Na concepção de Yamamoto (2007), sempre existe um campo para a proposição de alternativas criadoras e inventivas presentes na própria dinâmica da vida social. Entretanto, estas alternativas só apresentam-se quando os profissionais visualizam as contradições existentes entre os objetivos institucionais e os profissionais. Do contrário, corre-se o risco de realizar uma prática rotineira, burocrática e acomodada que apenas reitera as relações institucionais estabelecidas.

Para Martinelli (2005) são muitos os desafios postos para o exercício profissional, principalmente em espaços sócio-ocupacionais vinculados a instituições em que muito dos seus agentes priorizam pelo apego a ritos, normas e burocracias. Segundo esta autora, faz-se imprescindível que os profissionais saibam que:

Em toda prática há um espaço de criatividade a ser explorado, há vias de transformação a serem acionadas. Nenhuma prática é um bloco monolítico, impenetrável, sempre há caminhos críticos, vias de superação a serem trilhadas, porém a verdade é que só são encontrados, por quem os procura pacientemente, por quem os constrói corajosamente (2005, p. 12).

Prosseguindo, a referida autora afirma que dependendo da postura adotada pelo profissional, o trabalho pode ser tanto uma atividade penosa, um fardo, uma doença e, portanto um sofrimento, quanto uma atividade prazerosa que dá sentido a vida, fortalecendo a identidade, o crescimento e o desenvolvimento pessoal.

Com relação às principais demandas jurídicas atendidas no Núcleo de Conciliação foi constatado que todos os processos que adentram na 8ª Vara de Família envolvendo ações de guarda e regulamentação de visita são repassados para o Núcleo de Conciliação, no entanto quando solicitado pelo Juiz de Direito, ou seja, por convocação os profissionais também atuam nos processos de alimentos, divórcio, curatela, interdição, investigação de paternidade e alienação parental.

Além disto, muitos são os atendimentos extraprocessuais realizados pela equipe psicossocial. Essa informação pode ser depreendida das narrativas que seguem abaixo:

*[...] não atendemos somente os casos relacionados aos processos. Caso algum usuário venha aqui solicitar informação, nós sempre atendemos e encaminhamos, e por incrível que pareça todos os dias tem pessoas solicitando informações, É regra aqui do Núcleo, todas as pessoas têm que ser atendidas, ninguém pode sair daqui sem atendimento (prof. 1)*

*Há um esforço em atender todas as demandas, inclusive aquelas que não estão em processo (prof. 2)*

*[...] também nos preocupamos em atender da melhor forma possível as pessoas que vem aqui solicitar informações. Quando não conhecemos do assunto que eles buscam nós encaminhamos para outro setor, para o advogado. O importante é que todos são atendidos (prof. 3)*

Estas informações podem ser analisadas a partir do compromisso ético-político dos profissionais do Núcleo de Conciliação. A viabilização de informações e o atendimento de forma humanizado é um dever do assistente social e do psicólogo para com a população usuário, prescrito no Código de Ética Profissional de ambas as profissões. De acordo com os profissionais:

*Grande parte das pessoas que são atendidas por nós passa por graves problemas sociais, não dá para simplesmente fechar os olhos, transcrever os fatos e entregar o parecer ao juiz, precisamos fazer mais, é uma questão ética, um compromisso que temos como profissionais da área social. Infelizmente não podemos aqui viabilizar os direitos, mais podemos encaminhar, orientar, direcionar estas pessoas. (prof. 1)*

*A nossa principal atribuição aqui é auxiliar o juiz, para que ele possa ter subsídios para tomar uma decisão correta [...] Mas isto não nos impede de auxiliar as famílias quando nos deparamos com um quadro de vulnerabilidade [...] faz parte do nosso compromisso ético (prof. 2)*

Assim, compreende-se que o trabalho dos profissionais do setor psicossocial do Núcleo de Conciliação não se limita a obter informações para subsidiar a decisão judicial, existe por parte da equipe um compromisso ético-político com a população atendida que direciona sua ação para além de sua prática como perito social. Estes profissionais, também atuam encaminhando, orientando e informando os sujeitos acerca de seus direitos, de modo a conduzi-los ao exercício da cidadania.

Na concepção de Fávero (2009), a realidade socioeconômica, cultural e familiar desvelada através do estudo social, pode e deve contribuir para práticas reiteradoras de

direitos, à medida que estas sejam inseridas em um quadro mais geral de desigualdades e exclusão social. Nesse sentido, o grande desafio é sair de uma leitura individualista dos fatos e reiterar o caráter coletivo que contempla a realidade social. Esta atitude deve ter como norte os princípios da democracia e da justiça social.

Além do compromisso ético-político conduzindo a prática profissional, Miotto (2001) destaca a relevância do saber teórico-metodológico, de modo a (re)conhecer a realidade social, política, econômico e cultural que cerca a vida dos sujeitos que buscam os serviços de assistência jurídica. Ao serem indagados acerca da importância do conhecimento teórico-metodológico para o exercício da prática, os profissionais entrevistados apresentaram as respostas abaixo:

Conhecimento teórico-metodológico	Categorias
<p><i>[...] O conhecimento teórico me oferece base para realizar o estudo social, sem esse conhecimento a leitura dos dados coletados durante a entrevista e a visita seria avaliada a partir do senso comum. Com o conhecimento teórico apreendido durante o período da graduação e da especialização, eu me sinto mais qualificada para elaborar os relatórios (prof. 1)</i></p> <p><i>É imprescindível ao profissional uma boa base teórica, é isto que o diferencia dos demais profissionais, sem o conhecimento a prática fica no vazio, sem sentido (prof. 3)</i></p> <p><i>[...] o aprendizado obtido me ajuda muito na hora de analisar as informações, sem esta base teórica a leitura dos dados ficaria no campo do senso comum (prof. 2)</i></p>	<p><b>Cientificidade para análise dos dados</b></p>

**Quadro 10: Relevância do conhecimento teórico-metodológico para subsidiar a prática profissional**  
 Fonte: Pesquisa de Campo, 2013

Os dados, contidos no quadro 12, apontam que os profissionais percebem e reconhecem a importância do saber teórico-metodológico, de forma a conduzir a prática profissional. Entretanto, quando indagados se é realizado estudos acerca de temáticas pertinentes para a análise dos fenômenos sociais, obtiveram-se as seguintes respostas:

Conhecimento teórico-metodológico	Categorias
<p><i>Infelizmente não temos muito tempo para realizarmos estudos, no entanto, sempre que alguém encontra algum livro ou artigo sobre um assunto que acha interessante nós socializamos e dentro do possível discutimos aquela temática (prof. 1)</i></p> <p><i>Quando tem algum seminário, congresso ou eventos promovidos pela instituição nós participamos (prof. 3)</i></p>	<p><b>Ocasionalmente</b></p>
<p><i>Sempre que necessário, buscamos informações para auxiliar na análise de algum caso, por exemplo, recentemente tivemos uma ação que envolvia alienação parental, como tínhamos poucos dados acerca da temática fomos atrás de informações (prof.2)</i></p>	<p><b>Quando necessário</b></p>

**Quadro 11:** *Frequência com que são realizados estudos acerca de temáticas pertinentes para análise dos fenômenos.*

*Fonte: Pesquisa de Campo, 2013*

Frente a estas respostas percebe-se a existência de uma contradição, pois ao mesmo tempo em que os profissionais afirmam a necessidade do conhecimento teórico para realizar a análise dos dados, afirmam que no momento este conhecimento só é buscado “quando possível”, ou então, “quando necessário”, ou “quando a instituição promove algum seminário, congresso ou evento”. A resposta a esta contradição pode ser encontrada na própria fala destes profissionais quando estes dizem que “infelizmente não temos tempo”, ou seja, o acúmulo de trabalho no espaço jurídico dificulta empreender outras atividades, embora estes percebam a importância e a necessidade de uma constante capacitação.

O processo de qualificação continuada é fundamental para os profissionais que atuam junto as demandas sociais. Estudar, dialogar, debater temas e questões da atualidade, não pode ser atividades desenvolvidas apenas no período da graduação ou quando “for possível”. Caso, no cotidiano da prática o profissional não se atualiza, não questiona as demandas institucionais, não acompanha o movimento e as transformações da realidade social, estará, certamente fadado a uma prática imediatista, burocrática e repetitiva, não provocando mudanças significativas tanto na realidade dos sujeitos que buscam seus serviços, quanto na própria prática profissional. Como expressa Netto (1999), uma intervenção que tenha alcance e efetividade só poderá ocorrer através de uma análise profunda das contradições que se ocultam na realidade, de modo a superar a pseudoconcreticidade.

No mais, o ser humano é essencialmente social, e como tal não pode ser compreendido de modo individualizado. Apesar de cada um ter sua própria singularidade, esta é produzida

no meio das relações mais gerais da sociedade, trazendo em si componentes que lhe são universais. É na relação entre a singularidade e a universalidade que se torna possível apreender a realidade social, do contrário corre-se o risco de perde de vista a dimensão social do homem. Para isto, é necessário que o profissional tenha um conhecimento teórico acerca das relações sociais que regem a sociedade (IAMAMOTO, 2009).

Além disto, alguns autores chamam a atenção para o fato dos cursos de graduação não conseguirem acompanhar a rapidez com que vem ocorrendo as mudanças na sociedade. Este fato tem formado profissionais despreparados para lidar com as demandas sociais no cotidiano concreto da prática. Como exemplo desse despreparo, Lago e Bandeira (2009) alegam que temáticas como alienação parental, guarda compartilhada, abuso sexual contra criança e adolescentes são pouco discutidos, e quando ocorrem são de forma fragmentada, não levando em consideração questões socioculturais. Nesse sentido, buscar uma especialização é fator imprescindível para estes profissionais.

As narrativas de dois profissionais são bastante elucidativas quanto a esta questão:

*Quando iniciei aqui no Núcleo, percebi o quanto eu ainda tinha que aprender, muitas das informações acerca do direito de família, do código civil e até mesmo do ECA eu não tinha conhecimento, assim, foi preciso que eu aprimorasse meus conhecimentos (prof. 1)*

*Um dos grandes desafios desta área, é que eu preciso ter algum conhecimento de determinadas leis. Nem sempre eu sei, mais eu sempre tenho o cuidado de buscar respostas para as dúvidas dos usuários (prof. 3)*

No entanto, Miotto (2001) coloca que não basta ao profissional deter o conhecimento teórico-metodológico. Tão necessário quanto, no exercício da prática profissional, é o saber técnico-operativo, que segundo esta autora compreende o conhecimento e a habilidade na utilização dos instrumentais. Assim, teoria e prática precisam caminhar juntas, de modo a conduzir o cotidiano profissional.

Destaca-se que segundo Martinelli (2000), os instrumentais são um conjunto de técnicas e instrumentos utilizados de forma articulados no exercício profissional. A coerência e competência no manuseio destes instrumentais potencializam a operacionalização dos profissionais no trato das demandas sociais.

Nesse sentido, indagou-se inicialmente aos profissionais quais os principais instrumentais utilizados no Núcleo de Conciliação. Obteve-se as seguintes respostas:

*Instrumentais técnicos do setor psicossocial envolvem desde a **análise do processo**, as **triagens**, onde entra informações sobre todas as questões que envolvem o processo, seguido depois da **visita domiciliar**, da **entrevista psicossocial** e depois a realização dos **relatórios técnicos** e da **avaliação** (prof. 1)*

*Para cada atuação nós temos um instrumental próprio [...] em todos os casos nós fazemos um **estudo de caso**, a **visita domiciliar**, quando tem crianças nós fazemos a devoluta aos pais, e também são realizados a **avaliação final** (prof. 3)*

Percebe-se que muitos dos instrumentais utilizados na atualidade são os mesmos do início da inserção dos profissionais no campo jurídico, em especial, dos profissionais do Serviço Social. Guerra (2000) esclarece que o uso dos instrumentais é marcado tanto pelas alterações de base sócio-organizacionais, quanto por propostas elaboradas por cada categoria. Historicamente o Serviço Social comportou diferentes objetivos profissionais, posturas ético-políticas, atitudes e habilidade que encerraram diferentes concepções ideológicas sobre a sociedade e a profissão. Estes diferentes momentos apresentaram diferentes formas de compreender os instrumentais assim como de manuseá-los, ou seja, estes são dinâmicos e propiciam diferente leitura da realidade que dependerão de fatores políticos, econômicos e sociais.

Frente a este contexto, indagou-se aos profissionais com que frequência os instrumentais são reavaliados:

Instrumentais técnico/operativo	Categorias
<p><i>As mudanças são processadas <b>de acordo com a necessidade</b>. Por exemplo, o encaminhamento que era direcionado para a secretária de assistência. Percebeu-se a necessidade de incluir mais informações sobre a família e por isso o instrumental foi refeito [...]A maior dificuldade é a demanda, pois somos poucos profissionais (prof. 1)</i></p> <p><i>Não tem um tempo certo, mas, por exemplo, se a gente perceber que ocorre uma necessidade de incluir algo, aí nós conversamos com a coordenação e fazemos. Já faz um tempo que não há alteração, eu acho que já foi tão falado e modificado que <b>eu acho que não ocorrem mais necessidades</b> (prof. 2)</i></p> <p><i>Os instrumentais são modificados de acordo com a necessidade [...] <b>de acordo com a dinâmica e o tempo do núcleo</b> (prof. 3)</i></p>	<p><b>De acordo com a necessidade/ sem tempo determinado</b></p>

**Quadro12: Frequência com que são realizadas as modificações nos instrumentais**  
**Fonte: Pesquisa de Campo, 2013**

As narrativas descritas no quadro acima apontam que os profissionais identificam que os instrumentais não são estáticos, precisam ser reavaliados. No entanto, esta necessidade de

ajustar e modificar só ocorre quando estes se deparam com uma necessidade concreta na imediatividade do cotidiano.

Levando em consideração a narrativa do profissional nº 3, *o tempo* é um dos fatores que interfere diretamente na prática profissional, não propiciando que estudos e avaliações sejam realizados periodicamente, em torno do conteúdo e da aplicação dos instrumentais. Iamamoto (2009) coloca que os profissionais no campo jurídico são chamados a atuar dentro de um padrão de eficácia e eficiência, sem que, no entanto lhes sejam oferecido todas as condições necessárias.

No mais, os profissionais foram questionados acerca do papel dos instrumentos como a visita domiciliar e a entrevista para o processo pericial. Os profissionais assim relataram:

Instrumentais técnico/operativos	Categorias
<p><i>[...] as visitas, é a oportunidade de <b>ter contato e saber a realidade dos fatos</b>. Quando vamos a visita a situação é completamente diferente, este instrumental nos possibilita ter acesso e conhecer a vida das pessoas e tentar de algumas forma auxilia-la na sua ação jurídica (prof. 1)</i></p> <p><i>Aqui nós trabalhamos buscando conhecer o contexto familiar, esse conhecimento só é possível porque temos um conjunto de instrumentos (prof. 2)</i></p> <p><i>Todos os nossos instrumentais são essenciais para a coleta dos fatos da realidade das famílias, eles nos auxiliam não apenas a coletar as informações com também avalia-los, sem este material nos não conseguiríamos exercer nossa prática (prof.3)</i></p>	<p style="text-align: center;"><b>Acesso e conhecimento dos fatos</b></p>

**Quadro13: Percepção dos profissionais acerca do papel dos instrumentais**

**Fonte: Pesquisa de Campo, 2013**

As palavras “acesso”, “conhecimento”, “essencial” e “auxílio” no discurso dos entrevistados, indicam que os profissionais detêm a percepção da relevância dos instrumentais, assim como mostram que os instrumentais estão adequados às exigências profissionais, pois oferecem o retorno desejado.

Ressalta-se, que um “retorno desejado” só é possível em razão da habilidade dos profissionais na aplicação dos instrumentos, pois os instrumentos por si só não tem a capacidade de desvelar os fatos. Estes para cumprirem sua finalidade, necessitam da criatividade humana de fabricar, construir e manusear (VARGAS, 2004). Nesse sentido, tão importante quanto o conhecimento dos instrumentais é a apropriação correta destes.

No mais, a operacionalização correta destes instrumentais confere poder, à medida que possibilitam o (re) conhecimento da realidade na qual o profissional irá intervir. Esse poder

tanto pode ser utilizado para viabilizar direitos sociais legalmente garantidos na sociedade, quanto para propor novos projetos/serviços sociais e assim ampliar o exercício da cidadania.

De acordo com os princípios elencados no Código de Ética Profissional tanto do assistente social, quanto do psicólogo, é assegurado a estes profissionais a autonomia/liberdade para exercer/conduzir sua prática profissional. Quando indagados acerca do exercício da autonomia, os profissionais assim relataram:

Autonomia Profissional	Categorias
<p><i>Como todo o trabalho nós <b>temos algumas limitações</b>, mas são poucas. Conseguimos realizar o trabalho dando prioridade as necessidades e direitos dos usuários, por isso, todos os profissionais têm a preocupação que vai além da ação processual. Quando necessário encaminhamos as famílias para alguns órgãos e oferecemos todas as informações tentando auxiliar nas necessidades que elas apresentam (prof. 2)</i></p> <p><i>Todas as informações coletadas durante os procedimentos são mantidas em sigilo, somente expressos no parecer que ficam arquivados... Buscamos sempre atender visando compreender os conflitos e auxiliar nas necessidades. Infelizmente algumas coisas não são possíveis de serem realizadas como gostaríamos afinal a <b>nossa possibilidade de intervir é reduzida</b>, gostaríamos de poder acompanhar os casos após a decisão judicial, mas infelizmente não é possível, <b>fazemos aquilo que é possível em nosso trabalho</b> (prof. 3)</i></p>	<p><b>Limitado</b></p>

**Quadro 14: Visão dos entrevistados acerca da autonomia profissional**

**Fonte: Pesquisa de Campo 2013**

Identifica-se no relato dos profissionais que, apesar das limitações impostas pelas particularidades da instituição judiciária, estes profissionais detêm uma relativa autonomia na condução do seu processo de trabalho. Esta autonomia, certamente está relacionada com a habilidade com os procedimentos técnico-operativos e do conhecimento teórico-metodológico que permite ao profissional deter um saber/poder relativo à sua área de atuação. No mais, ressalta-se que a autonomia é um direito assegurado no Código de Ética tanto do Serviço Social, quanto da Psicologia de modo a assegurar ao profissional proferir sua opinião/parecer com plena liberdade.

Frente a todos os dados até o momento expostos neste tópico, percebe-se que a operacionalização da equipe do setor psicossocial do Núcleo de Conciliação ocorre através da aplicação de vários instrumentos e técnicas que são conduzidos pelo saber teórico-metodológico, técnico-operativo e por uma postura ética que envolve toda a ação dos profissionais, não significando a inexistência de desafios a serem superados pela equipe deste setor.

## Capítulo IV

### TRABALHO INTERDISCIPLINAR E AS ESPECIFICIDADES SOCIOCULTURAIS DA FAMÍLIA DE ORIGEM RURAL AMAZÔNIDA

---

*O modo de ver o mundo, as apreciações de ordem moral e valorativa, os diferentes comportamentos sociais e mesmo as posturas corporais são assim produtos de uma herança cultural, ou seja, resultado da operação de uma determinada cultura.*

*(Roque Laraia)*

#### INTRODUÇÃO:

O presente trabalho entende que a família é uma instituição sócio-histórica condicionada por fatores econômicos, sociais, políticos e culturais. Cada um destes fatores interfere diretamente nas relações e no modo de ser de seus membros e por este motivo não podem ser desconsiderados, do contrário poderá ocorrer uma leitura fragmentada e imprecisa da realidade que cerca esta instituição. Como bem afirma Miotto (2004), urge reconhecer que a família é um espaço privilegiado para compreender/reconhecer as mudanças mais significativas que se processam na sociedade.

Em relação ao fator cultura, o trabalho identificou nos aportes teóricos apresentados no capítulo I, que cada cultura é única e singular, pois existe “um capital específico de crenças, ideias, valores e mitos” que asseguram a identidade dos diferentes grupos sociais (MORIN, 2007, p.68). No mais, o homem é resultado do meio cultural em que foi socializado, o reconhecimento do seu modo de vida, de suas atitudes, de seus hábitos e valores, são justificados a partir do seu patrimônio sociocultural que lhe é transmitido num processo acumulativo “que reflete o conhecimento e a experiência adquirida pelas numerosas gerações que o antecederam” (LARAIA, 1986, p.48).

Nesta perspectiva, o capítulo que ora inicia-se visa identificar a percepção dos profissionais acerca do capital cultural que rege as relações das famílias de origem rural do Estado do Amazonas, pois se entende que este conhecimento por parte dos profissionais é imprescindível para o (re) conhecimento dos fatos que permeiam as relações/conflitos familiares.

Nesse intuito, o capítulo está estruturado em duas partes. Na *primeira* será apresentado o relato dos familiares acerca do modo de vida no meio rural, de modo a apreender seus costumes, valores e hábitos, no intuito de desvelar a identidade cultural deste segmento social. Na *segunda* parte buscar-se-á identificar o saber dos profissionais acerca das particularidades culturais do caboclo rural amazônida, realizando um confronto entre este saber e o relato dos familiares.

#### **4.1. Particularidades socioculturais das famílias de origem rural: visão dos familiares**

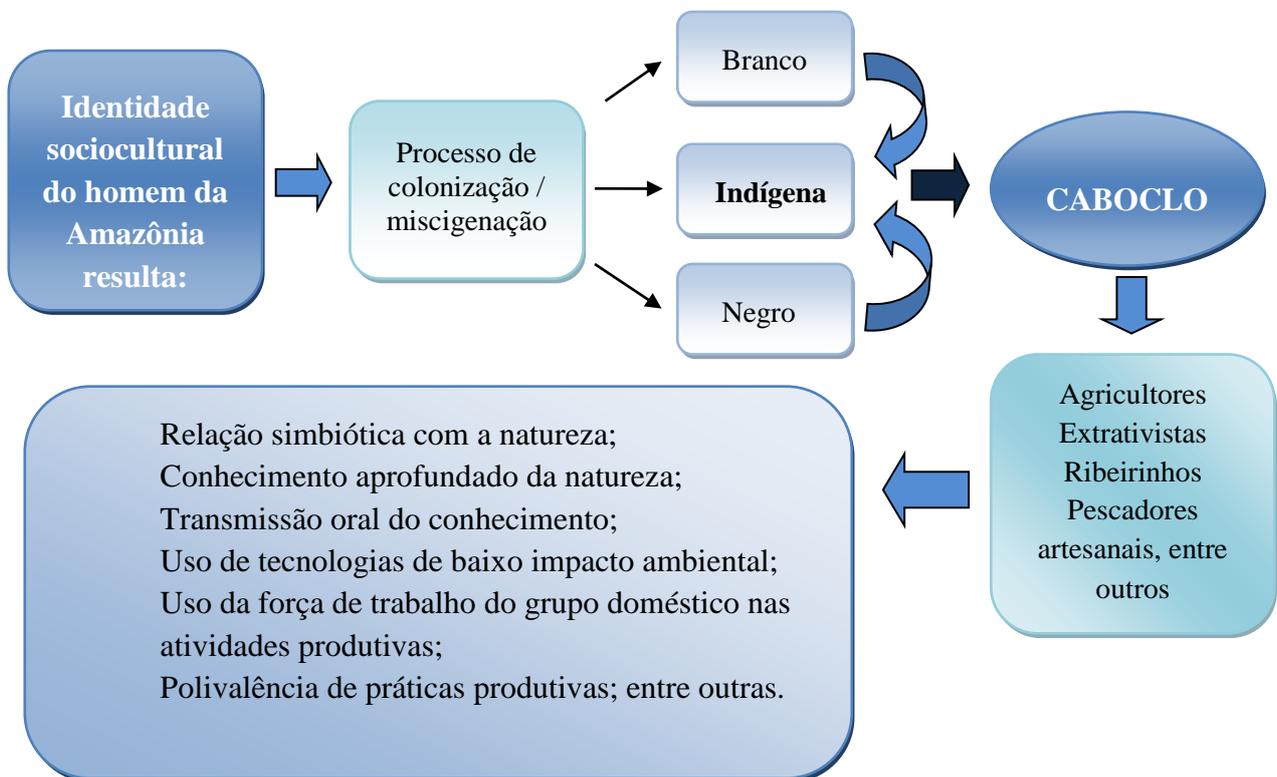
De acordo com Benchimol (2011), o homem que vive na Amazônia é herdeiro de um patrimônio cultural legado, principalmente por seus ancestrais indígenas que habitavam esta região anteriormente a chegada dos primeiros colonizadores. A esse legado foi sendo incorporados outros valores, hábitos e conhecimentos transmitidos pelos seus colonizadores e povoadores europeus, africanos e asiáticos, além dos imigrantes nordestinos e de outras regiões brasileiras. Nesse contexto, o autor assinala que a “Amazônia é um segmento e produto brasileiro de múltiplas correntes e grupos culturais” (p.65).

Morán (1990 *apud* Chaves, 2001, p.114) corrobora com Benchimol, pois segundo este autor, a Amazônia é resultado dos intercâmbios históricos entre diferentes povos e etnias, fruto do processo de colonização e ocupação pelo qual tem passado a região. Na perspectiva deste autor, a assimilação dos valores, crenças, atitudes, modo de vida, conhecimento de práticas e uso dos recursos naturais provenientes, principalmente dos povos indígenas “fez surgir à cultura regional dos caboclos amazônicos”. Em suma, a cultura desta população representa “a síntese dos conhecimentos produzidos e assimilados pela sociedade sobre o meio em que vive, sendo esta mediatizada pela relação dos homens entre si, bem como, por suas inter-relações com a natureza” (*idem*).

Segundo os estudos de Chaves (2001), desde 1850, o maior contingente populacional da região Amazônica é formado por caboclos descendentes da miscigenação entre índios e brancos, e em menor número entre índios e negros. Esta população abrange uma diversidade de segmentos sociais como: “extrativistas (seringueiros, castanheiros, caucheiros), ribeirinhos e pescadores artesanais” (p.63). A autora expõe que, embora estes diferentes segmentos detenham a mesma base cultural, o processo histórico de constituição produziu várias diferenciações, acarretando uma diversidade de práticas e pluralidade de identidades e culturas que singularizam a população e o modo de vida dos que residem na região.

Prosseguindo, a referida autora alude que a identidade sociocultural das populações que vivem na floresta caracteriza-se pela relação historicamente estabelecida com o meio natural, haja vista que estes possuem um extenso conhecimento em relação ao uso do solo, da fauna, da flora, da cheia e da vazante dos rios, do perigo dos insetos, das doenças endêmicas e do uso medicinal das plantas, entre outros elementos relacionados ao seu meio ambiente. No mais, Chaves (2001) assinala que estes grupos sociais adotaram formas de manejo dos recursos com baixo impacto ambiental e apresentam interesse em manter e recuperar suas áreas.

Frente ao contexto teórico trabalhado até o momento, a formação cultura do homem amazônida pode ser representada da seguinte forma:



**Figura04: Identidade Sociocultural do homem da Amazônia**

**Fonte: CHAVES, M.P.R, 2001**

Embora, na atualidade, o modo de vida do caboclo na Amazônia tenha sofrido diversas alterações, muito dos elementos da cultura indígena ainda permanecem no seu cotidiano. Em pleno século XX, é possível reconhecer vários hábitos e costumes, sobretudo no que diz respeito à organização do trabalho, na dieta alimentar e, principalmente, na interatividade homem/natureza. Os relatos dos familiares entrevistados possibilitaram desvelar algumas destas questões. A saber:

Características assimiladas culturalmente dos povos indígenas	Categorias
<p><i>No interior a vida é muito diferente, não tem luxo algum, mas é muito boa. A gente <b>dorme tranquilo na rede</b>, sem medo, com as portas abertas. No meu tempo não tinha luz, era lamparina e a gente ia dormir bem cedo porque de manhã todo mundo tinha o que fazer. Meu pai com meus irmãos iam <b>capinar, roçar</b> e dependendo da época <b>pescar</b>, eu ficava com a minha mãe ajudando na casa. Como nós somos muitos irmãos, tinha sempre muito que fazer em casa (fam. 01)</i></p> <p><i>A gente tomava <b>banho de rio</b> todos os dias, não tinha banheiro dentro de casa, a mamãe lavava toda a louca e a roupa na beira dos rios. A gente tinha uma <b>plantação grande de macaxeira</b>, era o que mais dava dinheiro pra nossa família, porque a gente fazia muita farinha e meu pai vendia nos <b>barcos</b> (fam. 03)</i></p> <p><i>A minha comida preferida é o <b>peixe com farinha</b>. Nossa! não tem comida melhor e mais saudável. Aqui (meio urbano), tudo é enlatado e congelado, acaba que o alimento fica com outro gosto. Lá (meio rural) não, a gente planta, a gente pesca e <b>tudo é bem fresquinho</b>, dá gosto de comer (fam. 06)</i></p> <p><i><b>Meu pai aprendeu a plantar e pescar com o meu avô e eu aprendi com o meu pai</b>, até hoje ele pesca e faz roçado [...]. Quando eu cheguei aqui tive vontade de fazer uma roça, mais infelizmente não tinha terreno na casa dos meus tios [...] outra coisa diferente é que no interior a gente não tem facilidade pra ir ao médico, são poucos postos de saúde. Então, quando não é algo muito grave, como uma febre, uma gripe, a criança com garganta inflamada, assim estas doenças, <b>a gente cuida é com chá de plantas</b>. Aqui na cidade tudo é com remédio de farmácia que faz é a gente piorar (fam. 08)</i></p>	<p><b>Atividades laborais / caça, pesca, agricultura</b></p> <p><b>Dieta alimentar</b></p> <p><b>Transmissão do conhecimento no espaço doméstico</b></p> <p><b>Conhecimento de plantas medicinais</b></p>

**Quadro 15: Características assimiladas culturalmente dos povos indígenas**

**Fonte: Pesquisa de Campo, 2013**

Através dos relatos acima, pode-se constatar que antigas atividades produtivas como a caça, a pesca e a agricultura, ainda são recorrentes no cotidiano do homem rural amazônida, assim como o consumo de alguns alimentos. Nesse sentido, Chaves (2001) pontua que embora algumas mudanças possam ocorrer através do tempo, no embate com outras culturas, determinados traços culturais estarão presente na vida destes sujeitos, uma vez que foram por estes assimilados em seu processo histórico-cultural.

As narrativas dos entrevistados possibilitaram desvelar que mesmo residindo fora do espaço rural há alguns anos, estes sujeitos trazem em seu imaginário e quanto possível, até mesmo em seu cotidiano, elementos de sua cultura de origem. As falas “*quando eu cheguei aqui tive vontade de fazer uma roça*”, “*a minha comida preferida é o peixe*”, “*aqui na cidade tudo é com remédio de farmácia que faz é a gente piorar*”, indicam a tentativa de reproduzir no espaço urbano seus antigos hábitos e costumes.

Silva (2010) constatou esta questão em suas pesquisas junto a migrantes no Estado do Amazonas. De acordo com este autor, a tentativa de reproduzir através das condições

objetivas/concretas disponíveis antigos hábitos, explica o grande número de migrantes rurais residindo próximo a Igarapés, o esforço em manter uma horta e o plantio de determinadas plantas que servem para tratar determinadas enfermidades, o costume de dormir em redes e de ter muitas vezes este artefato instalado do lado de fora da casa, à utilização da farinha e do peixe nas principais refeições, dentre outros.

Nesse contexto, o autor assinala que o migrante vê-se no cotidiano da cidade numa relação de conflito com sua identidade cultural rural, haja vista, que a cidade lhe impõe um novo modo de vida. Este conflito é visualizado no relato dos entrevistados, quando narram:

*Eu estou aqui há muito tempo, mais de 15 anos, mas sou diferente, meus filhos dizem que sou diferente, por isso **eu me acho 50% rural e 50% urbana** (fam. 01)*

***Meu jeito é de homem do interior**, eu falo como eles, eu gosto da comida que eles comem, eu gosto do contato com a terra e a floresta [...] infelizmente aqui na cidade tudo é muito diferente (fam. 03)*

*Sabe, até hoje eu ainda não me acostumei a andar neste trânsito louco daqui de Manaus, tudo é muito longe, é muito complicado, **eu sou é caboca mesmo não gosto dessa modernidade toda, prefiro o sossego e a segurança do meu município** (fam. 06)*

*Quando a gente chega aqui é muito diferente, a gente se sente estranho, **desajeitado**, depois vai se acostumando, se parecendo mais com as pessoas daqui [...] Mas nunca é igual, a gente sempre vai ser diferente porque tem muita coisa aqui que a gente não gosta e não concorda (fam. 10)*

Na perspectiva de Benedict (1971, *apud* Laraia, 1986), a cultura é como uma lente através da qual o homem vê o mundo, podendo condicioná-lo a reagir depreciativamente em relação ao comportamento diferenciado dos padrões aceitos pelo seu grupo social. Nesse sentido, o que pode ser comum e, até mesmo, símbolo de modernidade e progresso para determinados grupos, para outros representam situações difíceis de serem vivenciadas e compreendidas à medida que não correspondem a sua visão de mundo. Enquanto para o homem rural, o trânsito da cidade seja visualizado apenas através dos impactos negativos (engarrafamentos, acidentes de carro, entre outros), para o homem da cidade o trânsito intensivo pode representar o progresso e o desenvolvimento tão desejado pela grande maioria de seus habitantes. Para Hall (2000), a identidade pode ser compreendida a partir das fronteiras/diferenças estabelecida pela cultura, pois cada sistema cultural tem seus próprios critérios classificatórios que conferem significado e sentido ao mundo social, nesse sentido, as diferenças podem identificar/caracterizar um determinado grupo social.

Os relatos acima constataram que o migrante percebe-se e se sente diferente do homem da cidade. Esta percepção expressa a tensão/confronto que permeia o seu cotidiano, assim como um sentimento de exclusão e de não pertencimento ao espaço atualmente ocupado. Os *50% rural e 50% urbano*, narrado por um dos familiares (narrativa acima), indica esta realidade.

Durhan (1978) advoga que a migração para a cidade expõe os sujeitos a um sistema variado de valores e costumes que podem ser absorvidos ou rejeitados, atuando tanto no sentido de reforçar os laços identitários com a cultura do local de origem, quanto de um processo de rejeição a estes laços. No caso dos entrevistados, constatou-se que a migração produziu no decorrer do tempo um sentimento contraditório em relação à cidade. As dificuldades de adaptação com o modo de vida urbana persistem em seu cotidiano, mesmo após tanto tempo inseridos na cidade, ocasionando assim, certa rejeição a identidade que a cidade tenta lhe impor, entretanto, mais de 60% dos entrevistados relataram que teriam na atualidade, grande dificuldade em adaptar-se a vida no meio rural novamente.

Identificou-se no decorrer da pesquisa que grande parte dos entrevistados - 80% (n=8) - são proveniente de comunidades rurais ribeirinhas, sendo que destes, 60% (n=5) vieram da várzea, e 40% (n=3) de áreas de terra firme. Segundo Chaves, Lira e Barroso (2009) uma das principais características organizacional da população ribeirinha é sua forma de ocupação do território. Em geral, localizadas as margens dos rios e lagos, formam agrupamentos humanos constituídos de várias famílias, denominados comunidades<sup>10</sup>. Normalmente, estes agrupamentos possuem habitações com estrutura física bastante simples, compostas de madeiras e/ou palhas e com poucos cômodos, além de uma casa comunitária, casa de produção de farinha, canoas, barcos de pesca, entre outros.

Entre as práticas produtivas mais desenvolvidas pela população rural amazônica destacam-se: a produção agrícola para subsistência, com a comercialização direcionada para atender o consumo da família pela troca com produtos que não produzem (mercadorias industrializadas); o extrativismo vegetal e animal; o cultivo de plantas medicinais; os processos de beneficiamento dos recursos locais pelo artesanato; e a prática da pesca artesanal e da comercialização do excedente. Chaves e Lira (2011) afirmam que esta variedade de práticas assegura a reprodução social e física desta população.

---

<sup>10</sup> Sobre comunidade ver: Souza (2004); Wagley (1988); Chaves (2001); Diegues (2004).

Segundo alguns autores (FRAXE, 2011; NODA, 2004; CHAVES e LIRA, 2011), o peixe apresenta-se com a principal fonte de proteínas das famílias rurais, sendo este alimento extraído dos lagos, rios, igapós e igarapés do Amazonas. Nos relatos dos entrevistados destacam-se essa modalidade de atividade produtiva. A saber:

*Todas as pessoas que moravam na minha terra **pescavam**, era a principal fonte de dinheiro da família e garantia da comida. A gente plantava, e quando colhia vendia, fazia farinha, mas o que mais dava na época que eu morava lá, era o peixe (fam. 02)*

*Depende da época, tem época que tem muito peixe, aí a gente vendia e ganhava um bom dinheiro, que dava pra comprar as coisas pra casa, mais tinha época que a pesca não dava pra nada, só pra alimentação da família. Mas tinha as coisas que a gente plantava que ajudava a obter algum dinheiro, meu pai fazia as duas coisas com a ajuda de minha mãe, dos irmãos dele e de nós os filhos (fam. 08).*

Estas práticas produtivas são comumente realizadas envolvendo todo o grupo familiar, inclusive as crianças, que começam a auxiliar os pais, realizando atividades mais simples, a partir dos 8 anos de idade. Silva (2007) constatou em pesquisa realizada na comunidade de Tauarú no Município de Tabatinga/AM, que a participação de crianças e jovens nas atividades produtivas ocorre de acordo com a idade, força física e aptidão. Ou seja, as crianças, sejam meninas ou meninos, aprendem os ofícios tradicionais dos pais na vivência cotidiana e começam a participar, à medida que desenvolvem estrutura física e habilidades.



*Figura 05: Crianças e jovens auxiliando no preparo do almoço e na produção da farinha na comunidade de Tauarú*

*Fonte: SILVA, Elane, 2007*

Vale assinalar que o trabalho infantil na contemporaneidade é um grave problema social, recorrente entre as famílias mais empobrecidas da sociedade, sendo considerado crime no contexto legal. Contudo no contexto rural as atividades produtivas desenvolvidas com o auxílio das crianças e adolescentes possuem natureza diferenciada, não se caracterizando como exploração, uma vez que estes atuam no contexto de suas possibilidades físicas e sem o

intuito de obter renda, mas sim, de auxiliar nas práticas laborais desenvolvidas pela família.

No mais, Chaves (2001) explica que nas comunidades ribeirinhas o processo produtivo ocorre com a finalidade única de manutenção e subsistência do grupo familiar. Embora ocorra a venda do excedente para aquisição de mercadorias que não são produzidas por estas populações, o produto de seu trabalho não se configura como mercadoria, haja vista que não ocorre à extração da mais valia e da lógica do lucro. Entretanto, a autora assinala que a economia empreendida pelas populações rurais não deve ser analisada fora do contexto capitalista de produção, tendo em vista que não são sociedades isoladas e com culturas imutáveis, mas influenciam e sofrem influências dos mercados dos centros urbano/industriais, uma vez que seus produtos entram no circuito do capital a partir da comercialização (DIEGUES, 2000 *apud* CHAVES, 2001).

Na concepção de Chaves, a forma de divisão do trabalho no meio rural, baseia-se - quase que exclusivamente - em critérios de geração (crianças, jovens, adultos e idosos), gênero (homens e mulheres), domínio cognitivo (grau de escolaridade) e destreza (domínio de técnicas e práticas) (CHAVES, 2001). Esta questão pode ser identificada nos relatos abaixo:

*Tanto eu quanto meus irmãos, começamos a trabalhar bem cedo, limpando o terreno, tirando o mato e depois indo pescar com o meu pai, era assim com todos os meninos (fam.2)*

*Como eu era a mais velha e nós éramos muitos, desde muito pequena eu aprendi a fazer as coisas, lavar, passar, cozinhar, cuidar de criança pequena (fam. 5)*

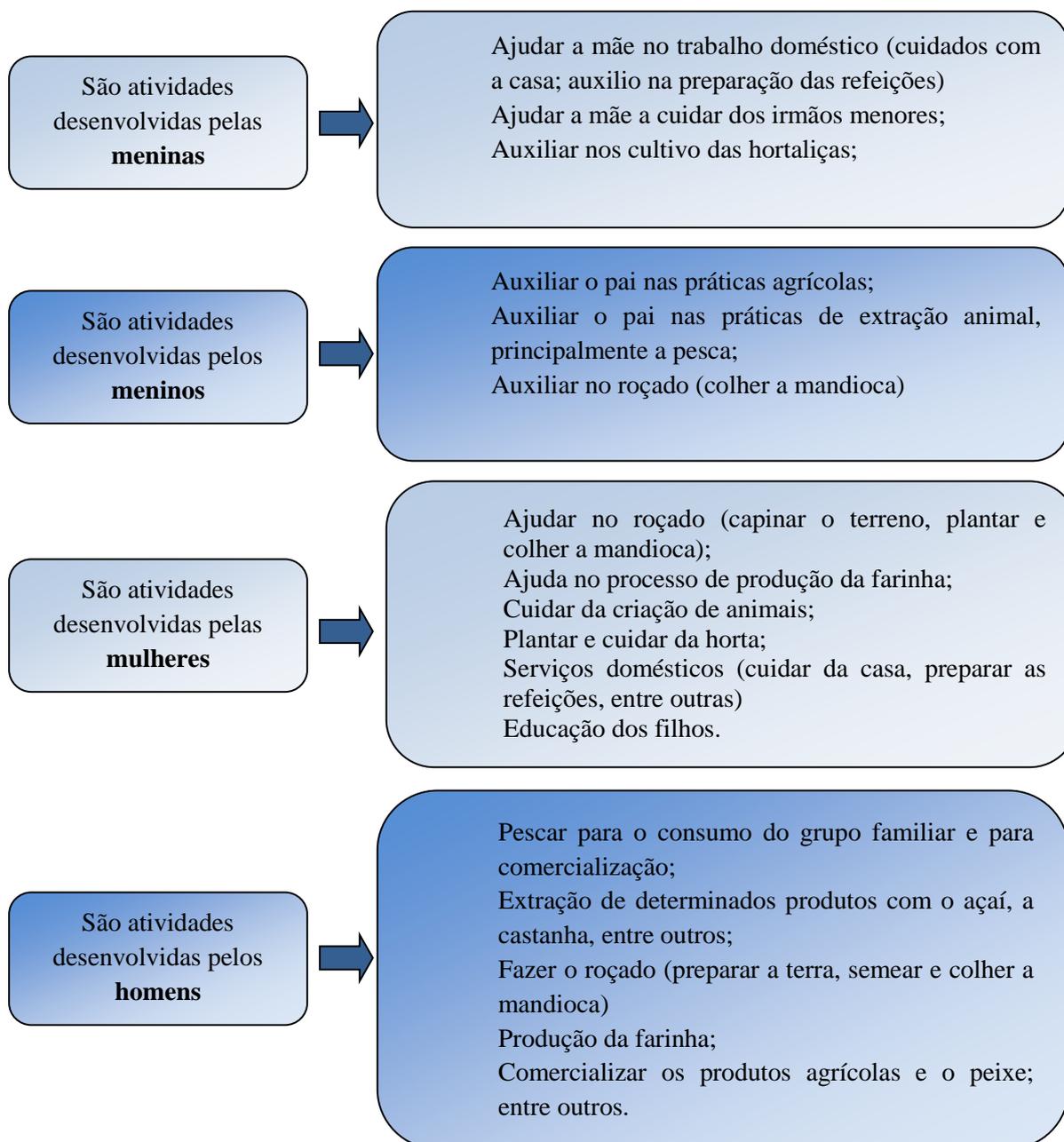
*Meu pai trabalhava na pesca e no roçado, eu e meu irmão ajudávamos bastante, porque era muito trabalho. Até hoje, apesar da idade ele ainda pesca [...] Minha mãe tomava conta da casa, ela nunca trabalhou fora, só em casa, criou todos nós com a ajuda da minha vó. (fam. 4)*

*Faz muito tempo que eu sai de lá, mas eu lembro do meu pai, levantando bem cedo pra ir pescar junto com os irmãos dele. Ele separava uma parte pra gente comer e o resto ele levava pra vender. Eu e os meus irmãos ajudávamos ele a vender [...] a minha mãe pra ajudar o meu pai cuidava de uma horta que ela mesmo plantou. As verduras a gente também vendia, não dava muito, mas todo o dinheiro que entrava era importante, porque nós éramos muito (fam. 06)*

*Eu nunca tive medo do trabalho, porque quando ainda era pequeno eu já capinava, ajuda a cuidar dos animais que a minha mãe criava, fazia serviços pros vizinhos, sempre que era preciso eu ia ajudar, então eu fui criado sem preguiça, quando meus pais mandavam eu fazia, não era como aqui não, que a gente manda os meninos fazer as coisas e eles ficam reclamando (fam. 08)*

*No interior não tem essa de criança não trabalhar, a gente precisa ajudar os nosso pais, é muito trabalho e toda a família tem que fazer alguma coisa. (fam. 09)*

Segundo os relatos apresentados acima, pode-se considerar que a divisão das atividades laborais ocorre da seguinte forma:



**Quadro 16: Divisão das atividades laborais por gênero e geração**  
 Fonte: Pesquisa de Campo/2013



**Figura06: Famílias rurais desenvolvendo diversas atividades produtivas**  
**Fonte: SILVA, Elane. 2007**

A divisão das atividades nas unidades familiares, conforme destacado pelos entrevistados, reafirmam a análise empreendida por Chaves *et al* (2004). Segundo as autoras, os papéis sociais de homens e mulheres tanto no espaço público, quanto no privado são diferenciados no meio rural, sendo esta diferenciação determinada pelos padrões culturais. As autoras chamam a atenção para a pouca relevância dada ao trabalho da mulher na unidade de produção familiar, embora participem ativamente na agricultura, atuando juntamente com o homem no plantio e na colheita, a sua participação não é vista como trabalho, mas sim, como “ajuda” ao homem. Ou seja, a mulher apesar de ter uma participação efetiva nas atividades produtivas é colocada numa posição subalterna e de inferioridade em relação ao homem. No mais, aludem que a figura do homem como provedor do grupo familiar é uma característica cultural das famílias ribeirinhas, independente do rendimento econômico-financeiro que a mulher possa vir a obter, o papel de principal agente promotor do sustento doméstico é sempre designado ao homem, devido à divisão social do trabalho estabelecido culturalmente junto a este segmento social, ou seja:

[...] os homens são reconhecidos como os responsáveis pela produção e reprodução familiar, a garantia da subsistência é de total responsabilidade dos homens. Para as mulheres compete o cuidado com as atividades domésticas, dos filhos e do marido (CHAVES, 2004, p.112).

No que concernem, as informações acerca da configuração familiar, a maioria dos entrevistados - 70% (n=7) - relataram serem de famílias do tipo extensas, sendo as demais, 30% (n=3) do tipo nuclear. Na concepção de Fraxe (2004, 2011), a predominância de famílias extensas no interior do Amazonas pode ser explicada pela necessidade de mão de obra para a execução das atividades laborais, assim, as famílias extensas ocorrem mais frequentemente, entre as populações ribeirinhas onde existem as tarefas de cultivo que requerem maior força de trabalho. Em suma, a densidade população dos grupos familiares apresenta-se como uma estratégia de organização no processo produtivo, de modo a suprir a carência de mão de obra

no plano de suas diversas e distintas atividades laborais, possibilitando assim, o aumento da produtividade do grupo doméstico.

Nesse contexto, pode-se inferir que além da relação/simbiose com a natureza, o modo de ocupação dos territórios (normalmente em comunidades localizadas na área de várzea, as margens dos rios e lagos), o conhecimento herdado por seus ancestrais, o uso da força do trabalho doméstico nas diferentes atividades laborais e a forma de sociabilidade entre os membros familiares, são algumas das características que identificam a cultura rural da população amazônida.

A partir do conhecimento das principais características culturais das populações rurais do Amazonas, buscou-se identificar quais os principais fatores que conduziram o processo de migração para a cidade, uma vez que o centro urbano apresenta relações que divergem com a cultura tradicional do meio rural. Obtiveram-se as respostas abaixo relacionadas:

*A vida no meio rural era  **muito sofrida, nós tínhamos dificuldades para tudo, para ir à escola, quando alguém ficava doente, tinha que ir para o município mais próximo atrás de um médico, porque onde eu morava não tinha posto de saúde, e se alguém ficava muito doente, com uma doença mais grave, o jeito era vir para Manaus (fam. 02)***

***Não tinha luz, era com a lamparina [...] eu tinha que acordar bem cedo pra ir para a escola que ficava longe, e eu ia a pé com meus irmãos [...] muitas vezes quando eu ficava doente, com febre ou gripada, minha mãe me tratava com chá, chamava a minha avó e ela rezava, não tinha médico próximo, eu morava no interior mesmo (fam.04)***

***No interior é tudo muito difícil, lá as pessoas não tem muito que comer, fica reduzido ao que você planta e ao peixe, os prefeitos desses municípios não estão nem ai para o bem estar das pessoas, as escolas são pequenas, não tem recursos e falta professor, o posto de saúde, quando tem, o médico vai algumas vezes ao mês (fam. 07)***

***Eu consegui estudar só até o 4º ano do antigo ensino, era só o que tinha, caso eu quisesse continuar tinha que ir para outro lugar, mas acontece que ficava muito longe e meu pai não deixava, então eu e os meus irmãos, só estudamos até esta série enquanto morávamos lá, aqui na cidade foi que nós continuamos os estudos (fam. 08)***

Conforme destacado no item 1.3 deste trabalho, o processo migratório não é uma realidade recente na história do Amazonas. Desde a sua colonização, esta região vem sofrendo progressivos impactos migratórios que tem modificado substancialmente o retrato deste espaço territorial. De acordo com os dados divulgados pelo Censo Demográfico do IBGE (2010), na atualidade, a capital do Amazonas detém 51,78% da população de todo o Estado (ver quadro 04).

Este aumento populacional tem como uma de suas principais consequências a migração intramunicipal, que vem provocando um esvaziamento nos municípios interioranos do Estado. Segundo os dados do IBGE, em 1960, a população rural representava 66,77% da população de todo o Estado do Amazonas, passando para 20,91% em 2010 (ver quadro 05).

Autores que estudam a realidade social da região, como Chaves (2001,2013), Chaves e Lira (2011), Scherer (2004, 2009), Melo e Pinto (2003), Souza (2009) e Fraxe (2004, 2011) assinalam que a transferência da zona rural para o centro urbano do Estado, ocorre principalmente pela precária infraestrutura e pela ausência de políticas públicas na zona interiorana do Estado.

As narrativas acima dos entrevistados possibilitaram constatar esta realidade, pois se destacou a dificuldade ao acesso a serviços básico como saúde, educação e transporte, entre outros. De acordo com Chaves (2013, p.04) as condições de acessibilidade a bens e serviços sociais nas comunidades do interior do Amazonas são marcadas pela precariedade e/ou ausência, numa clara negação de direitos, haja vista, que a cobertura das necessidades sociais em várias comunidades ribeirinhas “são muito restritos em seus atendimentos, deixando diversos grupos sociais tradicionais ao desfrute de práticas politíqueiras que afetam, sobremaneira, suas formas de organização sociocultural”.

Segundo esta autora, historicamente as políticas públicas direcionadas para a região não respondem as reais necessidades dos vários segmentos sociais que ocupam este território, pois “são reguladas por lógicas antagônicas aos interesses e as demandas” destes segmentos. O modo de vida, a forma de produção e de consumo, as particularidades territoriais e espaciais são condicionantes que fogem a lógica/racionalidade de acumulação do capital e, por isto, são visualizados como atraso secular. Nesse contexto, o papel do Estado frente à viabilização e condições de acesso a bens e serviços sociais ocorre de modo precarizado, uma vez que não há interesse real em efetivar políticas públicas em localidades que fogem aos ditames do capital. Entretanto a autora assinala que é possível visualizar a presença do Estado “ordenando o processo de ocupação histórica e patrocinando o confronto entre a lógica do capital e das populações tradicionais”, implicando na ampliação do grau de vulnerabilidade socioeconômico e cultural “ tanto por impor um padrão de exploração dos recursos diferentes dos tradicionais, quanto pela expropriação de seus territórios” (CHAVES, 2013, p.05).

A precarização e/ou ausência de acesso a bens e serviços sociais é uma realidade condensada nos relatos dos entrevistados quando estes expõem: “faltam profissionais”, “dificuldade para ir a escola”, “não tinha posto de saúde”, “a vida no meio rural é muito

sofrida”. Alude Pereira (2009) que a impossibilidade desse acesso humilha, envergonha, estigmatiza e rebaixa o *status* de cidadania de quem precisa do serviço público.

Vale ressaltar que na concepção de Pereira (2009), a dificuldade de acesso a bens e serviços sociais contraria o princípio da universalidade. A referida autora assinala que em época de política neoliberal, o princípio da focalização sobrepõe-se aos ditames da universalidade, sob a alegação de que este “é o enfoque mais eficiente e racional de alocação de recursos escassos”. Estes princípios contrapõem-se não apenas no plano operacional, mas também teórico e ideológico. Por conceber a pobreza como fenômeno absoluto e não relativo, a focalização termina por naturalizar as diversas formas de exclusão social, (re) criadas pela desigual distribuição do capital socialmente produzido, acarretando assim, a restrição do papel do Estado no campo da proteção social, e a adoção de programas e serviços focalizados e facilmente controláveis, que não produzem igualdade de possibilidades a todos que demandam respostas as suas necessidades. Inversamente, estes programas caracterizam-se por serem desvinculados da noção de direito social, ou seja, são programas socialmente injustos, à medida que não combatem a desigualdade social (PEREIRA, 2009, p.122). No mais, a autora afirma que:

[...] todos esses mecanismos não são e nunca foram veículos de inclusão social, pois tem como principal objetivo excluir e manter excluídos o máximo possível de demandantes sociais para aliviar os cofres públicos de despesas em áreas consideradas economicamente improdutivas (PEREIRA, 2009, p.124)

Corroborando com Pereira (2009), Sposati (2011, p.02) expõe que um dos desafios das políticas públicas latino-americanas no século XXI, é “garantir a universalidade de direitos humanos e sociais, tornando-os alcançáveis para os estratos que permanecem vulneráveis em suas condições de vida, trabalho e cidadania”. As políticas públicas sociais devem atender as condições concretas de vida dos cidadãos, que engloba entre outros serviços: acesso à escola, postos de saúde, moradia, energia elétrica, rede de água, rede de esgoto, coleta de lixo, transporte.

Scherer (2004) expõe o retrato da deficiência dos serviços públicos no interior do Estado do Amazonas. Segundo esta autora:

O Estado do Amazonas é composto de 62 municípios e destes [...], poucos contam com serviços médicos/sanitário eficiente em face do descaso governamental com as populações rural. A rede hospitalar, quando existe nos municípios é precária. Contar com a presença de médicos no interior amazônico é algo raro. Em vista disto, vários segmentos das populações rurais: os seringueiros, os ribeirinhos e os índios, são

obrigados a percorrer longas distâncias para serem atendidos nas sedes municipais. Em geral, viajam em pequenos barcos e canoas que demandam horas e às vezes dias (pag.57).

Corroborando com os dados apresentados por Scherer (2004), Chaves e Lira (2011) constataram que em determinadas comunidades ribeirinhas, os programas e serviços de saúde é bastante precário. Além do número reduzido de postos de saúde para atender a população nos municípios, normalmente os postos são gerenciados por agentes de saúde que apesar de terem realizado algum treinamento não possuem além do Ensino Médio Completo, quando a enfermidade exige o diagnóstico de um médico, na maioria das vezes, precisam locomover-se para outras localidades. Considerando que grande parte dos municípios do Estado, o principal meio de locomoção para outras localidades ocorre via fluvial pode-se inferir, que esta se apresenta como uma questão de forte relevância, necessitando urgentemente de uma intervenção por parte do Estado de modo a assegurar melhores condições de vida a esta população.

Ressalta-se, que a saúde está inscrita no campo da seguridade social, juntamente com a previdência e a assistência social. Assegurado pela Constituição Federal de 1988, este direito tem como um de seus principais princípios a universalidade na cobertura e no atendimento a toda a população. Entretanto o acesso a estes direito no meio rural da Amazônia ainda é uma realidade muito restrita.

Diante destes dados, a saída do lugar de origem não é apenas fruto de uma opção ou escolha, mas como um processo de “expulsão do lugar de origem”. Segundo Melo e Pinto (2003), o deslocamento para o centro urbano de Manaus não poder ser analisado apenas do ponto de vista do atrativo que o progresso das grandes cidades gera no imaginário da população rural, pois ao considerar a migração como questão individual, de opção de vida, escamoteia-se a realidade social e econômica concreta que permeia o meio de vida desta população. Além disto, os autores assinalam que o processo de vulnerabilidade dos municípios rurais do Estado tem sua raiz no modo de expansão do capital.

Nesta linha de discussão, Souza (2009) advoga que o sistema de produção capitalista tem, historicamente, concentrado seus investimentos em determinados espaços propiciando o desenvolvimento urbano em consonância com as necessidades de acumulação e circulação do capital.

Essa questão pode ser visualizada na resposta dos entrevistados, quando indagados acerca da escolha pela capital do Estado como local de destino. Segundo estes:

Fatores motivadores para escolha do local de destino	Categorias
<p><i>Em busca de melhoria de vida, cidade grande né. Queria aprender alguma coisa, ter estudo, a vida de ribeirinho é uma vida limitada (fam.01)</i></p> <p><i>Minha tia falou com a minha mãe e pediu pra mim vir morar com ela, porque aqui era mais fácil pra mim estudar e depois conseguir <b>trabalhar nas fábricas do Distrito</b> (fam. 03)</i></p> <p><i>Eu tentei encontrar algum trabalho lá próximo, mas era difícil, então o jeito foi vir pra Manaus, morar com o meu irmão (fam. 06)</i></p> <p><i>Sabe os trabalhos que apareceram era para ajudar na escola mais próxima como servente ou ficar em casa ajudando minha mãe, isso não dava porque <b>eu tinha que ter meu próprio dinheiro</b>, até mesmo para ajudar em casa, nós éramos muitos (fam. 07)</i></p> <p><i>Meus irmãos que vieram primeiro me disseram que a vida aqui era melhor, menos sofrida, e que com mais estudo <b>eu poderia conseguir um emprego</b> (fam. 9)</i></p>	<p><b>Oportunidade de Estudos</b></p> <p><b>Oferta de Trabalho</b></p> <p><b>Independência Financeira</b></p> <p><b>Qualidade de Vida</b></p>

**Quadro 17: Principais fatores motivadores para escolha do local de destino**

**Fonte: Pesquisa de Campo, 2013**

Percebe-se, quando estes dizem “aqui eu teria possibilidades de emprego”, “aqui era mais fácil”, “eu tentei encontrar algum trabalho lá próximo”, “a vida aqui é melhor”, que esta idealização é condicionada por uma crítica a realidade social do seu lugar de origem, e a necessidade de buscar a realização do seu projeto de vida em outro espaço.

O projeto de vida é direcionado tanto pela inserção no mercado de trabalho, quanto pela possibilidade de ampliar os estudos na capital. De acordo com Chaves (2013), embora a necessidade de inserção no mercado de trabalho seja uma necessidade concreta na vida dos migrantes rurais, os estudos apresentam-se, na grande maioria das vezes, como sua principal prioridade uma vez que a maioria das escolas nas comunidades só disponibiliza o ensino fundamental, obrigando-os a buscarem a continuidade do seu aprendizado em outras localidades.

Silva (2007) expõem alguns entraves identificados em suas pesquisas junto a comunidades rurais em relação à educação escolar. São estes: dificuldades de deslocamento dos comunitários que residem no entorno das comunidades ribeirinhas, principalmente, das crianças no período da vazante; precariedade da infraestrutura escolar, como a escassez de material didático, equipamentos, número reduzido de profissionais qualificados disponíveis para o meio rural; incompatibilidade do horário escolar com o regime de trabalho do produtor rural, considerando que todos os membros participam do processo produtivo; utilização de

materiais didáticos com temas desvinculados da realidade local pela reprodução de conhecimentos descontextualizados, isolados e desarticulados da realidade social, econômica e cultural das comunidades ribeirinhas da região; ocorrência de sucessivas chuvas torrenciais na região que impossibilita os comunitários que moram no entorno das comunidades ribeirinhas se deslocarem para a escola mais próxima, uma vez que os meios de transportes mais utilizados pelos mesmos são canoas, rabetas e barcos pequenos.

Frente a estas dificuldades muitas famílias veem-se obrigadas a enviarem seus filhos para a cidade, de modo a possibilitar a continuidade de sua educação escolar. São entraves que permeiam a vida de várias comunidades rurais no Estado do Amazonas.

Estes entraves podem explicar a pouca idade dos migrantes rurais no período de sua inserção na cidade. Constatou-se, no decorrer da pesquisa, que a grande maioria dos entrevistados, 80% (n=8), no período do deslocamento para a capital, possuía entre 15 e 22 anos. Embora com pouca idade e baixa escolaridade, na maioria das vezes, estes jovens já começam a realizar alguma atividade logo após a sua chegada à cidade. Normalmente, estas atividades são decorrentes do auxílio de uma rede de apoio com os quais estes podem contar. Esta rede pode envolver além de familiares, parentes, amigos e conhecidos que residem na cidade (FRAXE, 2011). Esta questão foi constatada na narrativa dos entrevistados:

***Inicialmente fui trabalhar na casa de uma família como empregada, onde minha tia tinha trabalhado.** Limpava, passava, cozinhava e ainda tomava conta de duas crianças e estudava a noite. Depois de 3 anos fui trabalhar numa fábrica de juta. O salário não era muito bom, e eu trabalhava de segunda a sábado (fam. 1)*

*Quando eu cheguei a Manaus, **fui ajudar minha prima** que tinha uma banca de café da manhã, eu ia ajudar todo o dia de manhã e estudava à tarde (fam. 02)*

***Fui trabalhar com o irmão do vizinho da minha tia** no centro da cidade. Ele tinha uma lanchonete, ali próximo do mercado municipal e fiquei lá por um ano e meio. Depois, fui trabalhar como vendedor em uma loja na Marechal Deodoro, só então eu tive a carteira assinada (fam. 3)*

*Como eu era menor de idade, não dava pra procurar emprego no Distrito, então eu fui trabalhar numa drogaria perto de casa e ficava lá 8 horas por dia, o que eu ganhava era muito pouco, mas não tinha outra coisa [...] eu só consegui este trabalho porque uma **amiga da minha tia trabalhava lá e falou com o dono** (fam. 4)*

*Eu comecei a estudar á noite e **ajudar meu irmão** que trabalhava como pedreiro aprendi muito com ele naquele tempo. Dois anos depois, eu consegui um emprego, era difícil sabe, porque eu não tinha estudo (fam. 08)*

Identifica-se através destes relatos a dificuldade de acesso ao mercado de trabalho formal, obrigando-os a se inserirem no mercado precário e informal, quase sempre, opção

predominante. Fraxe (2004, 2011) explica que o homem interiorano quando chega a cidade não tem receio ou medo de trabalhar, haja vista que desde cedo aprendeu a laborar, entretanto as relações sociais estabelecidas no mundo do trabalho contrastam com a realidade vivida no meio rural. Na cidade, o trabalho é condicionado pelas leis do mercado, enquanto no meio rural é determinado pelas leis da natureza. O ambiente de trabalho, normalmente apresenta-se em espaços fechado, longe do ambiente natural, ou seja, dos rios e da mata. O tempo na cidade é condicionado pelo relógio, que indica o horário para iniciar e finalizar seu trabalho. Os novos parceiros de trabalho lhe são estranhos, em vez de familiares e membros da comunidade, encontra pessoas completamente desconhecidas. As máquinas e os equipamentos de trabalho, também lhe causam estranhamento, haja vista que em nada se comparam as redes de pesca, ao fação, ao machado, entre outros. Além disto, este passa a ter um salário no fim do mês, que vai ter que aprender a gerenciar, de modo a lhe assegurar sua subsistência até o próximo recebimento.

Durhan (1978) expõe que, mesmo com idade para inserção no mercado de trabalho formal, a baixa escolaridade e a falta de qualificação dos trabalhadores de origem rural, somado as exigências gerais do mercado de trabalho, tornam o desemprego e o trabalho informal uma realidade bastante frequente em suas vidas. Nesse contexto, pode ocorrer certa insatisfação por parte dos migrantes pelas dificuldades encontradas para viabilizarem seus projetos.

Valle (2004) assinalar que, na década de 90, com os impactos da reestruturação produtiva cresceu a demanda por um profissional tecnicamente competente, flexível, multifuncional e dotado de atributos ligados a sua subjetividade. Cooperação, iniciativa, envolvimento, responsabilidade e capacidade de decisão apareceram como requisitos fundamentais para inserção no mundo do trabalho. Assim, as condições para ingresso e permanência no emprego tornam-se cada vez mais seletivas. No mais, Chaves (2001) expõe que alguns hábitos da população rural são considerados negativos para inserção do homem rural no mercado de trabalho, dificultando sobremaneira a absorção destes no espaço fabril.

Além disto, as inovações tecnológicas tomaram o espaço de um grande número de trabalhadores dentro das fábricas. De acordo com os números divulgados pela Superintendência da Zona Franca de Manaus, entre 1990 e 1993, ocorreu uma redução de mais de 50% no número de funcionários nas principais empresas do Polo Industrial de Manaus. Ressalta-se que em 1990, este Polo, contava com 76.798 empregos, em 1991 com 58.875, em 1992 com 40.361 e em 1993 com apenas 37.734 (SUFRAMA, 2008). As

consequências desta redução podem segundo Scherer (2009), ser visualizadas no grande número de trabalhadores informais que se encontram em vários espaços da cidade. São camelôs, flanelinhas, vendedores ambulantes, entre outros, que procuram através do trabalho informal, sem vínculo empregatício e, conseqüentemente, sem direitos trabalhistas, assegurarem sua subsistência material. Assim, entende-se que as habilidades e os conhecimentos adquiridos no meio rural, são descartados na cidade deixando os migrantes com poucas alternativas no mercado de trabalho (CHAVES, *et al*, 2004).

De acordo com os relatos, a vinda para Manaus é, quase sempre, uma decisão familiar, além de ser motivada pela presença de familiares e amigos no local de destino. Apesar de, em alguns casos, ocorrer à migração de toda a família, percebeu-se durante a pesquisa que se trata de uma exceção. Na maioria das vezes ocorre a vinda de um dos familiares, normalmente o filho(a) mais velho, que posteriormente recebe outros membros da família. Dos dez membros entrevistados, apenas 02 vieram com toda a família para a cidade, e os demais vieram sozinhos, sob a influência de irmãos ou parentes com os quais passaram a residir.

Vale assinalar, que também pode ocorrer a quebra de vínculos com os demais membros familiares que ficaram no meio rural. Segundo os estudos realizados por Chaves *et al* (2004) junto a populações ribeirinhas em Maués/AM, a mudança pode provocar um afastamento definitivo da família de origem, ou seja uma quebra de vínculos/laços familiares, haja vista, que a migração produz a reorganização de suas vidas a partir de outros referenciais e valores no meio urbano. Assim, relações/vínculos familiares desenvolvidas no processo histórico-cultural podem ser diluídas no processo migratório.

As diferenciações entre o urbano/rural foram destacadas pelos entrevistados quando indagados acerca das principais dificuldades enfrentadas em sua inserção na cidade. Os entrevistados assim responderam:

Fatores de estranhamento no centro urbano	Categorias
<p><i>Quando você vem para a cidade grande você tem um impacto muito grande por várias coisas, <b>eu não conseguia me sentir segura</b>, todo mundo falava pra mim ter cuidado com assalto, e eu já fui roubada três vezes, no interior isso não tem não, lá era muito calma, a minha tia ainda hoje dorme lá com a janela aberta (fam. 01)</i></p> <p><i>Aqui é tudo muito diferente as pessoas não falam uma com as outras, <b>todo mundo tem medo, não tem solidariedade, não tem confiança</b>. No interior, eu chego lá e uma pessoa que eu nunca vi me recebe tão bem, as pessoas são mais alegres, nos tratam melhor, não tem essa de trancar a porta, estão sempre com as portas abertas, não tem maldade como as pessoas aqui no centro (fam. 2)</i></p> <p><i>No interior, todo mundo conhece todo mundo, as pessoas se ajudam, minha mãe ajudava a vizinha e sempre que ela precisava a vizinha ajudava a gente, aqui é cada um na sua casa, <b>as pessoas são muito isoladas</b> (fam. 04)</i></p> <p><i>Eu senti dificuldade principalmente com o transporte, <b>aqui é tudo muito longe</b>, e a gente tem que pegar ônibus pra ir em todo lugar, espera muito, lá eu tinha o hábito de ir para os lugares de canoa com o meu pai, não precisava ficar horas esperando, não tinha toda essa dificuldade que a gente tem aqui, além disto <b>eu sinto muita saudade da comida de lá</b>, meu pai e meu irmão pescavam e o peixe era sempre fresco, aqui tudo é de viveiro, tem gosto diferente e é tudo muito caro, a vida na cidade grande não é fácil (fam. 06)</i></p> <p><i>Aqui tudo é muito corrido, a gente <b>não tem tempo pra nada</b>, no interior apesar da vida ser trabalhosa, mas sobra tempo pra gente descansar, estar com a família, conversar com os vizinhos, aqui não, quando eu chego do trabalho estou muito cansado, e só tenho tempo pra família nos fins de semana, eu sinto falta também do contato com a terra, com água, com a plantação aqui não tem isso, lá a gente plantava muita verdura, aqui a gente tem que comprar tudo (fam. 09)</i></p>	<p><b>Falta de Segurança</b></p> <p><b>Individualismo</b></p> <p><b>Dificuldade de adaptação</b></p> <p><b>Temporalidade</b></p>

**Quadro 18: Principais dificuldades dos migrantes nos centros urbanos**

**Fonte: Pesquisa de Campo, 2013**

Fraxe (2004, 2011) explica que o caboclo da Amazônia tem seu tempo condicionado pelas leis da natureza, pelos mitos e tradições que o homem ribeirinho aprendeu a conhecer e a respeitar, e que foge aos ditames do capital em tempos de globalização, que busca unir e controlar todos os espaços a partir de um mesmo ordenamento. No meio rural, tanto as práticas agrícolas, quanto as atividades de coleta/extrativismo vegetal ou animal são realizadas no tempo/ciclo ditado pela natureza. Quando chega à cidade, este caboclo, precisa para sobreviver, aprender a conviver com o tempo condicionado pela racionalidade do mercado que regula a vida do homem urbano. Assim, o urbano e o rural apresentam uma temporalidade diferenciada.

Outra questão apresentada nos relatos, refere a diferença das relações estabelecidas entre as pessoas no campo e na cidade. Segundo Chaves (2001), Torres (2005) e Fraxe (2004, 2011), a cultura do povo rural apresenta relações permeadas de trocas simbólicas, estas trocas

referem-se às ações de solidariedade entre membros de uma comunidade, que se auxiliam em determinados momentos como durante a colheita, a plantação, a limpeza de um terreno, entre outras atividades.

Este sistema de cooperação entre grupos familiares contrastam fortemente com as relações estabelecidas nos centros urbanos, em especial, pela dinâmica imposta pelo mercado de trabalho. Esta dinâmica impõe o reconhecimento pelos atos individuais acima das ações coletivas. O sujeito social destaca-se pelo seu desempenho individual sendo continuamente induzido a uma capacitação continuada, de modo a permanecer sempre apto a concorrência que enfrenta no mundo do trabalho. Nesse contexto, Pereira (2009) ressalta que uma promoção conquistada, em um determinado momento, torna-se um motivo de grande satisfação, à medida que uma pessoa passa a ser avaliada socialmente a partir de sua posição e suas conquistas no mundo do trabalho.

A dinâmica descrita, muitas vezes desconhecida pelo homem rural, provoca um estranhamento, em relação às atitudes e modo de ser do homem da cidade, levando-o a acusar o sujeito da cidade, de ser um indivíduo “sem solidariedade”, “fechado”, “calado”. No mais, conforme os entrevistados mesmo destacaram, o tempo da cidade é um tempo diferenciado do meio rural, essa diferenciação, pode dificultar a socialização e a criação de novos laços, tão recorrentes no meio rural.

Na cidade, os laços afetivos são criados com os membros familiares e com as pessoas que participam do mesmo espaço de trabalho, já no meio rural os laços estendem-se a toda a comunidade, na qual todos se conhecem e partilham do mesmo modo de vida. Estes laços fazem parte do seu sistema sociocultural e são fatores preponderantes para a subsistência do grupo familiar e da comunidade.

Ressalta-se que a migração produz drásticas mudanças no modo de vida. O cotidiano não é mais o mesmo, o seu tempo não é mais regulado pelas leis da natureza, seu alimento agora é proveniente de trocas monetárias, o seu contato com o meio ambiente, ficou restrito as poucas viagens que realiza ao local de origem para rever os familiares que lá ainda residem. Entretanto, suas narrativas demonstram que o cotidiano ainda apresenta hábitos e costumes que foram adquiridos no seu lugar de origem e que foram por estes assimilados no seu processo sócio histórico, indicando sua continuidade, embora de forma fragmentada. Esta fragmentação está vinculada, em especial, ao afastamento das condições concreto-materiais que lhe possibilitavam, em seu cotidiano, desenvolver determinadas atividades, hábitos e

costumes, assim como crenças e simbologias. Ou seja, a migração produz mudanças econômicas, sociais e culturais.

Nesse contexto, o homem que vive no meio rural da Amazônia, possui características e particularidades que os distinguem e diferenciam do homem urbano. Essa diferenciação pode ser constatada nos relatos dos entrevistados quanto eles discorrem tanto acerca do seu modo de vida no meio rural, quanto em relação às formas de sociabilidade familiar. A saber:

*No interior tudo é muito diferente, não é como a educação daqui. Se eu quisesse apanhar era só responder alguma coisa para o meu pai. Não podia, tinha que respeitar, aqui tudo é muito diferente, os filhos podem falar o que querem pros pais (fam. 1)*

*Se a minha mãe mandasse qualquer um de nós fazer algo, a gente ia rapidinho, não tinha essa de ficar reclamando e nem de chorar. A gente respeitava (fam.2)*

*Quando o meu pai, estava falando com alguém a gente não podia falar, porque senão ele reclamava e quando chegava em casa ficava de castigo (fam. 04)*

*No interior é melhor pra educar, o pai tem mais tempo, os vizinhos ajudam. Aqui não, os filhos crescem sem o auxílio do pai, porque tem que trabalhar o dia inteiro, e aqui não se tem a ajuda do vizinho (fam. 05)*

*Eu penso assim. No interior a gente é educado na prática, na cidade grande a gente é educado apenas na teoria. A educação na prática se aprende a respeitar os mais velhos, a respeitar pais e mãe, quando os pais estão conversando a gente não se intrometia na conversa, já na cidade a educação é só na teoria, aqui não se tem educação, tem estudo é completamente diferente, ela aprende na escola. Eu não acho que as pessoas tem educação, elas tem estudo (fam. 08)*

*O meu pai me ensinou que na hora da comida, tínhamos que comer tudo e sem reclamar, ao contrário tínhamos sempre que agradecer a Deus pelo o que tinha no prato. Quando dizíamos, não pai, não quero não, ficamos sem comer até o outro dia, para aprendermos a dar valor ao que tínhamos para comer. Aqui, os filhos querem escolher o comer, que horas dormir, parece que são eles que mandam, isso é muito errado (fam. 10)*

As considerações apresentadas acima revelam que os entrevistados ao descreverem acerca das particularidades que permeiam as relações entre pais e filhos no meio rural fazem uma crítica severa a forma como os pais educam seus filhos no espaço urbano. Embora, seus relatos indiquem que a educação por eles recebida tenha sido permeada por certa rigidez, de modo a garantir o controle dos pais sobre os filhos, essa rigidez é por estes visualizada como um aspecto positivo, à medida que a “*educação na prática*” (fam. 08), confere respeito à relação.

O familiar nº 04 enfatiza essa crítica ao relatar acerca da dificuldade que tem para criar seu filho na cidade grande.

*Veja, o meu filho só tem 12 anos, e quer fazer o que ele bem entende. Se eu mando ele fazer alguma coisa, eu preciso falar várias vezes. O problema é que aqui tem os coleguinhas, a televisão, tudo isso influência na vida das crianças, eles acham que podem fazer tudo, e ainda querem exigir da gente coisas. Meu filho já queria um celular, eu disse que não e ele ficou brabo comigo, disse que todos os amiguinhos dele tinham. Imagina se no meu tempo era assim, quando meu pai dizia não, era não, e eu não podia reclamar. **Aqui na cidade tudo é muito diferente, é muito difícil criar aqui (fam. 04)***

Na perspectiva desta familiar, educar os filhos com os valores que recebeu no meio rural é um desafio que perpassa a realidade da vida dos migrante na cidade. Estes valores, embora não contrastem com os valores repassados na cidade grande, exigem novos meios, métodos e estratégias, de modo a assegurar o “respeito” entre pais e filhos. Nesse sentido, “*é muito difícil criar (educar) aqui (no meio urbano)*” (fam. 04).

No mais, uma das entrevistadas ressaltou acerca do pouco tempo que pode disponibilizar para ficar com seu filho durante o dia, em razão do trabalho que exerce em uma fábrica do Distrito Industrial. Segundo esta entrevistada, o “pouco tempo”, não permite que ela eduque os filhos do modo “como deveria ser”, ou seja:

*A minha mãe educou nós sete, sabe, teve a ajuda da minha avó mais era ela quem cuidava da gente, e com as mães da vizinhança também era assim, a mulher ficava em casa cuidando dos filhos e ajudando o marido. Aqui na cidade, a gente precisa trabalhar para sobreviver e tem pouco tempo pra ficar com os filhos. Eu tenho 02, e quem me ajuda a tomar conta é minha tia, ela fica com os meninos de dia, quando eles não estão na escola. Acontece que quando eu chego do trabalho, já é tarde e eu ainda tenho que fazer comida pro dia seguinte e ajeitar as roupas que eles vão usar no outro dia, arrumar a casa. Fica pouco tempo pra cuidar deles, só no final de semana que a gente fica mais tempo junto, mas mesmo assim eu acho pouco, as vezes eu fico sabendo o que eles aprontaram pelos outros, **não é do jeito que deveria ser (fam. 05)***

Autores como Bruschini (2000) e Vitale (2001), que estudam e analisam as relações e mudanças familiares na atualidade, destacam a sobrecarga de tarefas/funções que permeiam o cotidiano de muitas mulheres na contemporaneidade. As referidas autoras explicam que a dificuldade em associar trabalho doméstico, mercado de trabalho e educação dos filhos, em muitos casos, provoca um “sentimento de insatisfação” por não conseguir oferecer aos filhos o tempo e a dedicação que consideram necessário.

No meio rural, a mulher, apesar de não exercer atividades laborais fora do ambiente doméstico, trabalha várias horas por dia. Suas atividades que são exercidas tanto dentro de casa, quanto fora, auxiliando o marido na plantação, no roçado, na produção da farinha, na colheita - entre outras atividades consideradas como “ajuda” - exige-lhes várias horas do dia e são muitas vezes trabalhos “mais pesados” se comparado a várias atividades desenvolvidas pelas mulheres nas grandes fábricas. O diferencial ocorre por serem, na grande maioria das vezes, atividades realizadas em conjunto envolvendo todos os integrantes da família propiciando maior tempo de contato destas com seus filhos. No mais, conforme já explicitado, o aprendizado das práticas produtivas são realizadas através da transmissão do conhecimento entre as gerações, sendo este um papel crucial dos pais e avós para com as novas gerações, embora a escola tenha um papel importante na educação das crianças e dos jovens. Diferentemente do aprendizado na cidade, os “ofícios” (pesca, extração, agricultura, entre outras) são apreendidos no meio familiar. Nesse contexto, no espaço rural, o trabalho desenvolvido pela mulher entrelaça-se com a educação dos filhos, pois, ocorrem ao mesmo tempo e no mesmo espaço. Tal forma de aprendizado e de relações envolve tradições e valores culturais próprios do modo de vida dessas populações.

Os relatos também indicaram que as práticas de solidariedade no meio rural, ou seja, de ajuda mútua, estendem-se para o auxílio no cuidado com as crianças, pois, “*no interior, os vizinhos ajudam*” (fam. 05). Essa ajuda pode ocorrer envolvendo situações de viagem, doença, ou necessidade dos pais de realizarem alguma atividade fora de casa, necessitando assim do auxílio de uma pessoa de fora da rede familiar. Nesses casos, vizinhos e compadres, podem ser acionados.

O relato de um dos familiares entrevistados, expressa a insatisfação com a “falta de sensibilidade” das pessoas da cidade em relação ao auxílio para com os vizinhos e mesmo os parentes, algo tão recorrente no meio rural. Segundo esta entrevistada:

*“[...] fica mais difícil porque as pessoas aqui não se ajudam. Aqui todo mundo é muito insensível, sabe, as pessoas não se incomodam com os outros. Os vizinhos não estão nem aí para ajudar o outro. Os parentes quase não se falam. É cada um por si. No interior não, a gente pode contar com todo mundo, todo mundo se fala, se ajuda (fam. 01)*

Além disto, este familiar relatou os riscos que são recorrentes na cidade grande, e que são quase inexistentes no meio rural.

*Aqui, nós país, não ficamos seguros. Nossos filhos saem e a gente fica com medo deles serem maltratados, roubados. A gente nunca sabe. Tem muita violência. Quando o meu filho sai eu não consigo dormir, fico acordada até a hora em que ele chega [...] Lá, onde eu morava, eu e meus irmãos saímos pouco, porque não tinha muito pra onde ir. Mas quando aparecia uma festa de santo, ou festa junina, ou o aniversário de alguém a gente sempre ia e nossos pais quando não iam com a gente, não ficavam preocupados, todo mundo se conhecia e a gente sabia que era seguro (fam. 01)*

Silva (2003) assinala que, geralmente, os migrantes quando chegam à cidade, passam a residir nos locais mais insalubres da cidade, em especial, por suas precárias condições econômicas. Nestes espaços, os sujeitos passam a enfrentar questões de ordem ambiental e social, em vista de serem locais que apresentam graves problemas de saneamento básico (água, esgoto, limpeza pública, entre outros), assim como problemas sociais (drogas, criminalidade, prostituição, entre outros). Ou seja, o migrante fica relegado a uma situação de vulnerabilidade social e ambiental.

Todas estas questões expressas acima repercutem de forma bastante negativa nas relações familiares. Embora, determinadas expressões da questão social não seja apenas recorrente no meio urbano – como criminalidade, prostituição, assaltos, entre outros - é neste espaço que o migrante rural irá se confrontar, de forma mais efetiva em seu cotidiano, podendo inclusive, permear as relações familiares e produzir vários conflitos entre seus membros.

Vale ressaltar que os membros familiares entrevistados, na atualidade compõem configurações familiares diferentes das formadas por seus pais no meio rural. Conforme salientado no início deste item, os entrevistados relataram serem de famílias tipo extensa e nuclear – tipos de famílias preponderantes no meio rural -, entretanto, constatou-se que grande parte dos entrevistados compõe famílias do tipo reconstituídas (06), ou seja, já formaram um novo arranjo familiar. Quanto aos demais, 03 convivem com os filhos (família monoparental) e 01 reside atualmente sozinho. Destaca-se que as entrevistas foram realizadas com pessoas que estão em processo de litígio, logo, modificando seu estado civil, apesar da grande maioria (06) já estarem separados há alguns anos, o que explica o fato da grande maioria já ter constituído novo arranjo familiar.

Identificou-se na narrativa dos entrevistados “certa saudade” do seu modo de vida no meio rural. Entretanto, estes mesmos entrevistados colocam que dificilmente retornariam a residir no meio rural, pois já estão habituados com o estilo de vida da cidade grande, assim:

*Eu sinto falta de muita coisa do interior, da calma, da tranquilidade que temos lá, da comida, as pessoas lá são mais amigas, conversam mais, no fim da tarde todo mundo se reúne pra conversar, mais aqui a gente tem mais conforto, coisa que não tem lá (fam. 1)*

*Quando a gente passa muito tempo longe, eu acho que é difícil voltar a se acostumar de novo. Eu sempre vou lá, ainda tenho parentes mais não dá pra fica, tem a minha família aqui e tem o meu trabalho que lá é muito difícil de conseguir. [...] lá eu posso tomar banho de rio, comer peixe pescado na hora, fresquinho né. Não é tão quente como aqui por causa da mata, mas tem muita coisa que eu gosto aqui que não tem lá (fam. 05)*

*Foi difícil quando cheguei aqui, não tinha nada, tive que construir tudo o que eu tenho. Apesar de ter saudade de muitas coisas, não dá pra voltar e deixar tudo, as coisas lá ainda são muito difíceis, tem pouco desenvolvimento. Além do mais, tem meus filhos, eles não conseguiriam morar l, estão acostumados a cidade (fam. 08)*

Nesse sentido, compreende-se que o modo de vida rural/urbano entrelaça-se no cotidiano dos migrantes rurais, que apesar de expressarem um sentimento de saudade em relação a sua cidade de origem já adquiriram raízes com a cidade. Os relatos indicam que estes laços têm forte ligação com aspectos materiais da vida concreta, ou seja, o conforto que pode ser traduzido pela possibilidade da compra da casa própria, de eletrodomésticos, assim como, dos bens e serviços sociais que dificilmente seria possível residindo e trabalhando no meio rural. É a realização do projeto de consumo que, entre outros motivos, impulsionaram a vinda para a cidade. Segundo Melo e Pinto (2003), no imaginário do migrante rural a cidade apresenta-se com o lugar que *tem tudo* em contraponto ao meio rural que *não tem nada*.

Entretanto, na luta cotidiana empreendida no intuito de consumir bens e produtos materiais, encontram-se vários e fortes entraves na cidade. Na maioria das vezes, o desejo de mobilidade social não passa de uma mobilidade espacial, haja vista, que, geralmente, passa a fazer parte de uma classe de trabalhadores com baixa remuneração e sem acesso a bens e serviços sociais de qualidade. Conforme destacado por Scherer (2009), a capital do Amazonas, embora venha apresentando um crescimento econômico substancial nas últimas décadas, ainda permanece com graves problemas sociais à medida que sua população defronta-se diariamente com problemas na área da saúde, educação, transportes, habitação, entre vários outros. Nesse contexto, determinados problemas recorrentes no meio rural ainda persiste na realidade cotidiana concreta dos migrantes na cidade.

Frente ao contexto trabalhado neste item, é possível afirmar que o processo migratório impõe novas condições objetiva/concretas de vida, assim como reformulações de aspectos

identitários culturais, visto que o meio urbano apresenta uma partilha, de valores, hábitos e costumes próprios e diferenciados do meio rural.

Identificou-se no decorrer da pesquisa que embora o migrante tenha assimilado valores e costumes de uma nova cultura, este cultua laços que o prendem ainda a cultura de origem rural. Nesse sentido, Durhan (1978, p.115) explica que a migração rural/urbana supõe uma ambiguidade, à medida que produz o desejo de ser ao mesmo tempo “diferentes e iguais aos da cidade e aos da localidade de origem”.

Desta forma, entende-se que a migração coloca em curso a produção de uma nova identidade sociocultural, haja vista que antigos valores irão se confrontar e entrelaçar com novas referências delineadas pela cultura do meio urbano/industrial.

Face deste contexto buscou-se identificar junto aos profissionais que atuam no setor psicossocial do Núcleo de Conciliação das Varas de Família, se estes conseguem perceber/apreender as especificidades socioculturais que permeiam as relações e o modo de vida dos migrantes rurais na cidade, considerando que a cultura determina valores, hábitos, costumes, crenças e até mesmo posturas corporais (LARAIA, 1986). Assim, o estudo social realizado junto às famílias em processo de litígio não pode desconsiderar o contexto cultural, de modo a não produzir uma leitura fragmentada do real.

Finalizando o presente item, o quadro abaixo demonstra as principais características apresentadas pelos familiares acerca da família rural:

#### Família Rural

*Configurações familiares – nuclear e extensa;*  
*Famílias com um grande número de filhos;*  
*Divisão sexual do trabalho regulado por questões culturais;*  
*Relações Inter geracionais mais rígidas;*  
*Família – unidade produtiva;*  
*Rede de apoio ampliada;*  
*Formação para o trabalho – espaço familiar;*

#### 4.2. Particularidades socioculturais das famílias de origem rural: visão dos profissionais

Conforme apresentado no item anterior, as populações rurais amazônidas são herdeiras de um legado cultural único e singular. Este legado, embora não intacto no processo histórico, delineia até a atualidade um modo de vida e relações diferente e divergente do estilo de vida das cidades urbano/industrial. Portanto, a identidade sociocultural do homem rural sofre vários impactos, à medida que este homem vê-se obrigado - em busca de melhores condições

de vida - a migrar para os centros urbanos. Estes impactos são visualizados no modo de vida, nos valores, nos costumes, nos hábitos e nas relações cotidianas, entre outros.

Nesse sentido, o presente item objetiva analisar a percepção dos profissionais acerca das especificidades culturais das famílias rurais, considerando que os impactos, embora produzam mudanças significativas, não destroem vários elementos culturais do homem rural.

Inicialmente, buscou-se identificar a percepção dos profissionais acerca das mudanças que vem ocorrendo na família na contemporaneidade. De acordo com o aporte teórico analisado no Capítulo I, a família é uma instituição sócio histórica que se encontra sempre em mudanças. Na atualidade, vários são as configurações e as estruturas desta instituição, independentemente do local, embora em determinados espaços alguns modelos sejam mais preponderantes que outros. Identificou-se no decorrer da pesquisa de campo que os profissionais do Núcleo de Conciliação apreendem estas mudanças, pois, segundo os relatos:

*Eu vejo a família como uma instituição que muda sempre. Ela não tem mais um modelo apenas. Tem famílias que tem dois pais, duas mães. Tem famílias recompostas. Ela está sempre em transformação (prof. 1)*

*Como trabalhamos com processos de família em litígio, esses casais estão em mudanças, normalmente, o homem já está refazendo suas relações, já tem outra família, e a mulher está tentando recomeçar sua vida, muitas vezes com a ajuda de familiares, principalmente quando é de família muito pobre. Ou seja, são famílias nucleares, que depois se tornam monoparentais ou recompostas (prof. 2)*

*Eu acho que a família hoje ela é múltipla. Aquele modelo de família nuclear está cada vez mais raro. As novas configurações familiares estão surgindo e exigindo novos olhares (prof. 3)*

O sociólogo Anthony Giddens (2012) alude que na contemporaneidade existe uma diversidade de configurações familiares em diferentes sociedades ao redor do mundo. Em determinados espaços é possível visualizar novas configurações familiares convivendo com antigas estruturas, entretanto as principais mudanças estão ocorrendo nos países industrializados do Ocidente e tem atingido todas as classes sociais, embora de modo diferenciado. As origens dessas mudanças são complexas, mas alguns fatores podem ser identificados. Como exemplo, o autor destaca: aumento do divórcio; inserção gradativa da mulher no mercado de trabalho; disseminação da pílula anticoncepcional, entre outros.

Prosseguindo, Giddens (2012) explica que o modelo tradicional de família caracterizado pelo núcleo pai, mãe e filhos, durante muito tempo tratado pela literatura especializada como referência universal e hegemônica, contribuiu para uma concepção de

naturalização da família. Tal concepção, somada a outros fatores como baixa taxa de fecundidade, ampliação do divórcio e declínio do casamento acarretou considerar os modelos que fugiam a este padrão de estrutura familiar como desviantes, desestruturados e/ou incompletos. Somente a partir da década de 70, começaram a surgir estudos com novas interpretações que buscavam desvelar, a partir de uma nova visão teórica, as mudanças que estavam ocorrendo no âmbito da família.

A socióloga Cristina Bruschini (2000) é uma das pesquisadoras brasileiras que se aventura na pesquisa desta temática. Segundo esta autora, até a década de 60, os estudos acerca da família tinham uma visão funcionalista que defendia a família nuclear como modelo apropriado para assegurar o bem-estar social, psicológico e emocional dos indivíduos, sendo os demais modelos familiares considerados inapropriados. No mais, estes estudos adotavam uma visão à-histórica da família, desconsiderando seu movimento, suas mudanças no tempo e no espaço. Entretanto, os estudos marxistas, trouxeram na década de 70, uma nova visão que possibilitou traçar um caminho diferenciado para os estudos desenvolvidos até então. Estes estudos desvelaram as contradições e os conflitos que emergem no espaço familiar, na luta pela reprodução das necessidades materiais e sociais. Buscou-se, a partir de então, conhecer a organização e as estratégias que a família (re) cria para garantir sua sobrevivência.

Bruschini (2000) assevera que os movimentos feministas trouxeram novos elementos para o debate. Contrariamente, estes movimentos enfatizavam a presença de relações de poder desigual entre os membros familiares, que se apresentavam na maneira como eram alocadas as tarefas domésticas e econômicas no conjunto das famílias, colocando em discussão a visão da família como uma unidade cooperativa baseada em interesses comuns e apoio mútuo, tão propagado até então. Estas discussões chamaram a atenção no espaço público para questões como violência doméstica, abuso sexual, violência contra crianças, entre outros abusos e crimes que ocorrem dentro da família e que eram ignorados tanto pela sociedade, quanto pelo poder público.

Desde então, as análises acerca desta temática vem enfatizando a diversidade de modelos, valores e práticas, defendendo, sobretudo, a ideia de que a família não pode ser analisada a partir de um modelo único e universal, visto que compreendê-la como uma estrutura fixa acaba propiciando leituras equivocadas a respeito do universo familiar.

Os estudos da historiadora Eni Samara (1981), acerca do casamento no Brasil na época colonial, revelam que desde então, coexiste no país vários tipos de configurações familiares. A autora identificou um grande número de famílias, tanto do tipo monoparentais, como do tipo

nuclear, coexistindo junto às famílias patriarcais, que embora fosse o modelo apregoado como preponderante no país não ultrapassava 26% dos domicílios da época (ver item 1.1).

Na atualidade, os estudos apresentados pelos Indicadores Sociais do IBGE/2010, indicam que embora o modelo de família nuclear ainda seja preponderante no Brasil, seu percentual vem diminuindo e abrindo espaço para modelos de família do tipo monoparental (principalmente mãe e filhos), casal sem filhos, e famílias homo afetivas, entre outros (ver item 1.2).

Ressalta-se que até a Constituição Federal de 1988, só era considerado família as uniões no civil entre pessoas do mesmo sexo. Esta Constituição inovou quando, de forma exemplificativa, admitiu legalmente a existência de outras formas de família, notadamente a união estável e o núcleo formado por qualquer um dos pais e seus descendentes. Assim, trouxe a seara institucional outros arranjos de convivência entre pessoas fora aquele oriundo do casamento. Entretanto, várias outras questões ainda precisam ser analisadas no campo legal, de modo a não excluir no aparato legal diferentes arranjos familiares.

Por tratar-se de uma área que visa conhecer, atenuar e dirimir os conflitos existentes no âmbito familiar, os profissionais que atuam nas ações envolvendo famílias em litígio, deparam-se, cotidianamente, com a reformulação nos arranjos familiares, uma vez que estas se encontram, em processo de separação conjugal. Entretanto, o estudo social dos processos possibilita ao profissional ir além, ou seja, deter um arsenal de conhecimentos acerca do modo de vida, das relações internas e externas, dos impactos econômicos e societários, sua organização/estratégias para obter os bens necessários para subsistência, entre outros.

Fávero (2006) afirma que o campo jurídico é um espaço privilegiado para que os profissionais da área social apreendam os impactos das mudanças societárias no âmbito da família. Ou seja, como afetam as relações, o convívio, assim como, as estratégias que estão sendo desenvolvidas por seus membros, para enfrentar estes impactos. Esta apreensão tornar-se imprescindível, à medida que estes profissionais assumem através de seu Código de Ética Profissional o compromisso de contribuir no processo de conquista dos direitos e garantia da cidadania.

Os relatos dos profissionais indicaram que estes percebem várias transformações que vem ocorrendo na família, incidindo inclusive nos papéis familiares. Segundo estes:

Relações Familiares	Categorias
<p><i>Um grande problema da família na atualidade, é a falta de autoridade dos pais para com seus filhos. Os filhos parecem que tem vontade própria, os pais não conseguem mais ter autoridade. Outra coisa é que os casais já não conseguem mais se entender, brigam por qualquer coisa, não conseguem dialogar. Antigamente, os casamentos duravam mais, porque os casais tinham mais paciência, hoje qualquer coisa já é motivo para separação, algumas vezes nem pensam nos filhos (prof. 1)</i></p> <p><i>Eu acho que hoje está se perdendo os valores é tudo muito descartável. As famílias estão se desfazendo muito rapidamente. Os casais não buscam reconciliação, mesmo com os filhos. Está tudo muito mudado, eu acho (prof. 2)</i></p> <p><i>Eu entendo, que hoje, os papeis se modificaram. Não tem mais o pai é quem manda e a mulher obedecer nos relacionamento, os dois mandam, os dois tem autonomia, e isto muitas vezes ocasiona divergências, porque nem sempre o outro, principalmente o homem, está preparado para isso. O trabalho não deu para a mulher apenas independência financeira, mas também autonomia para decidir sobre a sua vida, o que ela quer, o que é melhor para ela e para seus filhos. Ela não precisa mais ser submissa. Embora ainda ocorra muito esta atitude, principalmente entre os casais mais pobres. O problema é que muitas vezes o casamento não consegue suporta esta mudança e ai ocorre os conflitos que acabam aqui na justiça (prof. 3)</i></p>	<p><b>Mudança de valores</b></p> <p><b>Perda da autoridade</b></p> <p><b>Mudanças nos papéis familiares</b></p> <p><b>Independência feminina</b></p> <p><b>Dificuldade de Comunicação Inter geracional</b></p>

**Quadro 19: Percepção dos profissionais acerca das principais mudanças nas relações familiares**

**Fonte: Pesquisa de Campo, 2013**

Sarti (2008) pontua que, no mundo contemporâneo, as mudanças ocorridas na família estão diretamente relacionadas à perda do sentido da tradição. O amor, o casamento, a família, a sexualidade e o trabalho, vividos até bem pouco tempo na história, a partir de papéis preestabelecidos, passaram atualmente a serem concebidos como projetos individuais, ocasionando implicações diretas nas relações familiares fundadas culturalmente no princípio da reciprocidade, autoridade e hierarquia.

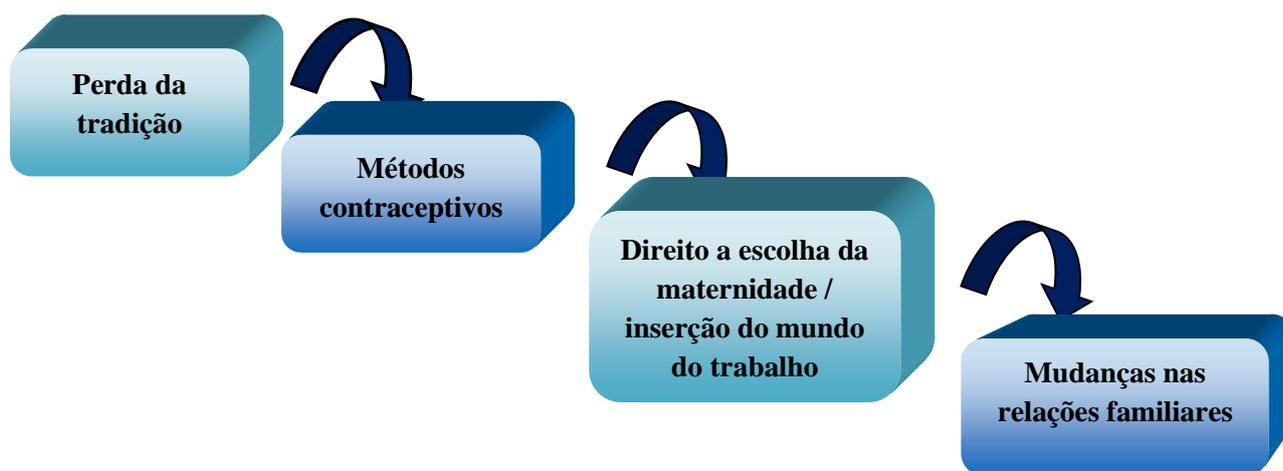
Como fator impulsionador destas mudanças, Sarti (2008, p.21) destaca a difusão dos métodos anticoncepcionais que “separou a sexualidade da reprodução e interferiu decisivamente na sexualidade feminina”. Este fato permitiu a mulher à reformulação do seu espaço na esfera privada e sua participação na esfera pública, haja vista que possibilitou o controle da reprodução e, com isto, sua maior inserção no mercado de trabalho.

O trabalho feminino é considerado em muitos estudos como o potencial transformador da condição de subordinação das mulheres, posto que sua subordinação teria como um dos seus principais fatores a exclusão do mundo produtivo. De acordo com Giddens (2012), na modernidade a mulher passou a ter maior autonomia e independência, assim como o

reconhecimento da sua condição de sujeito, decidindo inclusive acerca da permanência do casamento e de sua carreira profissional.

Sua inserção no mundo do trabalho tem acarretado várias discussões acerca das atribuições e funções da mulher no âmbito doméstico, pois sua participação econômica no espaço familiar tem sido cada vez mais significativa, contribuindo para um redimensionamento na divisão sexual do trabalho (SARTI, 2008; BRUSCHINI, 2002).

Nesse contexto, a dinâmica interna da família passa por reformulação de hábitos, valores, condutas, posicionamentos. Estas reformulações incidem principalmente nas relações entre marido e mulher, uma vez que a autoridade masculina na família assenta-se, entre outros fatores, na condição de provedor financeiro. A divisão desta tarefa com a mulher, ou mesmo o repasse desta função ocasionado pelo desemprego, modifica e abala as estruturas que regula o cotidiano das relações familiares, incidindo diretamente na educação dos filhos. Ou seja:



*Figura07: Possíveis causas das mudanças nas relações familiares*  
 Fonte: SARTI, Cintia, 2009

Sarti (2008) e Bruschini (2002) assinalam que, na atualidade, vive-se um tempo em que a humanidade reclama maiores espaços de liberdade, de democracia, com respeito a diversidade de estilos de vida. No interior das famílias esses processos refletem-se na vivência de relações mais democratizadas, na maior autonomia de seus membros, na partilha mais equitativa do trabalho e das oportunidades, bem como na tomada conjunta das decisões. Trata-se da construção de relações mais democráticas e assimétricas.

Entretanto, Sarti (2002) explica que esses processos esbarram em diversas representações que compõe o universo das relações famílias, especialmente, junto às famílias

pobres. Para as famílias pobres urbanas, a individualidade não se sobrepõe a tradição, pois “pensam seu lugar no mundo a partir de uma lógica de reciprocidade de tipo tradicional em que o que conta decisivamente é a solidariedade dos laços de parentesco e de vizinhança com os quais viabilizam sua existência” (idem, 2007, p.47).

Desta forma, as mudanças nas relações e no modo de ser em família é uma realidade recorrente na contemporaneidade e não se esgota em suas diferentes configurações. Novas formas de relacionamento entre marido e mulher, pais e filhos estão sendo gestadas e negociadas. Entende-se que dependendo do estrato social, da localidade, do tempo e da cultura, estas mudanças vão apresentar variações e diferenciações.

Vale ressaltar que no meio rural formas tradicionais de ser em família, ou seja, relações entre pais/filhos e marido/mulher, permanecem na atualidade. O homem ainda é visto como principal provedor independente da mulher exercer ou não atividades fora do espaço doméstico.

Neste contexto, indagou-se aos profissionais que atuam no Núcleo de Conciliação, acerca do seu conhecimento em relação aos aspectos culturais da população rural do Estado do Amazonas. Obtiveram-se as seguintes respostas:

*Infelizmente, eu tenho pouco conhecimento, e embora tenha curiosidade nunca tive tempo de estudar mais sobre este assunto. Teoricamente conheço muito pouco (prof. 1)*

*Alguns meses atrás, tivemos um caso de uma família indígena. Para melhor atender os familiares fomos estudar um pouco sobre o modo de vida deles [...] Quando necessário nós buscamos informações (prof. 2)*

*Eu não tenho muita leitura, sei pouca coisa. Eu acho que as famílias quando vem morar aqui na cidade terminam por incorporar os valores e o modo de ser das famílias urbanas, e ai acaba não havendo muita diferença, por isso, eu acho que ainda não foi realmente preciso buscar este conhecimento, porque quando é necessário para melhor atender os familiares nós buscamos (prof. 3)*

Identifica-se nestes relatos que os profissionais foram unânimes ao afirmar que sentem a falta de um aporte teórico e conceitual mais amplo acerca da cultura da população rural. Como possíveis razões para esta ausência, foram apontados principalmente, “a falta de tempo” para obter e buscar este conhecimento.

Ressalta-se que uma das dificuldades para selecionar as familiares participantes da pesquisa foi a ausência de informações acerca da naturalidade dos representantes das famílias nos processos, assim como na ficha social. Desta forma, teve-se que indagar pessoalmente de

cada familiar nos intervalos dos procedimentos técnicos, de modo a identificar os familiares provenientes do interior do Estado. Este fato pode ser explicado a partir da narrativa do profissional nº 03, pois, entende-se que na concepção deste profissional a cultura rural tende a se modificar e a absorver a cultural urbana à medida que os migrantes passam a residir na capital, logo “ainda não foi realmente preciso buscar este conhecimento”.

Entretanto, contrariamente, quando indagados se constatavam diferenças no modo de vida das famílias de origem rural, os profissionais responderam:

Diferenças das Famílias Rurais	Categorias
<p><i>São pessoas simples, calmas e tranquilas [...] Falam muito, gostam muito de conversar e são muito receptivas. [...] São famílias com muitos filhos e a casa está sempre cheia (prof. 1)</i></p>	<p><b>Famílias com muitos filhos</b></p>
<p><i>Eu vejo uma das principais diferenças é o modo de educar. Eles são mais firmes com os filhos e quando o casamento termina é porque já chegou em uma situação limite. Eles parecem que levam o casamento mais a sério, não sei se é o modo de vida, a cultura, mais as relações são diferentes, tanto os pais com os filhos, como entre marido e mulher [...] eles são mais organizados (prof. 2)</i></p>	<p><b>Comunicativas</b></p> <p><b>Relações diferentes entre pais e filhos e marido e mulher</b></p>
<p><i>A organização da família rural é um pouco diferente, eu acho que ela <b>carrega valores mais definidos</b>. Eu acho que ela tem papéis mais definidos de quem é o provedor, quem é o cuidador. A mulher ainda se apresenta como uma pessoa mais passível, uma figura secundária, não menos importante, mas diferente. Os filhos trazem a referência do pai, um homem trabalhador. Eu acho que eles trazem um referencial materno e paterno bem definido, mais valoroso. Além disto, eles tem uma rede de apoio bem construída e definida, os tios, os primos, os avós se ajudam. Eles trazem muito a questão da família unida, integrada. <b>São famílias que o funcionamento tem características específicas, diferenciadas das urbanas, não melhores nem piores, somente mais organizada</b> (prof. 3)</i></p>	<p><b>Famílias com valores diferenciados</b></p> <p><b>Forma diferenciada de organização</b></p>

**Quadro 20: Diferenças das famílias rurais na concepção dos profissionais do Núcleo de Conciliação**

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013

Identifica-se nestes relatos, que os profissionais apreendem as particularidades do homem rural, a partir de suas diferenças. Diferenças estas algumas vezes exaltadas, quando dizem “são mais organizados”, “trazem valores mais definidos”, “tem uma rede de apoio bem construída e definida”, “são uma família unida e integrada”, e outras vezes inferiorizadas, quando dizem “são famílias com muitos filhos”, “a mulher apresenta-se como uma figura secundária”.

Muito destas particularidades expressas pelos profissionais são apresentadas nos trabalhos de vários pesquisadores (CHAVES, 2001, 2013, 2004; CHAVES e LIRA, 2011; FRAXE, 2004, 211; TORRES, 2005; entre outros). Fraxe (2004, 2011) explica que o grande número de filhos na família favorece no desenvolvimento das atividades produtivas, uma vez que a mão de obra utilizada é constituída basicamente pela família. Entretanto foi constatado junto aos familiares entrevistados, que suas famílias já possuem um número menor de filhos se comparado aos de seus genitores. No mais, sabe-se que as ações solidárias são recorrentes no meio rural, estas ações - denominadas pelos autores como ajuda mútua - ocorrem em determinados momentos e visam auxiliar vizinhos, compadres, entre outros.

Segundo o relato de uma das profissionais uma das características das famílias rurais é seu acolhimento. São famílias que gostam de conversar e não tem receio em contar sua história de vida o que dificilmente ocorre com as famílias urbanas, ou seja:

*“[...] estão sempre com receio do que vão falar. Normalmente, procuram escolher bem as palavras, como se estivessem com medo de algo. Percebemos que elas se preparam para a entrevista, já vem com um discurso preparado. Já com a família rural, as coisas ocorrem, de forma mais leve, com menos tensão. **Eles falam mais francamente, embora entendam com dificuldade determinadas coisas, não apresentam medo na hora de falar**” (prof. 01)*

Laraia (1986) aponta que algumas características de determinadas culturas podem ser facilmente identificáveis, tais como o modo de vestir, de comer, de caminhar e principalmente na forma de falar. De acordo com este autor, mesmo o exercício de atividades consideradas como parte da fisiologia humana podem apresentar diferenças culturais. Embora percebam as diferenças, os profissionais do Núcleo de Conciliação não conseguem explicá-las, ou seja contextualizar com a realidade histórica desta população, demonstrando assim, a fragilidade de seu conhecimento teórico acerca da temática.

Entre as principais características identificadas na pesquisa (segundo os relatos dos profissionais), acerca do migrante rural constam:

#### Características

*Forma de se comunicar (fala expressão);  
Jeito mais tranquilo; ritmo diferente;  
Dieta alimentar (peixe e farinha, entre outros);  
Organização familiar mais rígida;  
Famílias com maior número de membros;  
Mais comunicativas;  
Rede de apoio familiar mais participativa;  
Moral mais rígida/ valores tradicionais, entre outras.*

Percebe-se que muito destas características foram destacadas nos relatos dos familiares que participaram da pesquisa. O modo de falar, as relações de sociabilidade entre a unidade familiar e os valores tradicionais que contrastam com o modo de vida do meio urbano, constaram nas narrativas de vários familiares.

O estudo social realizado no Núcleo de Conciliação pelos profissionais do Serviço Social e da Psicologia visa apreender a natureza dos conflitos familiares que se encontra em processo de litígio. Como já explicitado neste capítulo, não consta na ficha social a origem dos envolvidos nos processos, neste sentido, indagou-se aos profissionais de que forma conseguem identificar a origem dos familiares. Obtiveram-se as respostas abaixo:

*Existem algumas diferenças tanto na organização da casa, como no modo deles se comunicarem. A casa tem uma arrumação diferente, não digo desorganizada, mais diferente. Normalmente tem um banco do lado de fora da casa, onde eles costumam ficar. Eles falam mais, gostam muito de falar e de contar sobre sua vida (prof. 1)*

*Eu só consigo identificar se eles são de origem rural quando eles dizem. Do contrário é difícil saber (prof. 2)*

Entende-se pelos relatos, que a identificação fica na dependência da percepção dos profissionais e do relato dos familiares (quando ocorre), ou seja, de certa forma os instrumentais não estão direcionados para identificar esta questão, existindo assim, uma deficiência na capacitação destes profissionais, à medida que os instrumentais são por estes construídos e implementados. Conforme destacado no item 3.2., os instrumentais não têm o poder por si só de se elaborar e reinventar, estes são conduzidos pelos saber/fazer dos profissionais.

Nessa perspectiva, identificou-se que os profissionais do setor psicossocial do Núcleo de Conciliação, não estão preparados para apreender as diferenças e as necessidades marcadas pela cultura das famílias rurais. Conforme destacado no item 1.3, a família rural apresenta valores e hábitos bastante diferenciados das famílias dos centros urbanos. Estas diferenciações são parte do processo cultural deste povo, que foi sendo mediado pela relação do homem com a natureza e dos homens entre si. O desconhecimento destas relações pode provocar leituras equivocadas e discriminatórias, que terminam por distorcer a realidade destas famílias (MORÁN, 1996 *apud* CHAVES, 2001).

Laraia (2011) alude que analisar uma determinada realidade a partir de seus padrões, sem considerar as diferenças culturais existentes nos diversos grupos sociais, pode ocasionar uma análise etnocêntrica. Comportamentos etnocêntricos resultam em apreciações negativas dos padrões culturais dos povos diferentes, sendo classificadas como deprimentes, absurdas e imorais.

No capítulo II, foi destacada a relevância do saber de modo a conduzir a prática profissional. Este conhecimento possibilita uma leitura da realidade, levando em consideração os vários elementos que regem as relações societárias. O homem precisa ser considerado a partir de suas múltiplas dimensões, que juntos, formam sua totalidade, desconsiderar qualquer um destes elementos produz uma leitura fragmentada de sua realidade.

De acordo com os dados apresentados no capítulo anterior (item 3.2), os instrumentais técnico-operativos utilizados no Núcleo de Conciliação não têm um tempo determinado para serem reavaliadas, as mudanças ocorrem conforme a “necessidade”. Neste sentido, infere-se que até o momento não foi “necessário” incluir a origem dos familiares na ficha social.

Alude Iamamoto (2008), que o conhecimento e reconhecimento dos sujeitos com os quais se trabalha é condição para um compromisso real com a efetivação dos direitos humanos e sociais. O conhecimento criterioso do modo de vida dos segmentos populacionais atendidos é prerrogativa para impulsionar ações inovadoras no sentido de reconhecer e atender as efetivas necessidades dos segmentos subalternos. Do contrário, pode ocorrer a implementação de programas e projetos alheios as necessidades da população atendida, tendo em vista que estes possuem necessidades sociais e culturais.

Entre os principais instrumentais utilizados no decorrer do estudo social encontra-se a entrevista psicossocial. Este instrumental possibilita deter vários aspectos/elementos da vida dos sujeitos envolvidos nos processos, entretanto o profissional precisa estar preparado teórica e tecnicamente para realizar este procedimento técnico, do contrário não obterá as informações devidas e necessárias para realizar o estudo do caso.

Os dados coletados no decorrer do estudo social, transcritos no parecer social, servem de base para a decisão do magistrado. Neste parecer deve constar os dados objetivos e subjetivos da vida dos sujeitos. A forma como for direcionada a leitura destes dados, poderá ocasionar uma decisão errônea ou mesmo injusta, podendo ampliar o conflito familiar em vez de solucioná-lo ou mesmo minimizar. Dentro deste contexto, reafirma-se a necessidade de um

conhecimento dos elementos/fatores gerais que conduzem as relações dos homens em sociedade.

O trabalho interdisciplinar pode favorecer o estudo das relações familiares, à medida que diferentes correntes teóricas analisam a mesma problemática, produzindo assim, uma leitura mais ampla dos diversos aspectos (sociais, econômicos, políticos e culturais) que conduzem as relações nesta instituição.

Entretanto, identificou-se no decorrer da pesquisa que os profissionais que atuam na equipe interdisciplinar do Núcleo de Conciliação desconhecem os aportes teóricos que possibilitariam (re) conhecer as especificidades culturais das populações rurais. Este desconhecimento destaca a deficiência dos cursos de graduação e de especialização, assim como o desinteresse por parte dos profissionais em buscar este conhecimento. Martinelli (2005, *apud* FÁVERO, 2009, p. 174) destaca, que “nenhuma prática é um bloco monolítico, impenetrável, sempre há caminhos críticos, vias de superação a serem trilhadas, porém a verdade é que só são encontradas por quem os procura pacientemente, por quem os constrói corajosamente”. Nessa perspectiva, a postura e o compromisso ético profissional são fatores preponderantes para encontrar estratégias/caminhos de superação de obstáculos, que dificultam a realização de uma prática que seja efetiva e eficiente no trato das demandas sociais e culturais da população atendida.

Identificou-se, que a migração ocorre, principalmente, pela precária infraestrutura de bens e serviços sociais no meio rural. Entretanto, os aportes teóricos apontaram que uma vez inseridos na cidade estes sujeitos permanecem encontrando dificuldades de acesso aos serviços sociais básicos. No mais, se deparam com novas dificuldades como drogas, marginalização, alcoolismo, entre outros, ampliando o grau de vulnerabilidade social. Reconhecer e identificar todas essas faces da questão social, assim como as implicações no âmbito da família, é parte implícita do processo da perícia social realizado por assistentes sociais e psicólogos no Núcleo de Conciliação.

Frente ao contexto exposto nesta parte do trabalho, pode-se afirmar que os profissionais que atuam no setor psicossocial no Núcleo de Conciliação, embora consigam perceber determinados elementos que compõe a cultura da família rural amazônica, necessitam ampliar seu aparato teórico, referente a esta temática, à medida que existem um expressivo contingente populacional oriundo do meio rural do Estado, residindo na capital.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa, ora apresentada, possibilitou evidenciar várias nuances em torno do trabalho desenvolvido no setor psicossocial do Núcleo de Conciliação das Varas de Família, junto às famílias em processo de litígio, assim como, a concepção dos profissionais acerca das especificidades culturais das famílias de origem rural. Trata-se de um trabalho processual e inacabado, haja vista que as mudanças societárias afetam a dinâmica da instituição família, repercutindo diretamente na demanda das Varas da Família e da Infância e Juventude e, conseqüentemente, na prática profissional.

Ressalta-se que no percurso do processo investigativo, algumas dificuldades/desafios foram surgindo. Entre as dificuldades destacou-se a escolha do local para a realização da pesquisa de campo. Inicialmente, o local escolhido foi o Polo Avançado do Núcleo de Conciliação das Varas de Família, que realiza atendimento em questões envolvendo direito de família. Entretanto, no período da pesquisa de campo, constatou-se que este local encontrava-se com poucos profissionais atuando na equipe psicossocial (01 psicólogo e 01 assistente social que na época encontrava-se afastada) impossibilitando o desenvolvimento da pesquisa. Desta forma, o *locus* de pesquisa foi transferido para o Núcleo de Conciliação das Varas de Família.

Identificou-se junto ao aparato bibliográfico analisado, que embora o trabalho interdisciplinar, nesta área já tenha sido abordado em outras pesquisas de campo, pouca ênfase (ou nenhuma) foi dedicada ao conhecimento das especificidades socioculturais das famílias de origem rural atendidas neste espaço institucional. Nesse sentido, este trabalho apresentou-se ao pesquisador como um grande desafio, à medida que este precisou enveredar por caminhos, até então, pouco conhecidos e explorados neste campo.

Os resultados da pesquisa possibilitaram esclarecer as questões centrais deste trabalho: Quais as especificidades socioculturais das famílias de origem rural do Estado do Amazonas? Os profissionais conseguem, no cotidiano da prática, (re) conhecer as necessidades sociais e culturais das famílias oriundas do meio rural?

A pesquisa junto aos familiares evidenciou várias características da família rural. Como exemplo: sua organização como unidade produtiva; uma rede de apoio ampliada; famílias extensas e nucleares; a formação para o trabalho ocorre dentro do espaço família – de pai para filho; maior rigidez na educação dos filhos, entre outros.

Estas características contrastam com o modo de vida das famílias no espaço urbano, uma vez que formas de sociabilidade, de configurações e de divisão sexual do trabalho, apresentam-se cada vez mais diversificadas, em especial, nas grandes metrópoles.

Identificou-se nos relatos dos profissionais, que os mesmos, apresentam uma lacuna existente em sua formação acerca da realidade cultural da população rural deste Estado. Embora, os profissionais consigam reconhecer algumas características que compõe a cultural das famílias rurais, os mesmos pouco conseguem discutir acerca destas características, em razão da deficiência teórica que trazem desde sua graduação e de algumas dificuldades existentes – como tempo e família - para ampliar sua capacitação teórica.

Constatou-se nas entrevistas, que estes profissionais desconhecem no momento visita domiciliar (primeiro contato com os familiares) a origem das famílias entrevistadas (embora seja realizado um estudo de caso antes da aplicação da visita domiciliar, de modo a conhecer alguns fatos do processo a ser analisado), sendo este conhecimento só adquirido no decorrer do processo pericial através do relato dos familiares.

Entende-se que a visita domiciliar é um instrumento de grande relevância no decorrer da perícia social, haja vista que esta possibilita desvelar vários elementos que compõem o cotidiano, as relações e o modo de vida das partes envolvidas no processo, que dificilmente seria possível conhecer apenas através da entrevista psicossocial realizada no espaço jurídico. Entretanto, alguns destes elementos podem não ser identificados pelo profissional, quando este apresenta uma fragilidade no campo teórico. Nesse sentido, o desconhecimento das especificidades culturais de determinado povo, pode acarretar prejuízos ao resultado final do trabalho a ser realizado, no caso em estudo, da perícia social.

Na concepção dos profissionais do setor psicossocial, as famílias rurais apresentam um modo de vida e relações diferenciadas, entretanto, estes preconizam, que uma vez inseridas no espaço urbano, estas famílias passam a ser condicionadas pelo modo de vida da cidade, desfazendo-se não apenas do seu estilo de vida, mais também dos hábitos e costumes adquiridos anteriormente, ou seja, para estes uma cultura pode sobrepor-se a outra.

Entretanto, constatou-se junto aos familiares que, embora o meio urbano produza mudanças culturais significativas na vida dos sujeitos rurais, muitos traços de sua cultura de origem permanecem no imaginário e, a partir de suas possibilidades, no cotidiano destes sujeitos. Os relatos da pesquisa revelaram que este sujeito, quando possível, cria animais,

planta uma horta no fundo do seu quintal, coloca um banco na frente de sua casa - para no fim da tarde conversar com os vizinhos -, dorme em rede, alimenta-se de peixe e farinha.

A fragilidade teórica também foi identificada em relação à temática da interdisciplinaridade, uma vez que os mesmos tiveram dificuldades em conceituar, e mesmo explicar acerca do desenvolvimento de uma ação interdisciplinar. Através dos dados coletados, pode-se constatar que a ação conjunta desenvolvida no Núcleo de Conciliação, entre os profissionais do Serviço Social e da Psicologia, apresenta na realidade concreta da prática profissional características de uma ação multidisciplinar, pois apesar de haver o desejo e a vontade dos profissionais de atuarem de modo interdisciplinar, vários são os entraves que dificultam seu desenvolvimento.

Entre os entraves destacados pelos profissionais, constam: pouco número de profissionais; grande número de processos; pouco tempo para discutir o contexto das ações processuais, dentre outros.

Nesse contexto, alguns desafios precisam ser superados, de modo a alcançar uma ação interdisciplinar mais efetiva. Entende-se que superar estes desafios, não depende exclusivamente do desejo e da ação dos profissionais, haja vista a organização, hierarquia, normas e regras institucionais. Entretanto, o profissional não pode desenvolver uma postura fatalista e acomodada, contradizendo seu compromisso ético-político com os usuários que demandam seus serviços.

Frente ao contexto trabalho até o momento, pode-se inferir que a pesquisa identificou que:

Em relação à identidade sociocultural dos familiares de origem rural:

- ✓ As populações rurais do Amazonas têm uma identidade sociocultural única e singular, fruto do cruzamento de diferentes raças e etnias ocorrido durante todo o processo de colonização e povoamento da região.
- ✓ Entre as especificidades culturais do homem rural, identificou-se no processo exploratório da pesquisa: relação simbiótica com a natureza; transmissão oral do conhecimento; família enquanto unidade produtiva; família do tipo nuclear e extensa; divisão sexual do trabalho estabelecido culturalmente.
- ✓ A migração produz mudanças significativas na identidade cultural do homem de origem rural, haja vista, que este se vê afastado das condições concretas e simbólicas

que caracterizam seu modo de vida no meio rural, entretanto é possível visualizar valores, costumes e hábitos provenientes de sua cultura de origem, em seu cotidiano.

- ✓ A migração produz sentimentos contraditórios em relação ao espaço urbano, haja vista, que ainda na atualidade apresentam dificuldades de adaptação, no entanto não desejam retornar ao lugar de origem.

Em relação ao trabalho interdisciplinar desenvolvido pelo setor psicossocial do Núcleo de Conciliação das Varas de Família:

- ✓ A ação desenvolvida pelos profissionais, embora denominada como interdisciplinar pelos profissionais entrevistados, a partir do referencial teórico analisado e das informações coletadas com os profissionais constatou-se que se configura como uma ação multidisciplinar.
- ✓ Identificou-se que existe o interesse/compromisso por partes dos profissionais em desenvolver uma ação eficiente, de modo a assegurar os direitos dos usuários, entretanto, vários são os desafios que perpassam o cotidiano da prática. Como exemplo: quadro reduzido de profissionais; grande demanda; falta de tempo para realizar estudos acerca de temáticas pertinentes à área, assim como para reavaliar os instrumentais utilizados no cotidiano da prática; entraves ao acompanhamento dos familiares após a finalização do estudo social, entre outros.
- ✓ Entre os instrumentais utilizados no cotidiano da prática dos profissionais, constatou-se: análise inicial dos processos; visita domiciliar; entrevista psicossocial; relatório social; avaliação psicossocial.
- ✓ Os instrumentais utilizados no cotidiano da prática profissional precisam ser reavaliados, de modo a considerar o fator cultural, no decorrer do estudo social.

Em relação ao conhecimento dos profissionais acerca das singularidades da identidade sociocultural das famílias de origem rural, constatou-se:

- ✓ Os profissionais possuem uma fragilidade teórica acerca da cultura da população rural amazônica.
- ✓ A fragilidade teórica dificulta aos profissionais, perceber as mudanças e as continuidades culturais no cotidiano das famílias de origem rural, assim como as dificuldades que estas famílias encontram, ainda na atualidade, em adaptar-se ao modo de vida urbano.

Para finalizar, faz-se necessário destacar, que este trabalho, menos que uma crítica a prática dos profissionais que atuam junto as famílias oriundas do meio rural, busca ser uma contribuição no sentido de trazer mais aportes teóricos, conceituais e instrumentais, para que estas famílias possam ser percebidas nas suas diferenças, necessidades e complexidades. No mais, pode-se afirmar que este estudo, em que pese suas contribuições, apresentou diversas questões que abrem espaço para novas discussões e análises, tendo em vista ser uma aproximação inicial com a presente temática.

## REFERÊNCIAS

- ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora JC, 1978.
- BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia: a guerra na floresta**. 2ª ed. Manaus: EDUA, 2011.
- BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia: formação social e cultural**. 3ª ed. Manaus: Ed. Valer, 2009.
- BOCK, Ana M.B. **A Psicologia a Caminho do Novo Século: identidade profissional e compromisso social**. USP. Estudos de Psicologia, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf>. Acesso em: 20.05.2013.
- BRITO, Leila M.T. **O Sujeito Pós-Moderno e suas Demandas Judiciais**. Revista Psicologia: ciência e profissão, volume 32, nº03, Brasília, 2012.
- BRITO, Leila M. T. **Anotações sobre a Psicologia Jurídica**. Revista Psicologia: ciência e profissão, volume especial, Brasília, 2012.
- BRUSCHINI, Cristina. **Mulher, Casa e Família**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas: Vértice, Ed. Revista dos Tribunais, 1990.
- BRUSCHINI, Cristina. **Teoria Crítica da Família**. In: AZEVEDO, Maria Amélia. Infância e Violência Doméstica: fronteiras do conhecimento. 3ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- CARVALHO, Maria C. Brant. **Família e Políticas Públicas**. In: Família: redes, laços e políticas públicas. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- CASTEL, Robert. **As Metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário**. Tradução de Iraci D. Poleti. 8 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- CASTRO, E. M. R.. **Crise do Capitalismo e Transformações no Mundo do Trabalho**. In: Maria José Jackson Costa. (Org.). Trabalho, Educação Profissional e Empregabilidade. 1ed. Belém: UFPA, 2006, v. 1, p. 55-81.
- CHAUI, M. **Convite a Filosofia**. São Paulo: Ática, 2002.
- CHAVES, Maria P.S.R. **Uma Experiência de Pesquisa-Ação para Gestão Comunitária de Tecnologias Apropriadas na Amazônia: o estudo de caso do assentamento da Reforma Agrária Iporá**. 2001. Tese de Doutorado, UNICAMP/CIREN, Campinas.
- CHAVES, Maria P.S.R. **Políticas Públicas na Amazônia: as condições acessibilidade aos bens e serviços sociais em Comunidades Ribeirinhas de Maués/AM**. 2013.
- CHAVES, Maria P.S.R. *et al.* **As Condições de Vida e Uso dos Recursos pelos Moradores do Parque Nacional do Jaú**. In: BORGES, Sérgio H. et al. Janelas para a Biodiversidade no Parque Nacional do Jaú: uma estratégia para o Estudo da Biodiversidade na Amazônia. Manaus: Fundação Vitória Amazônica, 2004.

- CHAVES, Maria P.S.R.; RODRIGUES, Débora C. B. **Manejo de Recursos Naturais por Populações Ribeirinhas no Médio Solimões**. In: Revista de Estudos Amazônicos do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia. Manaus: EDUA, 2007.
- CHAVES, Maria P.S.R., BARROSO, Silvana C. LIRA, Talita M. **Populações Tradicionais: manejo dos recursos naturais na Amazônia**. Revista Praia Vermelha, Rio de Janeiro, nº 02, 2009.
- CHAVES, Maria P. S. R.; LIRA, Talita M. **Modo de Vida Ribeirinho: análise da organização sociopolítica comunitária**. In: FRAXE, Therezinha J.P.: WITKOSKO, Antônio C.; PEREIRA, Henrique S. Amazônia: cultura material e imaterial. São Paulo: Annablume; Manaus; UFA, 2011.
- CHUAIARI, Silvia Helena. **Assistência Jurídica e Serviço Social: reflexões interdisciplinares**. In: Revista Serviço Social e Sociedade, nº 67, São Paulo: Cortez, 2001.
- CORRÊA, Mariza. **Repensando a Família Patriarcal Brasileira**. Cadernos de Pesquisa. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1981.
- DURHAN, Eunice R. **A Caminho da Cidade: a vida rural e a migração para São Paulo**. 2ª ed. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1978.
- ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. São Paulo; Centauro, 2002.
- FÁVERO, Eunice Terezinha, et al. **O Serviço Social e a Psicologia no Judiciário: construindo saberes e conquistando direitos**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- FÁVERO, Eunice Terezinha. **Desafios e Perspectivas do Exercício Profissional do Assistente Social na Efetivação de Direitos: reflexões a partir do cotidiano do trabalho no judiciário**. In: Revista Agora, Ano 3, nº05, 2006.
- FÁVERO, Eunice Terezinha. **O Estudo Social: fundamentos e particularidades de sua construção na Área Judiciária**. In: Conselho Federal de Serviço Social. O Estudo Social em Perícias, Laudos e Pareceres Técnicos: contribuição ao debate no judiciário, no penitenciário e na previdência social. 8ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- FÁVERO, Eunice Terezinha. **Serviço Social, Práticas Judiciárias, Poder: implantação e implementação do Serviço Social no juizado da Infância e Juventude de São Paulo**. São Paulo: Veras Editora, 2005.
- FERRARI, Mário. KALOUSTIAN, Silvio M.(org.). **Família Brasileira: a base de tudo**. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 1998.
- FRAGA, Cristina Kologeski. **A Atitude Investigativa no Trabalho do Assistente Social**. In: Revista Serviço Social e Sociedade. Nº101, São Paulo: Cortez, 2010.
- FRAXE, Therezinha J.P. **Cultura Caboclo-Ribeirinha: mitos, lendas e transculturalidade**. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2004.
- FRAXE, Therezinha J.P. **Homens Anfíbios: etnografia de um campesinato das águas**. 2ª edição. São Paulo: Annablume, 2011.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Tradução: Ronaldo C. Costa. 6ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. 11<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Vilella. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Vilella. **Questão Social, Família e Juventude: desafio do trabalho do assistente social na área sociojurídica**. In: SALES, Apolinário Mione; MATOS, Maurílio Castro; LEAL, Maria Cristina (orgs) Política Social, Família e Juventude: uma questão de direitos. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

LARAIA, Roque B. **Cultura: um conceito antropológico**. 24<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

LAGO, Vivian M., Et al. **Um breve histórico da psicologia jurídica no Brasil e seus campos de atuação**. Estudos de Psicologia/UFRN. Campinas, 2009. In: [www.scielo.br](http://www.scielo.br). Acesso em: 20.01.2013.

LAGO, Vivian M.; BANDEIRA, Denise R. **A Psicologia e as Demandas Atuais do Direito de Família. Psicologia: ciência e profissão**. Vol. 29. Brasília, 2009. In: [www.scielo.br](http://www.scielo.br). Acesso em: 14.02.2013.

MARTINELLI, Maria L. **Serviço Social: identidade e alienação**. 10ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MEDINA, C.A. Família, **Ontem, Hoje e Amanhã**. In: Debates Sociais. Rio de Janeiro: CBCISS (1<sup>o</sup> e 2<sup>o</sup> sem. 1991): Reedição/1997.

MELO, Lucilene F; PINTO, Renan F. **O Migrante Rural e a Reconstrução da Identidade no Imaginário da Cidade**. In: OLIVEIRA, José Ademir, et all. Cidade de Manaus: visões interdisciplinares. Manaus: EDUA, 2003.

MIOTO, Regina C. T. **Políticas Públicas e Família: estratégias para enfrentamento da questão social**. III Jornada Internacional de Políticas Públicas. UFMA, 2007.

MIOTO, Regina C. T.. **Perícia Social: proposta de um percurso operativo**. In: Revista Serviço Social e Sociedade, n<sup>o</sup> 67, São Paulo: Cortez, 2001.

MIOTO, Regina C.T **Família e Serviço Social: contribuições para o debate**. In: Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n<sup>o</sup>55, Cortez, 1997.

MIOTO, Regina C.T. **Família e Políticas Sociais**. In: BOSCHETTI, I.; BEHRING E. R; SANTOS, S.M. R; MIOTO, R.(orgs.). Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MORIN, Edgar. **Educação e Complexidade: os sete saberes e outros ensaios**. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MORIN, Edgar. **Os Sete Saberes Necessários para à Educação do Futuro**. 12ed. São Paulo: Cortez, 2007.

- NEDER, Gizlene. **Ajustando o Foco das Lentes: um novo olhar sobre a organização das famílias no Brasil.** In: FERRARI, Mário. KALOUSTIAN, Silvio M.(org.). *Família Brasileira: a base de tudo*. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 1998.
- NETTO, Jose P. **Crise do Capital e Consequências Societárias.** In: *Revista Serviço Social & Sociedade*, nº111, São Paulo: Cortez, 2012.
- NODA, Hiroshi; NODA, Sandra N. **Quintais Urbanos de Manaus.** In: OLIVEIRA, Jose A. (org). *Manaus: EDUA*, 2003.
- PEREIRA, Potyara A.P. **Mudanças Estruturais, Política Social e Papel da Família: crítica ao pluralismo de bem-estar.** In: SALES, Mione Apolinario; MATOS, Maurílio Castro; LEAL, Maria Cristina (orgs). *Política Social Família e Juventude: uma questão de direitos*. 4ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- SALES, Lília M. **A família e os conflitos familiares: a mediação como alternativa.** *Pensar*, Fortaleza, v. 8, n. 8, p. 55-59, fev. 2003. Disponível em: <[http://www.unifor.br/joomla/joomla/joomla/images/pdfs/pdfs\\_notitia/1691.pdf](http://www.unifor.br/joomla/joomla/joomla/images/pdfs/pdfs_notitia/1691.pdf)>. Acesso em: 20.04.2013.
- SAMARA, Eni M. **A História da Família no Brasil.**vol. 17, *Revista Brasileira de História*. São Paulo, nº17, 1989.
- SAMARA, Eni M. **Casamento e papéis familiares em São Paulo no século XIX.** *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1981.
- SAMARA, Eni M. **O que mudou na Família Brasileira? Da colônia a atualidade.** *Rev. Psicologia*. USP vol.13 nº. 2 São Paulo 2002.
- SARTI, Cyntia A. **A Família como Espelho: um estudo sobre a moral dos pobres.** 4 ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- SARTI, Cyntia A. **Família e Individualidade: um problema moderno.** In: CARVALHO, Maria C.B. (org.). *A Família Contemporânea em Debate*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- SARTI, Cyntia. **Famílias Enredadas.** In: ACOSTA, Ana Rojas. VITALE, Maria A. F. *Família: redes, laços e políticas públicas*. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- SCHERER, Elenise F. **Vulnerabilidade Social na Cidade de Manaus: o avesso do progresso.** In: *Questão Social na Amazônia*. SCHERER, Elenise (org.). Manaus: EDUA, 2009.
- SCHERER, Elenise F. **Desemprego, Trabalho Precário e Des-cidadanização na Zona Franca de Manaus.** In: *Revista de Estudos Amazônicos do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia*. Manaus: EDUA, 2004.
- SILVA, Elane C. Lima. *A Dinâmica das Relações Comunitárias na Amazônia: estudo de caso das formas de ajuda mútua praticadas na comunidade ribeirinha de Tauarú no município de Tabatinga-AM.* Dissertação (mestrado), UFAM, Manaus, 2007.
- SILVA, Sidney Antonio. **Migrantes em Contextos Urbanos: uma abordagem interdisciplinar.** Manaus: EDUA, 2010.

SOUZA, Norma M. B. **Condições de Vida, Trabalho e Rendimento nas Áreas Rurais e Urbanas do Estado do Amazonas**. In: *Questão Social na Amazônia*. SCHERER, Elenise (org.). Manaus: EDUA, 2009.

SOUZA, Itamar. **Migrações Internas para o Brasil**. São Paulo: Vozes, 1976.

SPOSATI, Aldaiza. **Tendências Latino-Americanas da Política Social Pública no Século XXI**. In: *Revista Katálysis*, vol. 14, nº 01, Florianópolis, 2011.

TORRES, Iraildes C. **O Trabalho Produtivo das Mulheres no Sistema Produtivo da Várzea Amazônica**. In: *Gênero e Geração em Contextos Rurais*. Manaus: EDUA, 2005.

VAGAS, M. (org). **História da Técnica e da Tecnologia no Brasil**. São Paulo: Edunesp, 1994.

VITALLE, Maria A.F. **Família Monoparentais: indagações**. In: *Revista Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, nº71. Cortez, 2001.

## APÊNDICES



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E  
SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA.**

**Roteiro de Entrevista para ser aplicado junto aos profissionais /Assistentes Sociais e  
Psicólogos.**

**Tema da Pesquisa:** *Identidade Sociocultural: um estudo a partir do trabalho interdisciplinar no campo sociojurídico na cidade de Manaus/AM”.*

Data:        /        /

***Identificação do Informante:***

Nome: \_\_\_\_\_

Formação: \_\_\_\_\_ Ano:        /        /

Nível: especialização ( ) mestrado ( ) doutorado ( )

Capacitação específica na área jurídica: ( ) sim        ( ) não

Vínculo Institucional: ( ) servidor efetivo ( ) contratado ( ) terceirizado

( ) voluntário        ( ) outros: \_\_\_\_\_

Tempo de atuação na área jurídica: \_\_\_\_\_

***ATENDIMENTO***

1. Quais os instrumentais utilizados pelo Serviço Social no cotidiano profissional? Relacione:

---



---



---



---

2. Quais os instrumentais utilizados pela Psicologia no cotidiano profissional? Relacione.

---



---



---

3. Os instrumentais são (re)avaliados periodicamente? ( ) Sim        ( ) Não Explique:

---

---

---

4. Quais as principais ações desenvolvidas junto as famílias pelo Serviço Social?

---

---

---

5. Quais as principais ações desenvolvidas junto as famílias pela Psicologia?

---

---

---

6. Quais as principais demandas sociais que se apresentam neste espaço ocupacional?  
Relacione:

---

---

---

07. Quais as principais demandas sociais que os usuários apresentam?

---

---

---

08. Quais os instrumentais que conseguem identificar estas demandas?

---

---

---

09. O que se busca constatar na visita domiciliar?

---

---

---

10. Como você conceitua “interdisciplinaridade”?

---

---

---

11. Descreva como ocorre a execução do trabalho interdisciplinar nesta instituição? Explique:

---

---

---

12. Existem dificuldades para o desenvolvimento do trabalho interdisciplinar?

---

---

13. São realizados grupos de estudos entre as duas áreas (Serviço Social e Psicologia)?

Sim ( ) Não ( )

Se sim, com que frequência? \_\_\_\_\_

14. Como ocorre a relação entre Serviço Social, Psicologia?

---

---

---

***FAMÍLIA***

15. Como você analisa as relações familiares na atualidade?

---

---

---

16. Em sua opinião, as leis de proteção à família, atendem as demandas na atualidade? Por quê?

---

---

---

17. Em sua opinião, quais os principais fatores que influenciam na dinâmica familiar na atualidade?

---

---

---

18. Você percebe diferenças entre as famílias de origem urbana e as de origem rural? Explique.

---

---

---

19. Se sim. Em que momento do atendimento você consegue identificar estas diferenças?

---

---

---

20. Como você caracteriza as famílias rurais?

---

---

---

21. A cultura interfere nas relações familiares? Se sim, de que forma?

---

---

---

22. Como você descreve a cultura da família rural?

---

---

---

23. Já ocorreu o interesse de se realizar um estudo acerca da família proveniente do meio rural da Amazônia? Por quê?

***Obrigada!***



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E  
SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA.**

**Roteiro de Entrevista para ser aplicado junto às famílias.**

**Tema da Pesquisa:** *Identidade Sociocultural: um estudo a partir do trabalho interdisciplinar no campo sociojurídico na cidade de Manaus/AM”*

**Sujeitos da Pesquisa:** Representantes das famílias atendidas no Polo Avançado do Núcleo das Varas de Conciliação da Família.

**Identificação do Informante:**

Data:        /        /

Nome: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_ Sexo: (    ) masculino    (    ) feminino

Naturalidade: \_\_\_\_\_ Ano da migração: \_\_\_\_\_

Grau de Escolaridade: \_\_\_\_\_

Profissão: \_\_\_\_\_

Local de trabalho: \_\_\_\_\_

Renda Mensal (opcional): \_\_\_\_\_

Casado (a): Sim (    ) Não (    )

Filhos: Sim (    ) Não (    ) Quantos: \_\_\_\_\_

Sexo	Idade	Escolaridade	Sexo	Idade	Escolaridade

Quantas pessoas residem na casa: \_\_\_\_\_

Caso tenha nascido no interior: indique o tempo de residência em Manaus: \_\_\_\_\_

01. Quais os principais motivos que o levaram (ou sua família) a migrar para Manaus?

02. Você possui outros parentes na cidade de Manaus além do seu núcleo familiar?

03. Como eram as relações familiares antes de migrar para Manaus? (entre marido e mulher; pais e filhos; parentes)

04. Houve alguma mudança nas relações familiares na cidade? Se sim, quais?
05. Você mantém vínculos com a cidade de origem? Se sim. Com quem?
06. Já retornou alguma vez ao local de origem?
07. Quais as suas principais lembranças do local de origem?
08. Houve mudanças nos seus costumes com a vinda para Manaus? Se sim, quais?
09. Em sua opinião, a família rural é diferente da família urbana?
10. Quais os costumes provenientes da sua vida no interior que ainda fazem parte do seu cotidiano na cidade?
11. Quais eram as suas expectativas em relação à cidade de Manaus, antes de vir morar aqui?
12. Como foi a adaptação sua (ou de sua família) na cidade?
13. Como você descreve a criação que seus pais lhe deram?
14. Como foi realizado o atendimento neste local?
15. Você ficou satisfeito com o atendimento realizado?
16. Você tem acesso aos serviços públicos como saúde, educação, assistência social?

***Obrigada!***

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS**  
**INSTITUTO DE CIENCIAS HUMANAS E LETRAS**  
**PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE NA**  
**AMAZÔNIA**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Convidamos o (a) Sr. (a) para participar da pesquisa intitulada “*Identidade Sociocultural : um estudo a partir do trabalho interdisciplinar no campo sociojurídico na cidade de Manaus/AM*”, desenvolvida pela mestranda Antônia Lúcia Silva de Almeida , discente do programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, sob orientação da professora Dra. Maria do Perpetuo Socorro Rodrigues Chaves. O objetivo central do estudo consiste em identificar se o atendimento desenvolvido no Núcleo de Conciliação das Varas de Família consegue apreender a identidade sociocultural das famílias de origem rural do Estado do Amazonas atendidas neste espaço ocupacional. Sua participação é voluntária e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como retirar sua participação a qualquer momento. Será garantida a confidencialidade e a privacidade das informações por você prestadas. O (a) Sr. (a) não terá nenhuma despesa, assim como, não receberá nenhuma remuneração. O local será no Núcleo de Conciliação e o horário e data da pesquisa serão combinados com antecedência entre pesquisador e entrevistado. No mais, informamos que a presente pesquisa apresenta baixo risco, seja de ordem emocional ou psicológica, por envolver apenas um roteiro de entrevista semi-estruturado que será apresentado antes do início da pesquisa para que o (a) Sr. tenha plena conhecimento do seu conteúdo. Entretanto, caso ocorra algum risco, informamos que os mesmos serão minimizados posteriormente pelo pesquisador, de forma, que não ocasione qualquer constrangimento ao Sr (a). Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardados em sigilo.

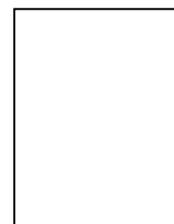
Consentimento Pós Informação:

Eu \_\_\_\_\_, após a leitura deste documento , estou ciente dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido, dos possíveis danos ou riscos deles provenientes e da garantia de confidencialidade e esclarecimentos sempre que desejar. Diante do exposto, apresento minha concordância de livre e espontânea vontade em participar desta pesquisa como informante.

Data:        /        /

\_\_\_\_\_  
Assinatura do participante

\_\_\_\_\_  
Assinatura do pesquisador



*Polegar*

**Contatos: Antônia Lúcia S. Almeida.** Rua: Z, nº3, Nova Esperança. Tel.(92)3238.6195. Email. [lucia\\_salmeida@oi.com.br](mailto:lucia_salmeida@oi.com.br) **Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFAM,** Rua Teresina, 495, Adrianópolis, Manaus/AM, telefone (92) 3305-5130

## **ANEXOS**

